

*Ieda Maria Alves
Ana Maria Ribeiro de Jesus
Luciana Pissolato de Oliveira
Eliane Simões Pereira
(Organizadoras)*

OS ESTUDOS LEXICAIS EM DIFERENTES PERSPECTIVAS



VOLUME III

OS ESTUDOS LEXICAIS EM DIFERENTES PERSPECTIVAS

Volume III

Ieda Maria Alves
Ana Maria Ribeiro de Jesus
Luciana Pissolato de Oliveira
Eliane Simões Pereira

(Orgs.)

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
São Paulo, junho de 2013

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REITOR: Prof. Dr. João Grandino Rodas

VICE-REITOR: Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DIRETOR: Prof. Dr. Sergio França Adorno de Abreu

VICE-DIRETOR: Prof. Dr. João Roberto Gomes de Faria

COMISSÃO ORGANIZADORA

COORDENAÇÃO GERAL:

Ieda Maria Alves

Ana Maria Ribeiro de Jesus

Luciana Pissolato de Oliveira

Eliane Simões Pereira

CAPA: Luciana Pissolato de Oliveira

DIAGRAMAÇÃO: Ana Maria Ribeiro de Jesus, Eliane Simões Pereira

COMISSÃO CIENTÍFICA

Aderlande Pereira Ferraz – Universidade Federal de Minas Gerais

Elis de Almeida Cardoso Caretta – Universidade de São Paulo

Ieda Maria Alves – Universidade de São Paulo

Maria Aparecida Barbosa – Universidade de São Paulo

Mariangela de Araujo – Universidade de São Paulo

Mario Eduardo Viaro – Universidade de São Paulo

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

E82 Estudos lexicais em diferentes perspectivas [recurso eletrônico] / organizado por Ieda Maria Alves ... [et al.]. -- São Paulo : FFLCH/USP, 2013.

154 p.

Trabalhos apresentados durante o 6. Colóquio Os Estudos Lexicais em Diferentes Perspectivas, realizado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, no período de 18 e 19 de novembro de 2010.

Modo de acesso : World Wide Web: www.fflch.usp.br/dlcv/neo.

ISBN 978-85-7506-216-6

(on-line)

1. Lexicologia (estudos). 2. Neologismos lexicais. 3. Lexicografia. 4. Léxico. 5. Morfologia (linguística). 6. Terminologia. I. Colóquio Os Estudos Lexicais em Diferentes Perspectivas. II. Alves, Ieda Maria. III. Jesus, Ana Maria Ribeiro de. IV. Oliveira, Luciana Pissolato de. V. Pereira, Eliane Simões.

CDD 413.028

SUMÁRIO

Apresentação	
Ieda Maria Alves.....	04
▪ Le sentiment néologique : une compétence qui s’acquiert et s’affine	
<i>Jean-François Sablayrolles.....</i>	06
▪ Análise semântico-cognitiva de termos relacionados com a categorização do espaço no Tratado da Esfera de Sacrobosco (Século XVI)	
<i>Teresa Leal Gonçalves Pereira.....</i>	21
▪ Sufixos e Sufixoides do ponto de vista diacrônico	
<i>Mário Eduardo Viaro.....</i>	30
▪ Proposta de genealogia do sufixo –mento: do latim ao português	
<i>Érica Santos Soares de Freitas</i>	63
▪ Estudos sobre a constelação sufixal: -ismo/-ista/-ístico(a)	
<i>Nilsa Areán-García.....</i>	77
▪ A expressividade dos cruzamentos vocabulares em Galáxias, de Haroldo de Campos	
<i>Alessandra Ferreira Ignez.....</i>	92
▪ Elementos para uma análise diacrônica da Economia do Brasil colonial	
<i>Eliane Simões Pereira.....</i>	105
▪ Aspectos do tratamento da variação linguística por gramáticos e por linguistas brasileiros: questões de norma e diversidade	
<i>Fernanda Mello Demai.....</i>	116
▪ Cotexto e coocorrência: noções para a análise do sentido lexical em perspectiva discursiva	
<i>Mariana Giacomini Botta.....</i>	129
▪ A sinonímia em terminologia: uma análise de decisões judiciais	
<i>Thiago Carvalho Gaudêncio.....</i>	138
▪ Inovação lexical em Fita Verde no Cabelo, Nova Velha Estória, de João Guimarães Rosa	
<i>Vanice Ribeiro Dias Latorre.....</i>	150

APRESENTAÇÃO

Ieda Maria Alves

Os textos reunidos neste volume, o terceiro da série *Os Estudos Lexicais em Diferentes Perspectivas*, representam uma seleção dos trabalhos apresentados por ocasião do VI Colóquio *Os Estudos Lexicais em Diferentes Perspectivas*, realizado em 05 e 06 de novembro de 2010 na Universidade de São Paulo.

Este volume apresenta deferentes contribuições aos estudos do Léxico, com textos sobre Neologia, Semântica, Morfologia e Terminologia.

No âmbito da Neologia, Jean-François Sablayrolles discute, em *Le sentiment néologique: une compétence qui s'acquiert et s'affine*, a percepção que diferentes falantes têm do caráter novo, ou não-novo, de uma unidade lexical. O estudo de neologismos também transparece nos trabalhos de Alessandra Ferreira Ignez e Vanice Ribeiro Dias Latorre, que estudam a criação lexical em textos literários: *Galáxias*, de Haroldo de Campos, e *Fita Verde no Cabelo, Nova Velha Estória*, de Guimarães Rosa, respectivamente.

Análises semânticas aplicadas a textos de sincronias pretéritas caracterizam as contribuições de Teresa Leal Gonçalves Pereira e de Mariana Giacomini Botta. A primeira autora estuda os termos do espaço no *Tratado da Esfera*, de Sacrobosco, obra do século XVI, sob uma perspectiva semântico-cognitiva. O texto de Mariana Botta estuda o léxico empregado na narração de notícias no século XVIII, tendo como corpus o primeiro jornal impresso periódico em língua portuguesa, a *Gazeta de Lisboa*.

Os estudos sobre Morfologia Histórica estão também contemplados neste volume. Mário Eduardo Viaro apresenta-nos um denso estudo, que privilegia a perspectiva diacrônica, sobre a distinção entre sufixos e sufixoides. Outros dois trabalhos também estudam sufixos do ponto de vista histórico. Érica Santos Soares de Freitas analisa o percurso do sufixo *-mento*, do latim ao português, e Nilsa Areán-Garcia estuda a constelação constituída pelos sufixos *-ismo/-ista/-ístico(a)*.

Duas línguas de especialidade são apresentadas em trabalhos sobre a Terminologia. Eliane Simões Pereira apresenta um estudo, do ponto de vista diacrônico, sobre a terminologia da Economia no Brasil colonial. Thiago Carvalho Gaudêncio discute a sinonímia em textos especializados por meio de termos da área do Direito extraídos de decisões judiciais.

O texto de Fernanda Mello Demai insere-se entre os estudos sobre a variação, analisando algumas descrições metalinguísticas relativas à variação linguística em obras de autores gramaticais e linguísticos.

LE SENTIMENT NÉOLOGIQUE : UNE COMPÉTENCE QUI S'ACQUIERT ET S'AFFINE

Jean-François SABLAYROLLES
PRES Sorbonne Paris Cité - Paris 13 et LDI-UMR 7187
jfsablayrolles@wanadoo.fr

RÉSUMÉ: La perception de la nouveauté est variable selon les individus et les objets examinés. Le même objet sera encore perçu neuf ou récent par l'un et déjà ancien et vieilli pour un autre. Il n'en va pas autrement des innovations lexicales que sont les néologismes : les jugements des locuteurs natifs peuvent diverger à leur sujet. C'est un gros problème pour tout travail de veille néologique qui se veut fiable. Pour diverses raisons le recours au(x) dictionnaire(s) comme corpus d'exclusion montre ses limites et une réflexion linguistique sur le sentiment néologique et ses facteurs de variation s'impose. Plusieurs expériences ont été conduites dans ce domaine, avec des résultats contrastés. Les leçons de la dernière d'entre elles sont néanmoins encourageantes et permettent d'espérer une diminution nette des fluctuations du sentiment néologique au sein d'une équipe, à défaut de pouvoir les éliminer complètement. Plusieurs facteurs responsables des variations sont identifiables qui tiennent les uns aux personnes (âge, culture, expérience dans le domaine...), d'autres aux objets (certains types d'innovation sont plus perceptibles que d'autres...), d'autres enfin aux objectifs poursuivis dans la veille néologique. La connaissance de ces facteurs et une réflexion linguistique sur l'innovation lexicale permettent une harmonisation des résultats et des analyses, tangibles dans un taux d'accord de près de 95% dans l'incorporation des données et de plus de 80% dans l'identification des matrices qui les ont produites, entre deux participants de la dernière de trois expériences présentées.

MOT-CLÉS: Néologie; Fluctuation du sentiment néologique; Corpus d'exclusion; Dictionnaires; Matrices lexicogéniques.

INTRODUCTION

La perception de la nouveauté est variable selon les individus et les objets examinés. Le même objet sera encore perçu neuf ou récent par l'un et déjà ancien et vieilli par un autre. Il n'en va pas autrement des innovations lexicales que sont les néologismes : les jugements des locuteurs natifs peuvent diverger à leur sujet. C'est un gros problème pour tout travail de veille néologique qui se veut fiable. Pour diverses raisons le recours au(x) dictionnaire(s) comme corpus d'exclusion montre ses limites et une réflexion linguistique sur le sentiment néologique et ses facteurs de variation s'impose.

QUELQUES APORIES « DU DICTIONNAIRE » COMME CORPUS D'EXCLUSION

Au moins cinq raisons ou groupes de raisons justifient qu'on se méfie d'une utilisation mécanique des néologismes comme corpus d'exclusion.

1.1. Incomplétude de tous les dictionnaires

Le premier groupe de raisons a trait à l'incomplétude des dictionnaires.

1.1.1. Omissions volontaires ou accidentelles dans les nomenclatures

Le respect des bienséances faisait omettre les « gros mots » (con) (1) et même jusqu'à certains mots familiers (paluche « main » absent du PLI (2) 1976 par exemple) et maintenant c'est le politiquement correct qui conduit parfois à exclure des mots à caractère raciste ou injurieux (yupin « juif », bicot « arabe », taspé « femme de mauvaise vie, fille »...).

Pour des raisons matérielles de volume des dictionnaires, on constate l'omission de mots rares, vieillissants voire obsolètes, ou encore sentis comme un peu spécialisés même s'ils sont utilisés dans la langue générale (limonaire « orgue de barbarie » est absent de nombreux dictionnaires).

Des oublis sont toujours possibles, attestés a posteriori par des « rattrapages » (l'expression est de Camille Martinez) : le mot familier cibiche « cigarette » daté de 1865, encore absent du PLI 1978 est entré dans ce dictionnaire entre 1979 et 1991 bien après que le mot est tombé en désuétude et il est accompagné de la marque d'usage « vieilli ». L'expression faire la chaîne et le verbe chaîner pour « faire la queue » en français d'Algérie sont datés de 1976 dans le PR 2010, mais ils étaient encore absents du PR (3) 2008. Ils ont donc été entrés plus de trente après la date d'attestation indiquée.

1.1.2. Frilosité face aux néologismes

Ces retards se manifestent aussi dans une frilosité assez bien partagée à entrer des mots ou expressions de création récente. C'est un nombre infime de mots qui sont entrés dans le PR moins de dix ans après la date de leur première attestation (Sablayrolles, 2011) : on ne relève en effet que quelques unités entrées un an, deux ans, trois ans après leur création. À l'aide d'une recherche dans le CDrom du PR 2008 des mots datés de 1998 ou après, on constate que, sur près de 2000 mots entrés entre PR 1998 et PR 2009 (4), seuls 70 sont apparus entre 1998 et 2006, ce qui représente le très faible pourcentage de 3,5%. Par ailleurs, aucun n'est daté de 2007 ou 2008. Voici un extrait de la liste, classée en nombre d'années d'écart entre l'année d'introduction et la date de première attestation (en tenant compte de la parution effective du dictionnaire six mois avant le millésime indiqué) :

Deux entrent l'année même : customisation (2000->2001), mot-rébus (2000-> 2001) ; cinq, un an après : sudoku (2005 -> 2007), sras (2003 -> 2005), PACS (1998 -> 2000), malbouffe (1999 -> 2001), profilage (1998 -> 2000) ; douze, deux ans après : écoparticipation, podcaster, chikungunya, mimivirus, plaider-coupable, THG,

altermondialisme, altermondialiste, bobo, entrepreneute, globaliste, pacser ; onze, trois ans après, dont podcast, blog, wifi, webcam... ; quatorze, quatre ans après dont altermondialisation, bloguer, bioterrorisme, chatter, mail ; cinq, cinq ans après dont blogosphère, profileur, texto ; trois, six ans après dont mobinaute ; cinq, sept ans après dont tournante, pourriel, minispace ; sept, huit ans après dont addictologie, djeun(e), maki ; cinq, neuf ans dont CMU et deux, dix ans après.

Cette frilosité se traduit d'ailleurs par une moyenne d'âge élevée des nouvelles entrées comme l'a montré Camille Martinez, dont les minutieux travaux de comptage sont aussi cités par Pierre Corbin et Nathalie Gasiglia (2010 : 37 et 44) : plusieurs dizaines d'années. Ainsi pour le PR la moyenne d'âge est de 27 ans en 1998, 40 ans en 1999, 50 ans en 2000, 40 ans en 2001, 42 ans en 2002, 45 ans en 2003, 61 ans en 2004, 65 ans en 2005, 45 ans en 2006, 115 ans en 2007, 87 ans en 2008, 85 ans en 2009. Ces moyennes d'âge élevées, surtout dans les derniers millésimes, sont dues à des « rattrapages » : cacheton (1937), catégoriser (1845), garde-frontière (1854)... ; à l'entrée de variantes topolectales anciennes (mots de la francophonie) : chaîner ; à l'entrée de termes qui se diffusent longtemps après date de 1^{re} attestation : vraquier (daté de 1973 mais répandu seulement au XXI^e siècle)... ; à des programmes lexicographiques de mise à jour dans certains domaines (astronomie par exemple)...

1.2. Divergences des nomenclatures

Les divergences des nomenclatures constituent une deuxième raison de prendre du recul par rapport aux dictionnaires. Si un néologisme était vraiment « un mot qui n'est pas dans le dictionnaire » comme on l'entend souvent défini, la question qui se pose immédiatement est quel dictionnaire ? Les dictionnaires du français sont très nombreux et le nombre d'entrées (et d'entrées cachées) varie fortement d'un dictionnaire à l'autre, de quelques dizaines de milliers à plus de cent mille. Toute une série de questions se posent alors : prend-on comme base un seul dictionnaire et lequel, celui qui en contient le plus ou celui qui en contient le moins ? Ou bien prend-on plusieurs dictionnaires comme corpus d'exclusion, et, si oui, lesquels ? Dans ce cas, décide-t-on à l'unanimité ou à la majorité des dictionnaires ou l'attestation dans un seul des dictionnaires retenus suffit-il à nier le caractère néologique de la lexie sur laquelle on s'interroge, à moins qu'on ne fixe la barre à deux dictionnaires en vertu de l'adage *testis unus testis nullus* ? (5)

Dans l'équipe néologie du LDI, nous vérifions généralement dans les trois dictionnaires monovolumaires millésimés les plus diffusés sur les quatre qui existent : PR, PLI et Hachette. Il arrive très souvent que la lexie testée ne soit attestée que dans la nomenclature d'un seul de ces trois dictionnaires (Hachette le plus souvent, surtout si on prend en compte son supplément mots nouveaux, une de ses spécificités). Après discussion, nous avons décidé d'entrer ces lexies dans la base néologique Neologia, mais d'indiquer que, présentes dans un seul dictionnaire, elles sont en voie de lexicalisation complète sans avoir encore atteint néanmoins la dernière étape du processus. Mais nous sommes bien conscients que cette décision purement pratique et intuitive n'a aucune valeur scientifique ou théorique. Ainsi blockbuster et buzz sont présents dans Hachette mais encore absents de PR 2009 (buzz a néanmoins été entré dans PR 2010). Ont ainsi été

entrés par des étudiants de master 2 des lexies absentes de PR 2010 et de PLI 2008 mais qui étaient déjà intégrées dans la nomenclature principale de Hachette : biopic, géolocaliser, hoax, pédopornographie, playlist, télépoubelle (tous signalés comme inconnus par le correcteur orthographique), etc.

1.3. Un vice de raisonnement

La troisième raison de mise à distance du dictionnaire dans les études néologiques est de type épistémologique. De fait, s'en référer mécaniquement au(x) dictionnaire(s) comme corpus d'exclusion revient à transférer la responsabilité d'un choix théorique (qu'est-ce qu'un néologisme ? Telle unité est-elle un néologisme ?) à la linguistique appliquée, à laquelle appartient la lexicographie qui relève par ailleurs plus d'un art que d'une science à proprement parler. C'est se décharger sur les lexicographes d'une tâche qu'ils n'ont jamais revendiquée. La pratique lexicographique (aussi bonne soit-elle et les dictionnaires consultés sont incontestablement de bonne qualité) ne peut être le fondement d'une décision de linguistique théorique et de lexicologie en particulier. En quoi l'intuition des lexicographes serait-elle plus valide que celle des lexicologues ? Ce n'est pas que la consultation de dictionnaires soit à proscrire, c'est leur utilisation mécanique qui l'est. Ils peuvent en particulier être utiles pour indiquer aux lexicologues des lacunes dans leur lexique et prouver que telle unité ignorée d'eux est attestée depuis longtemps. On ne peut en effet connaître tout le lexique de sa propre langue. Mais il y a encore un autre problème théorique.

1.4. Néologie seulement dans les langues écrites, ayant des dictionnaires ?

Prendre mécaniquement le dictionnaire comme corpus d'exclusion comporte deux inférences qui sont toutes deux démenties par les faits. D'une part, il n'y aurait pas de néologismes dans les langues écrites sans dictionnaires. Or, c'est manifestement faux : beaucoup de langues n'ont eu de dictionnaires que tard dans leur histoire, alors que leur lexique s'était développé abondamment. C'est ainsi le cas du français jusqu'à et y compris le 16e siècle. D'autre part, il n'y aurait pas de néologismes dans les langues non écrites. Ce qui est également une contre-vérité : toutes les langues ont évolué et évoluent, plus ou moins vite, et la partie de la langue la plus sujette au renouvellement est bien le lexique. Il reste encore des problèmes mi-théoriques mi-pratiques dont certains sont encore trop méconnus, alors mêmes qu'ils ont été explicités depuis des décennies déjà.

1.5. Des erreurs d'analyse ou d'incorporation

L'exclusion mécanique comme néologisme d'une lexie testée du fait de sa présence dans le dictionnaire conduit à ignorer les néologismes sémantiques ou syntactico-sémantiques ainsi qu'à ignorer les néologismes formels homonymes d'une lexie conventionnelle.

1.5.1. Omission des néologismes syntactico-sémantiques

Dans un tsunami de plombiers polonais ou un tsunami de haine (6) le mot tsunami n'est pas nouveau, mais de prédicat d'événement naturel de type géologique, il devient actualisateur, par métaphore, pour signifier la soudaineté et l'effet dévastateur. Il s'agit bien d'un néologisme, malgré la présence d'une entrée pour ce mot dans les dictionnaires.

1.5.2. Omission des néologismes homonymiques

De même, le syntagme venu spontanément sous la plume le comblement de lacunes m'a paru non conventionnel et innovant. De fait comblement, qui existe, ne s'emploie guère qu'avec des concrets : puits, trou... Mais cette information est absente de la dizaine de dictionnaires consultés, sauf un, le PR. La description de la combinatoire des unités lexicales est en effet souvent bien défailante, et il n'est pas toujours facile de s'assurer de l'existence d'un tour ou d'une formule : « ça se dit ? ça ne se dit pas ? ». Face à ces silences des dictionnaires, certaines innovations sont difficiles à décider à coup sûr. En fait, dans cette occurrence, il s'agit d'un néologisme plutôt issu de la nominalisation de combler une lacune, qui peut se dire tout à fait normalement, que d'un néologisme sémantique à partir de comblement d'un trou. Une métaphore (7) paraît en effet hautement improbable.

L'universitaire qui se disait intraitable n'avouait pas son intransigeance, mais elle voulait seulement dire que sa situation administrative ne pouvait pas être traitée par le logiciel utilisé par le ministère, donnant au mot intraitable son sens compositionnel complètement indépendant et différent du sens conventionnel. C'est un néologisme formel homonyme de la lexie conventionnelle intégrée dans la nomenclature des dictionnaires. À la différence de la néologie sémantique, la néologie formelle homonymique est généralement méconnue, et indûment considérée comme de la néologie sémantique, ce qu'elle n'est assurément pas, puisque aucun lien sémantique plausible ne permet de relier les sens. Danielle Corbin (1990) a parfaitement montré cette homonymie liée à des structures morphologiques différentes. Bien avant elle, Michel Bréal (1897) —et Antoine Meillet (1905-1906) à sa suite— a également insisté sur les lois qui président aux changements de sens des mots. On ne peut parler de néologie sémantique que s'il existe un lien logique entre l'acceptation de départ et celle d'arrivée.

Conclusion de 1

Tous ces faits, tant théoriques que pratiques, conduisent à récuser le recours automatique et mécanique au(x) dictionnaire(s) comme corpus d'exclusion et à s'interroger sur le sentiment néologique qui sert alors de fondement à la veille néologique. Au moins trois enquêtes ont été menées sur ce thème.

TROIS ENQUÊTES SUR LE SENTIMENT NÉOLOGIQUE

Elles ont été conduites avec des objectifs différents, dans des contextes scientifiques qui ont évolué, et leurs résultats sont contrastés, malgré une démarche analogue qui consiste en la collecte des néologismes

par plusieurs personnes indépendamment les unes des autres à partir d'un même corpus de textes écrits et dans la comparaison des néologismes relevés par chacun.

2.1. Protocole et résultats de la première enquête (Langages 1974)

La présentation des objectifs, du protocole et des résultats de cette expérience novatrice précède les commentaires sur les apories de cette expérience.

2.1.1. Présentation de l'enquête (novatrice)

Plusieurs disciples de Louis Guilbert (des universités de Rouen et Nanterre) se sont livrés au début des années 1970 à une expérience novatrice au sujet du sentiment néologique. Elle visait, dans la mouvance de la grammaire générative transformationnelle (modèle de *Aspects de la théorie de la syntaxe* 1965), à mettre en évidence une compétence lexicale et néologique parallèle à la compétence grammaticale chomskyenne (8).

Devant la difficulté de se mettre d'accord sur la définition de la néologie, considérée comme un « pseudo-concept » en tant qu'objet nommé mais non défini, ces quatre linguistes ont décidé de mettre la pratique avant la théorie. Il s'agissait de dépouiller et faire dépouiller plusieurs pages du même numéro de la presse générale, *Le Point*, par 17 personnes en tout, avec trois consignes : 1) Soulignez les néologismes ; 2) Indiquez les contextes qui vous paraissent nécessaires à leur exploitation ; 3) Faites une liste des unités sur lesquelles vous hésitez. Les deux dernières questions n'ayant pas été systématiquement traitées, seuls les résultats de la première ont été exploités. Ils devaient permettre d'approfondir la réflexion sur la néologicit  et d'affiner les concepts de néologie et de néologisme, avec la mise en évidence d'une compétence néologique universelle, parallèle à la compétence syntaxique et au jugement de grammaticalité qui l'accompagne.

Hélas, la disparité des résultats fut telle qu'aucune avancée théorique ne fut possible. 500 segments ont été soulignés en tout correspondant à 240 segments différents du texte. Le coefficient d'accord de deux membres en moyenne sur dix-sept est faible. Seuls cinq éléments ont été relevés par au moins la moitié des informateurs. Pire encore, sont par ailleurs constatées des intermittences du sentiment néologique chez les mêmes informateurs qui ne relèvent pas toutes les occurrences du même néologisme (leader) présent sept fois dans la revue (et une des occurrences n'est relevé par personne).

Devant ces incohérences et résultats quantitatifs décevants, les quatre linguistes ont décidé de « report[er] tous les relevés sur un même exemplaire du texte ». Cette approche qualitative conduit à trois constats. Apparaît d'abord un ensemble de néologismes formels, souvent accompagnés de marques m tadiscursives (typographiques ou d'énonciation) et de constructions syntaxiques particulières, ensemble sur lequel le caractère discret prête peu à la contestation. Ensuite, « des phrases du texte sont fortement soulignées et apparaissent comme plus n olog nes que d'autres ». Les résultats sont alors présentés en zones (séquences les plus longues soulignées par le groupe) et foyers (séquences les plus courtes communes aux différents relevés). Le nombre des

segments relevés une seule fois tombe alors de 152 à 96. Enfin des lieux plus grands que la phrase apparaissent aussi fortement soulignés, dans le cas de métaphores filées. La conclusion de cette approche qualitative est que la consigne a piégé les informateurs en les contraignant à « relever des unités là où finalement la confrontation des résultats fait apparaître qu'on ne peut pas découvrir d'unités mais des zones. C'est-à-dire qu'il n'y aurait pas un ou des néologismes dans une phrase mais de la néologie. » S'ensuit une réflexion sur la néologie comme fait de langue et/ou de discours, sur l'opposition changement / non changement et sur l'échec de la théorie générativiste d'alors à traiter ces problèmes.

2.1.2. Apories et insuffisances de l'expérience

S'il existe des zones néologènes, elles ne sont pas définies d'une manière plus claire que ne l'étaient / sont les concepts de néologie et de néologisme. Le progrès dans la réflexion linguistique dans la domaine ne semble du coup pas très net.

Ces zones ne sont par ailleurs pas d'un grand secours, ni pour les lexicographes à l'affût des nouvelles unités qu'ils vont décider d'entrer dans la nomenclature de leur dictionnaire, ni pour une équipe de lexicologues qui souhaite s'occuper de veille néologique.

Il semble par ailleurs que n'a pas été pris en compte les possibles enchâssements de néologismes. Comme pour les trains, il faut faire attention : un néologisme peut en cacher un autre. Ainsi, dans la zone néologène « Les bas-côtés de la cathédrale démo-chrétienne » où dix informateurs ont relevé soit les bas-côtés, soit la cathédrale démo-chrétienne, soit la cathédrale, soit démo-chrétienne, il y a en fait un néologisme formel (démo-chrétien) par troncation du premier membre du composé démocrate-chrétien, et deux néologismes sémantiques pour cathédrale et bas-côtés par assimilation d'un parti politique à un bâtiment (de type religieux) et des marges d'un mouvement politique aux bas-côtés de ce même bâtiment. La première métaphore est facilitée par l'emploi fréquent et conventionnel d'un autre nom de bâtiment religieux, chapelle, pour des groupes politiques ou des courants de pensées, par le fait qu'il est question du mouvement démocrate, proche de ce qui se nomme démocratie chrétienne dans d'autres pays, et par le fait que Jean Lecanuet (à propos de qui la phrase en question a été énoncée) était sénateur-maire de Rouen, ville célèbre par sa cathédrale, immortalisée par Monet. Le second néologisme sémantique est entraîné par le premier, dans une métaphore filée, mais il en est distinct et l'idée aurait pu être formulée sans néologisme sémantique.

L'essentiel de la réflexion porte sur la néologie sémantique sans que cela soit dit explicitement d'entrée de jeu (le titre de l'article est le sentiment néologique) et la discussion porte sur les difficultés d'identifier la néologie sémantique, par opposition à la néologie formelle qui ne retient guère l'attention. Cette opposition entre néologismes formels faciles à détecter et néologismes de sens difficiles à détecter est en fait assez factice et trompeuse, même si elle est largement répandue. Les néologismes par homonymie évoqués dans la 1re partie montrent suffisamment la précarité de cette opinion, sans compter les innombrables néologismes formels qui passent inaperçus des lecteurs / auditeurs du fait de leur régularité : fienteux, feuilleté, indécorable...

Sans qu'une expérience du même type ait été tentée, l'équipe du GRIL de Paris 7 qui s'est attelée à une tâche de veille néologique en français et en anglais à partir du milieu des années 1980 a connu un grand nombre de discussions sur le statut néologique de tel ou tel élément relevé par un des membres de l'équipe (Merle, 1989). Les intuitions des uns et des autres ne concordaient pas toujours (mais n'en va-t-il pas de même pour des jugements de grammaticalité portés sur des phrases fabriquées ?). Il s'agit donc d'un problème fondamental qui mérite qu'on y réfléchisse de près. D'où les deux autres enquêtes dont j'ai été l'initiateur.

2.2. Protocoles et résultats des deux autres expériences

Ces deux expériences prennent le contre-pied de la première expérience relatée et se fondent sur l'hypothèse (qu'il s'agit de confirmer ou d'infirmer) que seule une réflexion théorique approfondie préalable sur les notions de néologie et de néologisme permet d'homogénéiser les collectes effectuées par divers membres d'une équipe. Les deux expériences se sont déroulées selon un même protocole, mais sur des corpus de genres différents, littérature et presse généraliste. Il s'agissait de relever, à trois, puis à quatre linguistes, les lexies considérées comme néologismes en fonction des conceptions exposées dans Sablayrolles (2000) et d'identifier leur matrice lexicogénique. Une réunion préparatoire exposait les objectifs de l'expérience et exposait la conception large et scalaire de la néologie ainsi que le tableau des matrices lexicogéniques. Il n'était pas demandé aux collecteurs d'y adhérer mais de l'appliquer du mieux possible. Dans les deux cas, la deuxième réunion où chacun devait apporter son relevé et ses analyses s'est transformée en une réexplicitation de la démarche et à la remise à une troisième réunion de la présentation des résultats bruts et de la réflexion sur la manière de les exploiter. Dans les deux cas, la dernière phase a été consacrée aux analyses quantitatives portant sur les incorporations et les analyses en matrice, auxquelles se sont ajoutées des approches qualitatives.

2.2.1. Une conception large et scalaire de la néologie

Est considérée comme relevant de la néologie toute innovation par rapport au savoir lexical intégré par un locuteur natif. Ces innovations affectent la forme (ce sont les néologismes morpho-sémantiques et les néologismes purement morphologiques de réduction de la forme), le sens (ce sont les néologismes sémantiques) ou l'emploi de lexies (ce sont les néologismes syntaxiques par changement dans la combinatoire). À ces trois grandes catégories de matrices internes qui s'opposent à la matrice externe qu'est l'emprunt dans le tableau hiérarchisé des matrices de Jean Tournier (1985 et 1989), a été ajoutée une matrice pragmatico-sémantique pour tous les cas de détournement, qui défigent des unités polylexicales figées et aboutissent à des éléments du type de ceux que Robert Gallisson (1995) appelle des palimpsestes. Cette conception large qui se fonde sur la lexie comme unité lexicale —définie comme un signe linguistique qui est une unité fonctionnelle et qui est mémorisée en compétence ou susceptible de l'être— a pour corrélation d'être scalaire, dans la mesure où certains types de néologismes sont plus prototypiques que d'autres qui paraissent marginaux. Le temps qui passe et la diffusion font par ailleurs perdre

progressivement ce caractère de néologicit . L'hypothèse est que se manifester  un plus fort taux d'accord dans le repérage des néologismes pour des néologismes prototypiques que pour des néologismes marginaux et que cette prototypicit  est en partie liée aux types de matrices qui les ont produits. C'est par rapport à une description systématique et formalisée des lexies et de leur combinatoire telle qu'elle est prônée et pratiqu e par Igor Mel'cuk *et al* (1995) ou dans le modèle des classes d'objets élaboré par Gaston Gross au LDI (9), avec des dictionnaires de prédicats, d'arguments et d'actualisateurs, que les innovations peuvent être appréciées, même si ces descriptions sont loin d'être achevées.

2.2.2. L'expérience de Limoges (1999)

Le protocole et les résultats de la première expérience qui s' st déroulée à Limoges en 1999 ont été exposés lors du colloque « L'innovation lexicale » (début 2001 dont les actes sont parus chez Champion en 2003). La pièce de théâtre *La parenthèse de sang de Soni Lab'ou Tansi* riche en innovations lexicales a été prise comme corpus d'études. Tant dans les incorporations que dans les analyses collectées après la troisième réunion, deux stratégies sont apparues. Une expérimentatrice (SC) a restreint son relevé (54 items) et a privilégié certaines matrices et certaines analyses (quand plusieurs matrices étaient en concurrence pour les analyses) l  où les deux autres (ATC et JFS) ont eu des résultats plus proches, tant dans les incorporations (118 et 134 respectivement) que dans les analyses. Seulement 30 items ont été relevés unanimement, ce qui représente tout de même 55,5% de la collecte de SC). Les incorporations communes à ATC et JFS se montent à 75, ce qui représente le pourcentage non négligeable de 63,5% des incorporations d'ATC. L'élaboration d'un tableau récapitulatif des incorporations et analyses de chacun des trois expérimentateurs a permis de tirer quelques conclusions. Deux principaux types de calculs ont été effectués à partir du tableau synoptique, qui récapitule le nombre de matrices identifiées par chacun ainsi que les accords à 3 et à 2 ou les analyses individuelles.

(Les matrices sont identifiées par un chiffre : 5 = composition, 6 = mot-valise, 7 = onomatopée, 8 = conversion, 9 = construction différente, 10 = métaphore, 11 = métonymie, 12 = autres figures, 13 = troncation, 15 = détournement et 16 = emprunt. Les colonnes vides 1   4 (préfixation, suffixation, dérivation inverse et parasynth tique) et 14 (siglaison) sont omises pour diminuer la largeur du tableau.)

I = accord à 3

II = accord 2 à 2

III = analyse différente pour incorporation commune

IV = incorporation différente

V = récapitulatif du nombre de matrices indiquées par chacun des 3 collecteurs

VI = nombre d'items pour lesquels figure au moins une fois la matrice

		5	6	7	8	9	10	11	12	13	15	16	Tot
I		6	1	1	2	2	1		1		2	2	18
II	J-S	2		2	1	1			2		2	3	13
	J-A	3				30	3	1	7		6		50
	AS	1			2				1				4
	tot	6		2	3	31	3	1	10		8	3	67
II	J	2			1	11		1	5		1		21
I	S	12			3	8	2	1	4	1	2	1	34
	A	2		2	1	4	5	3	1		4	8	30
	tot	16		2	5	23	7	5	10	1	7	9	85
I	J	3		2		36	2	1	16		6	1	67
V	S	1				3	1	1	3	1		1	11
	A	1		1	1	16		3	6		5	1	34
	tot	5		3	1	55	3	5	25	1	11	3	112
V	J	16	1	5	4	80	6	3	31		17	6	169
	S	22	1	3	8	14	4	2	11	2	6	7	80
	A	13	1	4	6	52	9	7	16		18	11	137
	tot	51	3	12	18	146	19	12	58	2	41	24	386
V		33	1	8	11	110	14	11	46	2	28	17	281
I													

i) Le travail de thèse en stylistique sur Chamoiseau où était engagée SC l'a empêchée d'adopter pleinement la conception large et scalaire que l'on testait, alors qu'ATC n'a eu aucune réticence à l'adopter, après la deuxième réunion d'explicitation. Cette répartition des résultats montre bien que la réflexion théorique et l'adoption d'une conception commune conduit à rapprocher les résultats, alors que les seules intuitions individuelles conduisent à plus de dispersion.

ii) Des préférences individuelles ont été mises à jour tant dans le relevé que dans les analyses (par des calculs portant sur le pourcentage que représente chaque matrice au sein de l'ensemble relevé par un expérimentateur, et par la comparaison entre ces pourcentages. On ne peut en effet comparer les chiffres bruts quand le nombre d'incorporations est différent. Ainsi, pour les composés (matrice 5), Sophie a 22 sur 56 néologismes = 40,74% alors que JF en a 16 sur 134 (= 11,96%) et Arielle 13 sur 118 (= 11%). Sophie a donc 3,7 fois plus de néologismes par composition qu'Arielle, etc. Cette connaissance peut conduire ensuite les collecteurs à être sur leur garde et à prendre du recul par rapport à leur pratique instinctive pour éventuellement tempérer ou corriger leurs penchants, si c'est nécessaire. Ainsi, SC a systématiquement relevé des lexies suivies de -là, à la différence des deux autres collecteurs. Elle a aussi systématiquement analysé comme sémantiques des néologismes considérés plutôt comme syntaxiques par les deux autres collecteurs.

iii) La dispersion ou la ressemblance des incorporations et des analyses en matrices varient en fonction des types de matrices. Certaines font l'unanimité, d'autres montrent de grands écarts. Une échelle dans le taux d'accord selon les matrices a été calculée : les mots-valises sont en haut de

l'échelle et les néologismes par métonymie et la troncation sont en bas. Là encore cette connaissance constitue un guide pour des travaux ultérieurs.

Il a fallu inventer un mode de calcul. C'est en examinant les cas extrêmes d'unanimité et de désaccord complet que la voie de comparaison a été trouvée. L'unique mot-valise a été identifié et analysé par les trois enquêteurs alors que deux éléments analysés comme troncation n'ont été relevés et analysés que par un seul des enquêteurs. Dans le premier cas, on a donc (1 matrice x 3 relevés) = 3 que l'on divise par 3 (1 item x 3 relevés), ce qui fait 1. Dans le second cas, on a (2 matrices x 1 relevé) = 2 que l'on divise par 6 (2 items x 3 relevés) et l'on obtient 0,33. Plus on se rapproche de 1, plus l'accord est grand, plus on va vers 0,33, plus le taux d'accord est faible. Ce mode de calcul a été effectué pour toutes les matrices attestées : on a additionné pour chaque matrice ses mentions dans les trois relevés puis divisé la somme obtenue (dernière ligne de V) par le nombre d'items concernés au moins une fois par cette matrice (ligne VI), multiplié par trois, puisqu'on a additionné les résultats des trois relevés. On obtient un chiffre compris entre 1 et 0,33. Plus le chiffre obtenu est près de 1, plus le taux d'accord est grand (tant dans l'identification que l'analyse) et plus on a de chance d'être à un pôle néologique fort ; plus le chiffre obtenu tend vers 0,33, moins le taux d'accord est grand et plus on s'achemine vers l'autre extrémité de l'échelle néologique.

Faute de temps et pour des raisons institutionnelles qui nous ont dispersés, un nouveau travail programmé avec la même équipe n'a pas pu se faire. L'expérience suivante a donc été conduite ailleurs, avec d'autres expérimentateurs.

2.2.3. L'expérience du LDI de Paris 13

Quatre des membres de l'équipe néologie du laboratoire LDI de Paris 13 ont conduit une seconde expérience, en 2006, sur un corpus de presse cette fois-ci. Le compte rendu en a été exposé par deux d'entre eux lors de la journée Conscila « néologie » et les actes sont parus dans *Neologica 3* (2009). Le corpus qui comportait deux numéros d'un quotidien gratuit (20 minutes), un numéro de *Télérama* et un numéro du *Nouvel Observateur* a été réduit dans une deuxième phase de l'expérience à ce seul dernier titre du fait de l'abondance de la matière.

Au moment de la deuxième réunion, celle de la mise en commun des résultats, plusieurs expérimentateurs se sont rendu compte au vu des relevés des autres et de leurs analyses, qu'ils avaient oublié des néologismes et commis des erreurs d'analyse. Aussi une phase supplémentaire a-t-elle été décidée pour des repentirs. C'est à partir des données collectées après cette période de correction individuelle qu'ont été lancés les calculs et les analyses.

Pour aller à l'essentiel des résultats quantitatifs et qualitatifs de cette deuxième expérience, on peut dire que se sont dégagés trois ensembles : deux ensembles disparates pour deux des collecteurs et un ensemble fortement homogène pour les deux autres. Alors que les deux premiers (SB et SY) montrent peu de points communs entre eux ou avec les deux autres (CG et JFS), les relevés et analyses de ces deux collecteurs montrent un taux d'accord élevé tant dans les incorporations que dans les analyses. 210 néologismes différents ont été relevés au moins une fois (SB 59, SY 64, JF 165 et CG 187), avec 26 incorporations communes à quatre, 43 à trois, 101

à deux. Pour les analyses, il y en a 14 unanimes, 21 identiques pour trois des enquêteurs, 107 identiques pour deux des enquêteurs. Après la mise en évidence des préférences individuelles, sur le même modèle que celui de l'expérience de Limoges, une échelle des matrices en fonction du taux d'accord qu'elles manifestent a été établie, avec un type de calcul différent dans la mesure où une seule matrice était identifiée pour chaque néologisme (10). On a divisé le nombre d'items concernés au moins une fois par une matrice par la somme cumulée des mentions de cette matrice dans les quatre relevés. Plus le chiffre obtenu est près de 0,25 plus l'accord est grand, plus il est proche de 1, moins il est grand.

Malgré des divergences persistantes, les leçons de cette expérience sont néanmoins encourageantes puisque les résultats de deux des enquêteurs sont très proches : 98,2% des néologismes relevés par JFS l'ont été aussi par CG et 83% des analyses de JFS sont identiques chez CG. Ces rapprochements permettent d'espérer une diminution nette des fluctuations du sentiment néologique au sein d'une équipe, à défaut de pouvoir les éliminer complètement.

Plusieurs facteurs responsables des variations ont en effet été identifiés qui tiennent les uns aux personnes (âge, culture, expérience dans le domaine...), d'autres aux objets (certains types d'innovation sont plus perceptibles que d'autres...).

Les relevés singuliers sont le fait de chercheurs jeunes, encore inexpérimentés dans le domaine, alors que les deux autres ont travaillé en néologie depuis plusieurs décennies. Leur âge et leur culture accumulée au fil des ans en France leur permettent de faire le départ entre des lexies ou expressions anciennes oubliées ou tombées en désuétude pour parler de faits historiques (le numéro du *Nouvel Observateur* était consacré aux événements de mai 68), ce que des jeunes, francophones non hexagonaux, ne pouvaient connaître et assimilaient à des innovations (mao spontex par exemple). Les échanges lors des réunions entre les deux personnes expérimentées dans le domaine leur ont permis de débusquer des problèmes, de chercher des solutions en argumentant et de prendre des décisions motivées. Les deux autres qui participaient à ces réunions ont eu plus de mal à entrer dans le jeu et à en tirer les conséquences, le domaine leur restant trop extérieur. L'efficacité de la veille néologique repose en fait sur un apprentissage approfondi préalable et s'accroît avec le temps et la pratique.

Comme dans l'expérience précédente, des prédispositions personnelles ont été repérées pour chacun des expérimentateurs, mais moins, bien sûr, pour les deux dont les résultats se rapprochent. Enfin une échelle des matrices a également été élaborée. Elle n'est pas sans similitudes avec la précédente, mais la différence dans le type de texte et des lexies qui s'y trouvaient (ainsi il n'y avait aucun cas de suffixation dans la pièce de *Soni Lab'ou Tansi*) ne permet pas de tirer de conclusions à ce sujet.

CONCLUSION

L'hypothèse que l'on voulait tester à savoir que seule la réflexion préalable et approfondie sur les concepts de néologie et de néologisme permet d'homogénéiser des résultats de veille néologique et d'analyse sort confortée de nos deux expériences. Pour autant tous les problèmes ne sont

pas résolus dans la mesure où les compétences lexicales de chaque individu, même expérimenté, sont différentes et où les descriptions du lexique des langues sont très incomplètes, en particulier dans la description des emplois. Face à un savoir lexical fluctuant et insuffisamment décrit, on manque de pierre de touche pour tester la nouveauté d'une lexie ou d'un de ses emplois. Paradoxalement, la néologie se définit facilement comme toute innovation par rapport au savoir lexical intégré d'un locuteur natif, mais celui-ci n'étant pas un ensemble homogène stable, l'identification des néologismes reste délicate. C'est aussi l'insuffisance des descriptions linguistiques qui constitue un obstacle pour décider de la nouveauté. Il faudrait que l'existant soit clairement décrit. C'est loin d'être le cas. Aussi les dictionnaires fournissent-ils des outils qui permettent de prendre certaines décisions, mais il faut s'en servir avec beaucoup de précaution, pour toutes les raisons exposées en première partie de cet article. Face à ces différences de lexique intégré par chacun et d'absence de description exhaustive, il est apparu nécessaire d'organiser des sessions de validation collectives, pour éviter des erreurs. Enfin, cette expérience a constitué le point de départ de la confection d'un fascicule de consignes d'incorporation et d'analyse qui fonctionne au sein de l'équipe néologie du LDI et qui ne cesse d'être amélioré et précisé au fur et à mesure des difficultés rencontrées et des solutions adoptées après réflexion. Cette expérience est aussi à l'origine de la publication d'articles sur des points litigieux ou problématiques, avec une argumentation et des exemples. C'est donc peu dire que la réflexion sur le sentiment néologique a été porteuse de progrès dans la réflexion dans ce domaine.

NOTES

(1) Dans le sens de « idiot », absent du Larousse classique (début des années 60), du Larousse du 20^e siècle en 6 volumes (1928-1933), où seul figure le préfixe con- « avec ».

(2) Le PLI est le Petit Larousse Illustré, suivi de son millésime.

(3) Le PR est le Petit Robert, suivi de son millésime.

(4) Ces chiffres sont tirés des relevés systématiques établis par Camille Martinez et mis sur son site : <http://www.orthogrenoble.net/page-de-camille-club-orthographe-grenoble.html>

(5) L'acception « hérésie » pour néologie, présente dans le seul Grand Dictionnaire Universel Pierre Larousse, et sa version allégée par Augé, le Nouveau Larousse Illustré, laisse perplexe, même si on sait que c'est une acception qui s'est développée à la fin du 19^e siècle dans d'autres langues : anglais, allemand, portugais...

(6) Exemples empruntés à Salah Mejri (2010).

(7) Le comblement de lacune, d'ignorances est un travail du même type que celui qui consiste à combler un trou avec de la terre ou tout autre matériau.

(8) Une des conclusions de l'article est l'inaptitude de ce cadre théorique en l'état à traiter la néologie.

(9) Voir les nombreux articles de Gaston Gross et aussi la présentation du modèle par Michel Mathieu-Colas et Denis Le Pesant dans le numéro de *Langages* n°115, 1994 consacré aux classes d'objets.

(10) Dans l'expérience de Limoges, on pouvait identifier plusieurs matrices pour un néologisme.

RÉFÉRENCES BIBLIOGRAPHIQUES

BEN HARIZ OUENNICHE, S. Diminuer les fluctuations du sentiment néologique. **Neologica**, 3, p.37-51, 2009.

BREAL, M. **Essai de sémantique**. Paris : Hachette, réédition Limoges, éd. Lambert Lucas, 2005.

CORBIN, D. Homonymie structurelle et définition des mots construits, vers un dictionnaire dérivationnel. In: CELEX, J. C.; MAZIÈRE, F. **La définition**. Paris : Larousse, p.175-192, 1990.

CORBIN, P.; GASIGLIA, N. Représentations lexicographiques actuelles du lexique français: aperçus sur les choix de nomenclatures. **Cahiers de Lexicologie**, 96-1, p.35-65, 2010.

GALISSON, R. Les palimpsestes verbaux: des révélateurs culturels remarquables, mais peu remarqués. **Cahiers du Français Contemporain**, 2 (Michel Martins-Baltard éd.), p.41-64, 1995.

GARDIN, B. *et al.* À propos du sentiment néologique. **Langages**, 36, p.45-52, 1974.

LE PESANT, D.; MATHIEU-COLAS, M. (coord.) **Langages**, 15, 1994.

MARTINEZ, C. ; ELCHAKAR M.
http://www.pages.usherbrooke.ca/cls/vol2no1/elchacar_martinez_vol2no1_2008.htm

MEILLET, A. Comment les mots changent de sens. **L'Année Sociologique** 1905/1906, repris dans **Linguistique historique et linguistique générale**. Paris: Champion, 1921 et 1982.

MEL'CUK, I.; CLAS, A.; POLGUÈRE, A. **Introduction à la lexicologie explicative et combinatoire**. coll. Champs linguistiques. Duculot: AUPELF-UREF, 1995.

MERLE, G. *et al.* **Les mots nouveaux apparus depuis 1985**. Paris: Belfond, 1989.

SABLAYROLLES, J. **La néologie en français contemporain**. Examen du concept et analyse de productions néologiques récentes. coll. Lexica mots et dictionnaires. Paris: Champion, 2000.

_____. Le sentiment néologique. In : SABLAYROLLES, J. (éd.). **L'innovation lexicale**. Paris : Champion, p.279-295, 2003.

_____. Néologie et dictionnaire(s) comme corpus d'exclusion. In : SABLAYROLLES, J. (éd.). **Néologie et terminologie dans les dictionnaires**. coll. Lexica. Paris : Champion, p.19-36, 2008.

_____. Alain Rey, le linguiste et les mots nouveaux. In : GAUDIN, F. (éd.). **Alain Rey, vocabuliste français**. coll. La Lexicothèque. Limoges : Lambert-Lucas, p.87-98, 2011.

TOURNIER, J. **Introduction descriptive à la lexicogénétique de l'anglais contemporain**. Paris-Genève: Champion-Slatkine, 1985.

_____. **Précis de lexicologie anglaise**. Paris: Nathan, 1991.

ANÁLISE SEMÂNTICO-COGNITIVA DE TERMOS RELACIONADOS COM A CATEGORIZAÇÃO DO ESPAÇO NO TRATADO DA ESFERA DE SACROBOSCO (SÉCULO XVI)

Teresa Leal Gonçalves Pereira
Universidade Federal da Bahia
tlgpereira@gmail.com

RESUMO: Estudo do léxico relativo ao Espaço, como parte de um Projeto de pesquisa mais amplo acerca da Linguagem da Astronomia Náutica do período das descobertas ultramarinas portuguesas. Em decorrência de a estrutura dos elementos polissêmicos não ser, de forma alguma, arbitrária, postula-se a sua caracterização por princípios que governam a configuração de sentidos, motivada por mecanismos cognitivos gerais, peculiares à cultura da época. Elegeu-se como *corpus* o *Tratado da Esfera* reproduzido nos *Guias Náuticos de Munique e de Évora*, impressos no primeiro quartel do século XVI. O *Guia de Munique* é datado de 1509 em diante, e o de Évora, em um ano próximo a 1516. Os textos fac-similados em uma edição de Luís de Albuquerque do Guia (1991) serviram de base para a elaboração de uma lição conservadora, a fim de que fosse possível retratar com fidedignidade a língua portuguesa quinhentista. A tradução portuguesa do *Tractatus de Sphaera* ou *De Sphaera Mundi* é da autoria de Pedro Nunes, matemático e nomeado cosmógrafo-mor do Reino. Essa obra remonta a alguns anos após 1250 e foi muito difundida nos séculos XIV a XVII. O seu conteúdo refere-se à explicação dos movimentos e descrição de fenômenos celestes, com destaque para o chamado “nascimento dos signos”. O interesse em estudar esses termos, no *corpus* escolhido para análise, visa contribuir para o melhor conhecimento da língua da especialidade, em Portugal.

PALAVRAS-CHAVE: Léxico; Língua portuguesa; Semântica cognitiva; Astronomia náutica.

INTRODUÇÃO

Propõe-se, neste trabalho, examinar alguns aspectos concernentes aos termos de astronomia náutica do *Tratado da esfera*, documentados no *Guia Náutico de Munique* e no *Guia Náutico de Évora* conservados, respectivamente, nas Bibliotecas de Munique e de Évora e que serviram de fontes para os *Livros de Marinharia* utilizados pelos mareantes portugueses. Esses documentos despertam o interesse, uma vez que eles formam parte de um contexto concreto, correspondente a um campo determinado de especialidade. A sua importância reside no fato de registrar essa prática constante na marinharia da época dos descobrimentos ultramarinos.

Esses tratados de astronomia náutica são considerados como essenciais para o êxito das viagens dos descobrimentos, durante os séculos XV e XVI e a sua relevância decorre do fato de assinalar o início de uma

nova era na marinharia. Ressalta-se que a análise empreendida possibilita a identificação de termos do português arcaico, uma vez que as versões mais antigas desses tratados técnicos traduzidas do latim datam de pouco depois de 1250.

A concepção da mentalidade e o grau de conhecimento da época medieval, com resquícios da visão aristotélica relativa aos astros, planetas e signos, aproximavam a astronomia e a astrologia. Nessa área, não se pode deixar de registrar a grande contribuição dos povos árabes e judeus, amplamente desenvolvida nas aulas de Cosmologia, que tanto contribuiu para os avanços da náutica dos descobrimentos portugueses.

Após a comparação de fatos linguísticos observados em versões recorrentes, decidiu-se privilegiar como *corpus* deste estudo a versão do *Guia Náutico de Munique*, por ser mais antiga do que a do *Guia Náutico de Évora*, a partir de uma edição conservadora (1) com o intuito de acrescentar dados para a identificação e comprovação da permanência de traços linguísticos do português arcaico no texto quinhentista.

Esses Guias náuticos teriam sido impressos, segundo Luís Mendonça de Albuquerque (GUIA, 1991, p.5), no primeiro quartel do século XVI. É provável que a data de publicação do *Guia* de Évora seja de um ano próximo a 1516, enquanto se supõe que o de Munique deve ter sido de 1509 em diante. Mais tarde, foram reeditados por Joaquim Bensaúde, em 1912, e por Luís de Albuquerque, em 1965.

Neles constam versões do *Tractado da Sphera (Tractatus de Sphera* ou *De Sphera Mundi*, pequeno compêndio de cosmografia elementar escrito por John Halifax of Hollywod, cujo nome latino é Johannes de Sacrobosco). Encontram-se exemplares impressos desse Tratado na Biblioteca Nacional de Lisboa, um exemplar, na Biblioteca da Academia de Ciência de Lisboa e outro, na Biblioteca de Évora.

Nos *Guias*, há a definição da Sphera:

Spera s[e]gundo Euclides em co-/meço da sua geometria. he huũ/ corpo redõdo q(ue) se descreue e causa do/ arco do semicirculo mouido de ponto/ a põto sobre seu firme diametro segũdo Theodosio Spera he/ huũ solido corpo redõdo incluso de soo hũa superficie [...] (GE, 2, 13-18)(2).

Spera segundo Euclides/ em comemço da sua geo/metria: he huũm corpo redon/do que se descreue e causa do/ arco do semicirculo mouido/ de pomto a pomto sobre seu/ firme dyametro. Segumdo Theodosio: Spera he he huũ so/lido corpo redondo incluso: de soo huũa superficie: [...] (GM, 26, 15-22) (3).

O LÉXICO

O léxico da língua de especialidade dos *Guias náuticos* de Munique e de Évora apresenta características muito especiais, como o registro de termos arcaicos, em decorrência de se tratar de apógrafos, pois, embora

datados do século XVI, reproduzem alguns textos com resquícios de séculos anteriores.

Do conjunto de palavras e expressões estudadas, chamam a atenção certas especializações de sentido em campos conceituais bem definidos, como *bornear*. Formas arcaicas que hoje são totalmente desusadas, como *ponente*, encontram-se ao lado de outras, cujos significados já se tornaram obsoletos, devido às novas descobertas, a partir da interpretação da realidade, como *estrela* = 'planeta'.

Outras palavras documentam a influência de povos que contribuíram, como os árabes e os gregos, para o desenvolvimento do conhecimento humano, especialmente no campo da Astronomia. Do mesmo modo, formas de origem francesa, castelhana e italiana demonstram a variedade, nessa área, de empréstimos na constituição do léxico português.

Este breve estudo de elementos léxicos faz lembrar que, através desse nível linguístico, pode-se observar que as estruturas da linguagem humana não correspondem à realidade, elas impõem-se à realidade pela interpretação humana.

O conhecimento do léxico em relação com o desenvolvimento da humanidade levanta questões muito complexas, tornando os homens cada vez mais conscientes de que, nesse campo, ainda há muito a explorar.

Há exemplos de formação derivacional, deverbais e denominativos, sendo que estes últimos são mais sujeitos a transformações de sentido, uma vez que os falantes não tomam consciência do valor do sufixo; a sua percepção é, geralmente, da significação global do elemento léxico. [Dentre](#) outros, exemplificam-se os seguintes:

Sufixados: *razonal* 33.20; *boreal* 35.32; *austral* (4) 36.15; *estival* 39.6; *vernal*.39.20; *autunal* 39.21; *mesturamento* 28.32; *mudamento* 29.18; *sequidade* 29.2; *altura* 34.33; *longura* 37.10; *baxura* 57.13; *ladeza* 55.34. Prefixados: *antrepoimento* 54.10; *contraposto* 46.14; *inuarial* 29.19.

Do ponto de vista da gramaticalização, os advérbios de modo, caracterizados pelo sufixo *-mente*, estão documentados em várias formas que não se encontram ainda aglutinadas.

A esse respeito, ressalta-se que Svorou (1994) adota um *continuum* para representar as fases pelas quais passam as formas linguísticas que se gramaticalizam no decorrer do tempo. São os estágios de *enlaçadas*, quando há expressões sintagmáticas; *aglutinadas*, ao se apresentarem como formas fixas; e *fundidas*, ao perderem elementos em decorrência de mudança fonética.

ASPECTOS SEMÂNTICOS COGNITIVOS

A partir dos anos setenta, a Linguística Cognitiva desenvolveu uma verdadeira revolução com um paradigma instituído no final da década de noventa, tendo por base os conhecimentos de Biologia, Psicologia e Neurologia. Trata-se de uma teoria que preconizava um modelo holístico de investigação linguística, sem as limitações de categorização modular para os estudos da Morfologia, Sintaxe e Semântica.

Em oposição à teoria linguística de N. Chomsky, especialistas como George Lakoff e Mark Johnson (1980), Ronald Langacker (1987), dentre outros, estabeleceram os princípios básicos dessa nova disciplina, partindo

do pressuposto de haver uma forte integração de capacidade linguística com a cognição humana e demais domínios cognitivos.

Nessa perspectiva, considera-se que as categorias lexicais organizam-se, a partir das categorias prototípicas, em um sistema de redes, denominadas de “semelhanças de família”. As metáforas e metonímias são elementos cognitivos que, no nível lexical, produzem a extensão semântica dos itens constitutivos desse repertório. A metáfora produz os *domínios cognitivos* e a metonímia se realiza em um *domínio* determinado.

Os *domínios cognitivos* básicos se fundamentam na experiência humana do espaço e tempo e os *domínios cognitivos complexos* reproduzem-se como as categorias desenvolvidas a partir do domínio básico do espaço bi-dimensional do tempo, da cor, da temperatura etc.

Círculos e esferas constituem-se como *domínios* para a metaforização encontrada nos *Guias náuticos* e são categorias básicas utilizadas para a estruturação das categorias abstratas, além das metonímias encontradas nos esquemas imagéticos.

Estão registrados no texto esquemas imagéticos (LAKOFF, 1987) e transformações desses esquemas (LAKOFF; JOHNSON, 1980), como a “sobreposição” da “esfera terrestre” para a “esfera celeste”.

Dentre as categorias de nível básico utilizadas para os domínios da astronomia náutica medieval que estão documentadas no *corpus* em apreço, para a formação de esquemas imagéticos encontram-se, além dos círculos e esferas, as relações de proximidade – distância, e de ligação – separação.

*Estes circulos **di/uidem** toda a spera em doze partes iguaes **anchas** no me/eo: 38.19-20, 20, 20;
[...] por que cada signo tem trinta / graaos de **longura**: e doze de **anchura**. 37.15, 15
A linha que **diuide** a **anchu/ra** do zodíaco **dexãdo** seys / signos a hũa parte: e seys a outra se chama linha e/cliptica 37.16, 16-17, 17, 18, 18
[...] se ho / çeeo fosse **chaão**: alguũa parte / do çeeo **se nos achegaria** mais / que ha outra 31.5
[...] quaaes quer do/us arcos do zodíaco yguaaes **oppositos**: e **contrapostos** / **apartantes** yguall memte de alguños delles quatro **pun/ctos** ja dictos teem yguaes **asçendimentos** em ha espera / recta. 46.3, 3, 3-4, 4, 4*

De acordo com a noção de Modelos Cognitivos Idealizados (MCI) definidos por Lakoff (1987) há, entre os mais frequentes, aqueles chamados de RECIPIENTE (ingl. *CONTAINER*), ORIGEM, PERCURSO ou CAMINHO, ELO, FORÇA, BALANÇA, ou EQUILÍBRIO, CONTATO etc.

Como exemplos de BALANÇA ou EQUILÍBRIO, documentam-se os seguintes:

*[...] de aqui sam **tam grandes** os ar / cos da noytes **como** os arcos dos dias so a equinoçiall. 48. 30, 31
[...] parece que sy tomamos dous çir / culos **equidistâtes** yguall mente **apartados** da equinoçial: hu / ã **de huũa parte** e outro **da outra. tam grãde***

he o arco do dia / no huã como o arco da noyte no outro. 49. 19,19, 20, 20, 21.

Há que se considerar, além do mais a existência de Modelos Cognitivos Culturais. Segundo Langacker (1987), é preciso que se acrescente a outros domínios básicos a Matriz de Domínio, que compreende a linha e o círculo próprios das relações técnicas do espaço bi-dimensional. É nesse caso que se inclui a concepção de MOVIMENTO do *Guia náutico de Munique*, para o que é necessário levar em consideração a *figura* ou *trajector* e o *fundo* ou *landmark*.

Segundo Vandeloise (1986, p.34),

L'objet à situer a été nommé, dans la littérature anglaise, la figure (Talmy) ou le trajector (Langacker), cependant que les mêmes auteurs nommaient ground ou landmark le point de repère; J'appellerai cible l'objet à localiser et site l'objet de référence. Le langage ne laisse pas au hasard les positions de la cible et du site dans la relation spatiale dans les phrases bien formées, la cible coincide toujours avec le sujet de la phrase et le site avec son objet.

E acrescenta, em nota (1986, p.44, n.2):

Trajector et landmark sont des termes techniques, en grammaire cognitive (LANGACKER, 1986), qui pourraient être traduits par "trajectoire", c'est-à-dire, une entité mobile sur une trajectoire et borne ou point de repère. Trajecteur a essentiellement une valeur suggestive et n'implique pas toujours un mouvement physique. Quant à figure et ground, les termes de Talmy, ils suggèrent une analogie avec la figure et le fond de psychologie perceptive.

Encontram-se, como pontos de referência (ingl. *landmarks*): círculos, linhas, pontos, planos, e como *trajectors*: astros, planetas, signos etc. A conceptualização de CAMINHO (origem – percurso – destino), está bastante documentada no *Tratado da esfera*, implicando o deslocamento a partir de um ponto em direção a outro, pois se registra constantemente na transferência de modelos imagéticos da experiência humana, em planos de ordem metafórica.

A plagaa do / meo sobiecta aa tor / rida zona amtre os / dous tropicos se diz / nom morada por ha / grande quentura do / sol: que sempre anda / entre os tropicos: 43. 13-14, 14, 15, 15, 19, 20. Ca em sua terra quando o soll estaua açerca do tropico de can / çer as sombras hyam aho meeo dia. 51.31, 31, 32, 32.

Aos *que* ham ho / çenich **sob** o tro / pico de cãçer aque / çe que soo hũa / vez **pasa** o soll / **sobre** seu çenich / [...] 52.2, 5, 6.
 [...] e nũa mais ten / a sôbra **perpêdicular**. **en** / este **sito** dizê ser hũa çida / de chamada siene. 52.12, 12, 13.
 Syene **a nenhuũa parte lâça** a sombra. 52.15, 15.
 Aos que ham ho çenith **antre** ho tropi / co de cançer e ho çirculo artico nũa ho sol **pasa por çim[a]** / **de** suas cabeças: a sombra **vay** sempre **ao norte**. 52. 17, 17-18, 18, 18.
 [...] por ho **rapto** e **mouimêto** da nona **spera desçreue** e faze / cemto e oytenta e dous paralellos. 48.16, 16, 16.
 [...] aos que **ten** ho çenith sob equinoçial: ho / sol **pasa** por ho çenith de suas cabeças duas vezes no / ãno [...] 50.29, 29, 30, 30, 30.
 Et como os **ascendimentos** daquelles ar / cos nom sejam yguaes segundo he asy **ê** ha **spera** recta [...] 48. 3, 4, 4.
 [...] e segundo ho acrescamento daquelles **as / cendimêtos** se consyderã hos dias naturaes: [...] 48. 5-6.

Um outro domínio, no qual as classes conceptuais foram organizadas no *corpus* em questão, pode ser compreendido pela metáfora ontológica SIGNOS SÃO ANIMAIS. São os signos denominados de **pisces** 'peixes', **taurus** 'touro', **leo** 'leão', **scorpio** 'escorpião':

Os / **signos** boreales que **sobem** sobre ho orizôte e **descenden** sob // elle: **nascem por proosterados** e **ao traues scilicet tauro** ante aries. / aries âte **pisces**. **pisces** âte aquario. 53. 34, 34, 34; 54.1, 1, 1, 2, 2.
 [...] e os **signos apposit(os) na / cê direita mente: descendem por proosterados scilicet scorpio** âte libra. / libra âte **virgo**. **virgo** âte **leo**. 54. 2, 2, 2-3, 3, 3, 4.

Parte do corpo, tal como o **pé**, é recorrente na conceptualização dos signos:

[...] se / tauro nam **estemdese** ho **pee**. ho quall dizem estes **estender** / ata o tropico de cãçer: e **pasa** delle. 52.23, 23, 24.

Em relação ao movimento do deferente, um dos círculos da lua, registra-se a figura do **dragão** 'dragão':

[...] ho equãte da lũa he / çirculo eccentrico aa terra e em a su / **perfiçie** da ecliptica. seu deferente he / çirculo eccentrico: e nã estaa na **superficie** da ecliptica: âtes a / huũa metade declina em austro e

*outra em septentriõ. cor / ta ho deferente aho equãte em dous logares. e a figura deste / cortamento se chama **dragõ**: por que he ancha no meo: e estre / yta nos cabos. 57.32*

As metáforas de recipiente (ingl. *container*) são tidas como estruturais, porque partem de formas experimentadas na relação que os homens fazem através da sua interação com o ambiente, quando se movem, manipulam objetos etc.

*A terra estaa **em meeo** do / firmamento. 33.4.
[...] por / o **torçimêto** do zodiaco **em** ha **spera** torta. 48. 8, 8.
Et ha segũda / **por** o **torçimento** do orizõte 48.10, 10.
A terçeira soo ã a dizer **por** / a **emçemtridade** do çirculo **em** que ho soll **amda**. 48. 10, 11, 11.
He de saber que ho soll **sobimdo** do primeiro **pun / cto** de capricornio **pera** aries ataa ho primeiro **punto** de cã / cer [...] 48.14, 14-15, 15.*

Para as metáforas orientacionais, que partem de categorias básicas, como “em cima” – “embaixo”, “frente” – “costas”, “centro” – “periferia”, encontram-se exemplos, tais como:

*A primeira he que toda / a cousa pesada em summo graao deseja ho **centro**: e ally / folga: e çeça de se mouer. 34.11.
Et ha segunda rezam he que to- / da a cousa que se moue do **centro** a circunferencia sobre a terra: se se mouese soberia: 34.12.*

Com relação às metáforas ontológicas, que compreendem os eventos, ações, atividades e estados, encontram-se registradas no *corpus*, cujos exemplos podem ser verificados a seguir:

*Ho occaso / heliaco he quando algũ **signo** e **estrella se mete** sob os rayos / do sol tãto **que** ho nõ podem(os) veer. 45. 3, 3, 3.
Digam(os) do **nascer** e **poer** dos sign(os) / segũdo os astrologos. 45.6, 6.
[...] **nascimento** e **ocaso** de algũ **signo** nã he outra cousa saluo / **nascer** e **sobir** sobre o orizõte **aquelle** parte do **equinocial** **que** **sobe** / e **nasce** quando **aquelle** **signo** **sobe** sobre o orizõ[te]: e **aquelle** parte do **equi / noçial** **cayr** e **descêder** sob orizõ[te] **que** **cae** e **descêde** quando **aquelle** **si/gno** **descêde** sob orizõ[te]. 45. 8, 8, 8, 9, 9, 9, 10, 10,10,10-11, 11,11,11-12, 12.
[...] **nascimento** de al / gũ **signo** he a **parte equinoçial** **que** **naçe** e **sobe** sob o orizõ[te] **quando** elle [...] 45.12,13,13, 13, 13.*

Occaso he aquella parte da equinocial que descêde e **cae** sob o orizõ[te] 45.14, 14, 14, 14.

Este **nascimento** e **occaso** segũ[do] hos astrologos he / ã .2. maneiras. 45.15, 15.

Como na spera reta ho **orizonte pase** / por os pollos do mundo **diuide** e **corta** todos estes para/lellos em partes yguaes. 48. 28, 28, 29, 29.

Et este **çir** / **culo** asy imaginado **diuide** e **corta** ho zodiaco en dous **pũ/ctos**. 51. 20, 21, 21, 21-22.

E co / mo ho **firmamento se moua** (con)tinuamente ho orizonte **cortara** / ao zodiaco [...] 53.10,10, 10.

[...] e **sera cortado** de elle em partes iguaes. 53.11.

Quanto aos termos de astronomia relacionados com o ESPAÇO, há que se considerar que a conceptualização da forma pela qual os astros se movem ou são localizados em planos idealizados reflete a visão do conhecimento e da cultura da época. Encontram-se registros de características que revelam uma avaliação básica, além da transferência a partir das experiências de ação e pensamento vivenciadas naquele espaço do cotidiano, como preconizam Lakoff e Johnson (1980). Dessa forma, ajusta-se bem a concepção lakoffiana de Esquemas Imagéticos, passíveis de transposição metafórica expressa através da linguagem.

A esfera terrestre situa-se, no plano central, de forma estática, conforme o sistema geocêntrico de Ptolomeu, enquanto a esfera celeste compõe-se de céus e signos, definidos através de movimentos peculiares. Essas duas esferas são exemplos de Espaços Mentais, através da imagem conceptual de base apreendida pela experiência proveniente da figura do círculo que é transposta para a concepção da terra, do céu e da localização dos signos no Zodíaco.

CONCLUSÃO

Pode-se constatar que a concepção do esquema cosmográfico vigente na Idade Média era pleno de imagens e a sua simbologia se enriquecia através de uma riqueza metafórica especial.

Os movimentos dos astros são semelhantes ao termo geométrico da elipse. As estrelas eram consideradas pelos astrônomos antigos como "fixas", assim como a Terra, fixa e centro do mundo, porque, no campo visual humano, aparentemente, não mudavam de posição, diferentemente dos astros, dos planetas e cometas, que se movimentavam e, por isso, eram denominados de "errantes".

A experiência humana da visualização dos astros, planetas, estrelas e signos contrastava com a concepção de espaço e tempo, tidos como vetores de uma nova ordem de saber e que podem ser assim considerados, em decorrência de uma categorização proveniente do conhecimento de astronomia e astrologia adquirido do século XIII ao XV.

Muitos aspectos linguísticos relativos a esses textos devem ainda ser pesquisados e analisados, com maior profundidade, tanto do ponto de vista lexical, como semântico.

Com este trabalho, procurou-se chamar a atenção para um campo de pesquisa que vem sendo desenvolvido e que ainda tem muito a ser elaborado e reelaborado, a fim de contribuir para o melhor conhecimento da língua portuguesa quinhentista e, dessa forma, servir de base para os estudos sincrônicos e diacrônicos de uma época de grande importância para a formação das línguas românicas.

NOTAS

(1) Trata-se de uma edição que está sendo elaborada pela autora deste texto, a partir da edição fac-similada do *Guia* (1991). As abreviaturas que foram desdobradas encontram-se sublinhadas.

(2) Citação do *Guia náutico de Évora* extraída da lição conservadora indicada na nota precedente.

(3) Citação do *Guia náutico de Munique* extraída da lição conservadora indicada na nota 1. As demais citações correspondentes aos exemplos do *corpus* só terão a indicação das páginas, seguida da(s) linha(s).

(4) *Austral* é derivado de *austro*, reflexo românico no português e no espanhol do latim *auster*, denominado de *notus* pelos gregos. Era um dos doze ventos, o vento sul, como também um dos pontos cardeais, o sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GUIA náutico de Munique e guia náutico de Évora. Edição fac-similada com introdução de Luís de Albuquerque. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos, 1991.

LAKOFF, G; JOHNSON, M. **Metaphors we live by.** Chicago: Chicago University Press, 1980.

LAKOFF, George. **Women, fire, and dangerous things:** what categories reveal about the mind. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

LANGACKER, R. W. **Foundations of cognitive grammar:** theoretical prerequisites. Stanford: Stanford University Press, 1999.

SVOROU, S. **The grammar of space.** Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1993.

VANDELOISE. C. **L'espace en français:** sémantique des prépositions spatiales. Paris: Seuil, 1986.

SUFIXOS E SUFIXOIDES DO PONTO DE VISTA DIACRÔNICO

Mário Eduardo VIARO
Universidade de São Paulo
gmhp@usp.br

RESUMO: A segmentação de morfemas tem sido tacitamente entendida há várias décadas como único recurso por meio do qual se podem depreender sufixos em uma determinada língua. Com a reintrodução da perspectiva diacrônica na pauta das discussões atuais dos estudos morfológicos, torna-se, muitas vezes, necessária a definição mais clara e abrangente de instrumentos teóricos necessários, como “comutação” e “paradigma”. Também é preciso reinterpretar a questão do semantismo sufixal. Há terminações que se assemelham a sufixos e não passam pelos crivos da linguística sincrônica, embora sejam perfeitamente justificáveis pelos da diacrônica. O problema se torna mais complexo quando se observa o fenômeno da poligênese sufixal. É sabido que há terminações que não se integram nem no viés sincrônico, nem no diacrônico. Outras há, porém, que dificilmente se justificam diacronicamente, embora formem relações simbólicas ou expressivas válidas para a Estilística numa dada sincronia. Tais formas podem, portanto, tornar-se significativas com o tempo, como é o caso da sequência *VngV* (como *-ango, -engo, -ingo, -ongo, -ungo*). Neste trabalho, portanto, procurar-se-á investigar e organizar esses fenômenos, fazendo uma distinção entre sufixos e sufixoides, por meio de definições que privilegiem sobretudo a visão diacrônica.

PALAVRAS-CHAVE: Sufixos; Terminações; Semântica; Morfologia histórica.

INTRODUÇÃO

Do ponto de vista sincrônico, um sufixo derivacional numa língua flexiva, como o português é facilmente depreensível, *quando* ambas as partes da segmentação (radical e afixo) são reconhecíveis. Desse modo, *sapateiro*, teria um radical *sapat-* e um sufixo derivacional *-eiro*, que aparecem em outras situações, em que se reconheceriam os mesmos elementos com o mesmo sentido: *sapat-ilha, cozin-eiro* etc. Às vezes, porém, essa situação ideal se torna complicada. Por exemplo, o sufixo *-eiro*, nos dois casos acima (*sapat-eiro, cozin-eiro*) apontaria para o campo semântico das profissões, como em *pedr-eiro*, no entanto, nesse último exemplo existe uma transparência menor na base. Apesar disso, o significado é o mesmo: “(pessoa) que V X”, sendo V um verbo qualquer (aqui, algo como “trabalhar com”) e X a palavra representada ou evocada pela base presa (“sapato” devido a *sapat-* em *sapateiro* e “pedra” devido a *pedr-* em *pedreiro*). Porém, se é óbvio que um sapateiro trabalhe com sapatos, não é tão óbvio, do ponto de vista sincrônico, que um pedreiro

trabalhe com pedras, ao menos não exclusivamente com elas. Também sapateiros trabalham com sandálias, tamancos, tênis e outros calçados.

Sabe-se que o mesmo significante de um sufixo pode ter vários significados parafraseáveis e os estudiosos divergem quanto a considerá-los como casos de polissemia ou de homonímia. Além disso, nem sempre o radical é transparente o suficiente para fazermos uma paráfrase. Para o mesmo significado "local onde se guarda X" temos *chiqu-eiro*, onde X é mais opaco que em *galinh-eiro*: trata-se de um típico morfema *cranberry* (termo corrente na Morfologia e baseado na argumentação de Bloomfield 1933, p.160; cf. Štekauer, 2000, p.141). A dificuldade de se fazer a paráfrase se acresce às vezes à técnica da comutação: em *prim-eiro* (comumente nesses casos se contesta a própria segmentação, embora haja a possibilidade, segundo alguns procedimentos teóricos, de o compararmos com *terc-eiro*).

A falta de transparência na composicionalidade parece completa quando o significado total não se depreende. Isso ocorre tanto em palavras que, vistas superficialmente, parecem não indicar absolutamente nada da soma das suas partes (como no inseto *barb-eiro*) ou quando tanto radical quanto o suposto sufixo são opacos (*macax-eira*, *jan-eiro*, *int-eiro*). O que se observa nisso tudo é que a análise de uma terminação que adquire o *status* de sufixo é bastante subjetiva, do ponto de vista puramente sincrônico.

Nas atuais bases teóricas mais correntes autoriza-se o falante nativo a fazer julgamentos sobre a própria língua que fala. Se essa posição não tomar ares dogmáticos, é possível imaginar uma relativização desse pressuposto. De fato, a língua particular desse falante-juiz (que costuma ser, quase invariavelmente, um linguista ou alguma pessoa com bagagem teórica formal acima da média da população) é, de fato, apenas um exemplo parcial da língua que supõe falar. Não sendo exclusividade de nenhum falante, o que se costuma chamar de "língua" é sabidamente um ser heterogêneo. Dado que uma língua é a soma de todas as línguas particulares de seus falantes, é preciso afastar-se do subjetivismo em se tratando de estudos cuja meta não é necessariamente entender como a comunicação se efetua nessa língua, mas descrever os instrumentos sobre o qual ela se alicerça. Destituindo a figura do falante-juiz, um falante poderá, às vezes, corroborar um fato linguístico e não dar o veredito sobre elementos do sistema (Viaro 2005, 2007, 2010b). Se não for assim, os argumentos linguísticos pertencentes a sincronias pretéritas e a variantes distintas das usadas pelo falante-juiz não seriam analisáveis, já que os enunciadores não estão presentes ou não podem simular ser o outro para fazerem o teste do falante nativo.

De fato, é preciso ter em mente que a língua enquanto instrumento de comunicação pode desconsiderar completamente a diacronia e focar em estudos mais voltados à psicologia. Já uma linguística preocupada com a explicação dos fatos da língua não pode ater-se apenas à sincronia atual e teria de falsear dados se o fizesse, uma vez que todos sabemos que a essência das línguas é mutável diacronicamente, como se flagra no intervalo de uma vida. O eixo sincronia-diacronia, portanto, é falacioso por ser assimétrico: uma "sincronia" nada mais é que um recorte, feito com fins práticos e metodológicos. Já uma "diacronia" flagra algo essencial da língua e não tem nada a ver com um recorte. Uma língua entendida pancronicamente é uma abstração ainda maior que a mencionada acima e,

não raro, se fundamenta apenas em razões extralinguísticas (sobretudo político-ideológicas).

Resumindo, para entendermos como uma língua *funciona* é preciso mesclar dados históricos com os elementos presentes da comunicação atual entre os falantes. Sob a ótica da Morfologia, caberia fazer as seguintes observações sobre a *consciência* do falante atual a respeito do reconhecimento de uma terminação qualquer como um sufixo:

- Da perspectiva do falante, o reconhecimento de um sufixo só pode ocorrer de forma consciente quando a terminação é ainda produtiva e expressiva. Esta perspectiva tende a ser simulada nas metodologias modernas (cf. Aronoff, 1976). O falante herda a maioria das palavras que usa. Portanto, não as reinventa nem gera novas a não ser muito esporadicamente em contextos muito restritos (sobretudo na gíria e no jargão técnico). O bloqueio, nesse sentido, nada mais é que um elemento moral que barra eventuais neologismos sob uma ótica de cunho normativo, sobretudo durante a aquisição da linguagem. Se há universalidade no bloqueio como instrumento cognitivo ou se se restringe a línguas flexivas com tradição escrita, é algo a ser investigado;

- Sufixos com mesmo étimo, que apresentem com significantes distintos, não são reconhecíveis como iguais pelos falantes atuais, que desconhecem sua história, como é o exemplo do par sufixal *-eiro* e *-ário*. Contudo, metodologicamente, numa Morfologia preocupada não com a comunicação, mas com o fenômeno linguístico como um todo, pode-se definir que ambos são derivações fonéticas diretas ou indiretas das formas e dos valores semânticos do sufixo latino *-arius*.

- Sem o critério acima, os falantes atuais normalmente não podem afirmar com segurança se os sufixos de palavras como *pedreiro*, *chiqueiro*, *terceiro*, *primeiro*, *janeiro* pertencem ou não ao mesmo grupo semântico de *sapateiro* e de *galinheiro*, apesar de ser possível reunirmos todos direta ou remotamente sob o mesmo étimo (ou seja, *-arius*). Também, sem se levar em conta critérios de produtividade norteadores (que são úteis para entender a língua como comunicação e não como conjunto de formas), não é possível afirmar ou negar se *macaxeira* e *inteiro*, que estão vinculados a outros étimos, também pertencem ao grupo ou se são coincidências formais;

- Muitas vezes, a despeito de se detectar um significado para o radical e outro para o sufixo, o falante pode confundir-se perante o significado mais corrente da palavra como um todo e não enxergar o significado composicional no *momento da criação do item lexical* para a criação de paráfrases adequadas. Isso requereria investigação em sincronias pretéritas e ocorre, por exemplo, com a palavra *chuveiro* (Viaro 2010b);

- A presença de convergências formais pode evidenciar-se não só na existência de homônimas sufixais que se tornaram produtivas (como no caso do *-arium* latino, que agregou a si valores do *-áron* grego, cf. Viaro 2008), mas também por meio do complexo fenômeno da criação de novos sufixos, tratado neste artigo.

ARBITRARIEDADE DO SIGNO

Apesar de originalmente, vários sufixos do português serem de origem latina, grega ou francesa, nem todo sufixo conduz a um étimo num outro sistema linguístico. É possível que, quando isso ocorre, a Morfologia Diacrônica possa encontrar algumas respostas a seus problemas mais complexos à luz da Estilística. Entre o final do século XIX e o início do século XX, avanços do método etimológico ganharam terreno não só com a relativização do programa neogramático, iniciada por Schuchardt, mas também com a força teórica nos estudos da Dialetologia. Étimos foram encarados sob aspectos estilísticos e antropológicos (vide, por exemplo, publicações como a revista *Wörter und Sachen* produzida nesse período). A Primeira Guerra Mundial e o programa estruturalista, somados com uma banalização da crítica ao movimento neogramático, comprometeu a cientificidade dos estudos estilísticos e etimológicos, ao longo do tempo, dando azo a questionamentos feitos pelos estruturalistas. O resultado disso foi a estagnação desses estudos, que foram excluídos da teorização exurgente. Retomados somente no final do século XX, quando alguns pressupostos estruturalistas e gerativistas foram entendidos como dogmáticos pelos funcionalistas, dados que corroboram algumas teses pré-saussurianas abandonadas voltaram a ser apresentados à luz dos estudos da Psicologia. Retomando o célebre teste de Köhler, de 1929, um dos aspectos dogmáticos mais complexos, a questão da arbitrariedade do signo, foi questionado perante classes inteiras de palavras, como é o caso das palavras-mímicas da língua japonesa, inexistentes nas línguas ocidentais e, não raro, de difícil tradução (sobretudo o grupo chamado pela gramática japonesa de *gitaigo* ou *gijōgo* “fenômimos” ou “psicômimos”). Isso nos retomaria à abandonada discussão do simbolismo sonoro com um instrumental teórico do século XX e XXI.

A associação de sons a significados rompe a dicotomia saussuriana e é muito anterior ao movimento literário do Simbolismo. Antes do poeta Rimbaud, vários autores já se debruçaram sobre o tema da não-arbitrariedade do signo, entre eles Jacob Grimm e, antes ainda, Gébelin e Leibniz, que retomam a tese platônica presente no *Crátilo*. Dela deriva-se também o fascínio pelas onomatopeias que esteve, após Herder, em inúmeras propostas de origem das línguas, assunto que chegou a ser proibido pela Société de Linguistique de Paris em 1866.

Os estudos de estilística e vários linguistas (como Jespersen) não aceitavam plenamente a questão da arbitrariedade do signo e a situação se manteve assim até o surgimento dos pós-bloomfieldianos e do Círculo de Praga, que, aparentemente encerraram o assunto, somente retomado pela Estilística, de forma pouco organizada teoricamente.

Os psicômimos não formam uma classe em português, como no japonês, contudo, um bom exemplo é a palavra *lengalenga*. Encontrada já em um texto de 1759 (*Infermidades da lingua e a arte que a ensina a emmudecer para melhorar*, de Sylvestre Silverio da Silveira e Silva), costuma-se afirmar que se trata de “vocábulo expressivo” nos dicionários etimológicos. A semelhança entre o significado dessa palavra e o de *arenga* pode estabelecer, contudo, relações pouco claras, no que concerne à sua origem. Pode-se supor que *lengalenga* vem da reduplicação (do espanhol *lengua?* de *arenga?*) ou de mudanças fônicas irregulares (**longa-arenga*,

com mimetismo vocálico promovido pela assimilação do *o > e* e do *r > l*). O resultado, contudo, é que tanto a antiga *arenga* quanto a mais recente *lengalenga* criam, voluntariamente ou não, uma intersecção formal (*-enga*). Paralelamente a isso, também há uma intersecção de significado como “discurso proferido em público” e “fastídio”. O falante atual que percebe, conscientemente ou não, que ambas têm significante e significado comuns, atribuirá significado a *-enga*. Tanto a percepção quanto a racionalização do fenômeno podem, porém, conduzir a outra interpretação: de que se trata apenas de uma coincidência. Algo semelhante parece acontecer com *songamonga*. É sabido que o termo *signo* foi usado de maneira muito específica em Linguística, uma vez que o que convencionalmente se chama *signo linguístico*, na verdade, é um *símbolo* à luz dos estudos semióticos. O caso dos psicômimos, expressos não raramente de forma descontínua, remete-nos a um significado simbólico pré-sígnico, tal como vemos nas onomatopeias. É, portanto, um significado, como o de qualquer signo semiótico não-linguístico. As onomatopeias parecem estar num nível ainda mais básico, uma vez que alguns sons presentes em uma determinada língua sequer participam de seu inventário de fonemas (é comum, por exemplo, o uso de cliques em algumas onomatopeias portuguesas representando desacordo ou negação).

O que nos interessa é que desse significado “amorfo”, como diria a glossemática hjelmsleviana, se depreendem, muitas vezes signos reais, como vemos no caso de formações com um sufixo *-Vngo*. Dito de outra forma, a origem dos sufixos e de seus significados pode estar não só em outros sufixos de sincronias pretéritas (da própria língua investigada ou de outros sistemas, com ou sem falsas segmentações), mas também podem surgir aparentemente *ex nihilo*. O que entra aqui de fato é o fenômeno da expressividade, mensurável à luz das frequências de uso e da história da língua. Nosso pressuposto é que, se dispuséssemos de descrições idealmente exaustivas das sincronias pretéritas (o que não é possível) teríamos como flagrar esse fenômeno mesmo nos sufixos mais produtivos. Desse modo, dada a impossibilidade de indução, apenas a dedução pode dar-nos indícios para uma teorização da etimologia dos sufixos pouco produtivos e muito expressivos, como os em *-Vngo(a)(s)*.

Como ponto de partida, valer-nos-emos dos verbetes constantes no dicionário Houaiss (2001) e suas frequências de uso, obtidas automaticamente por meio de busca no site *Google* em 15/8/2006, restrita a cerca de 500 milhões de páginas em português. As palavras foram classificadas em: *raríssimas* (R: 1-10 ocorrências), *incomuns* (I: 11-200 ocorrências), *comuns* (C: 201-20000 ocorrências), *frequentes* (F: acima de 20001 ocorrências). Além disso, na tabela abaixo, referente a 982 verbetes terminados em *-ngo(a)(s)*, separaram-se os com nenhuma ocorrência (Z: zero) e os verbetes excluídos da pesquisa (E) sobre a frequência, a saber, os verbetes que explicam as próprias terminações, homônimos e palavras compostas (ao todo 213), uma vez que o significado só entrará em uma análise posterior. Dessa forma, apenas 769 palavras serão analisadas na porcentagem que se segue:

NGO(A)(S)		E	Z	R	I	C	F	Total	Porcentual
A	ango(s)	16	3	6	13	20	15	57	7,4%
	anga(s)	65	24	39	57	41	28	189	24,6%
E	engo(s)	8	2	5	12	14	11	44	5,7%
	enga(s)	8	5	7	9	11	10	42	5,5%
I	ingo(s)	8	4	6	8	6	9	33	4,3%
	inga(s)	47	18	41	42	42	25	168	21,8%
O	ongo(s)	29	9	7	26	27	14	83	10,8%
	onga(s)	15	3	14	12	16	15	60	7,8%
U	ungo(s)	5	4	6	15	20	2	47	6,1%
	unga(s)	12	2	9	13	14	8	46	6,0%
Total		213	74	140	207	211	137	769	100%
Porcentual			9,6%	18,2%	26,9%	27,4%	17,8%	100%	

Levando em conta o fator tempo e o fator frequência de uso nas 769 palavras acima, chega-se à seguinte tabela para qualquer formação em -Vngo(a)(s):

NGO(A)(S)	Z	R	I	C	F	Total	Porcentual
aXIII	0	0	1	3	2	6	0,7%
XIII	0	0	0	1	4	5	0,6%
XIV	0	0	1	2	4	7	0,9%
XV	0	0	0	6	5	11	1,4%
XVI	0	9	5	12	14	40	5,2%
XVII	0	1	6	9	9	25	3,2%
XVIII	0	2	4	10	11	27	3,5%
XIX	7	9	53	49	47	165	21,4%
XX	7	16	17	25	12	77	10,0%
s/dat	60	103	120	94	29	406	52,7%
Total	74	140	207	211	137	769	100%
Porcentual	9,6%	18,2%	26,9%	27,4%	17,8%	100%	

Levando em conta a vogal imediatamente anterior à sequência -ngo(a)(s) e a consoante que a antecede teríamos (o limite \$ também pode ser interpretado como um limite vocabular #):

NGO(A)(S)	-a-	-e-	-i-	-o-	-u-	Total	Percentual	
-\$p-	8	1	7	18	7	41	5,3%	
-\$b-	10	1	3	5	7	26	3,3%	
-\$m-	12	6	10	7	2	37	4,8%	
-\$t-	29	3	100	10	11	153	19,8%	
-\$d-	9	8	11	13	6	47	6,1%	
-\$n-	5	0	10	2	7	24	3,1%	
-\$k-	29	2	0	12	11	54	7,0%	
-\$g-	20	5	1	6	2	34	4,4%	
-\$j-	6	1	1	0	0	8	1,0%	
-\$f-	2	0	1	0	4	7	0,9%	
-\$v-	0	1	1	1	1	4	0,5%	
-\$s-	14	2	2	4	4	26	3,3%	
-\$z-	9	1	5	1	2	18	2,3%	
-\$j-	5	0	9	1	3	18	2,3%	
-\$3-	2	0	5	2	1	10	1,3%	
-r-	-\$r-	51	15	11	20	11	108	14,0%
	-\$Cr-	4	2	2	5	2	15	1,9%
-\$x-	2	5	0	1	0	8	1,0%	
-l-	-\$l-	6	23	16	26	11	82	10,6%
	-\$Cl-	0	0	0	2	0	2	0,2%
-\$λ-	1	0	0	0	0	1	0,1%	
-i-	9	0	0	6	1	16	2,0%	
-u-	10	2	2	1	0	15	1,9%	
-a-	1	1	1	0	0	3	0,3%	
-e-	0	2	0	0	0	2	0,2%	
-o-	1	3	0	0	0	4	0,5%	
#-	1	2	3	0	0	6	0,7%	
Total	246	86	201	143	93	769	100%	
Percentual	31,9%	11,1%	26,1%	19,0%	12,0%	100%		

Do ponto de vista neológico, de fato, a sequência sonora parece apontar para algum valor depreciativo. Numa tira de quadrinhos de Fernando Gonsales, uma personagem diz: *pega logo essa tchenga e não me enche o saco (Folha de S. Paulo, 10/01/2003, ilustrada E7)*. A palavra *tchenga* é apenas uma criação expressiva, um sinônimo de “coisa” com valor depreciativo. Aparentemente não tem história, pois foi criada pela *parole*, a partir do mesmo molde fônico que gera o sufixo -Vngo. No entanto, para -Vngo ser sentido como sufixo, foi preciso haver antecedentes em que se apoiasse a produtividade, o qual parece repousar sobretudo nas formas em -engo(a)(s).

O SUFIXO –ENGO(A)(S)

A terminação *-engo(a)(s)* cedo adquire valor de sufixo relacional no português e este deve ser considerado o seu valor original (como ocorreu *-arius* latino). Normalmente atribui-se uma origem germânica¹. O termo *avoengo* “que procede dos avós” se antevê num documento latino do século X (922 *per quos auemus illa de auolinga siue et de parentela*, Dipl., doc. nº 26, p.17). No século XI documenta-se também *regalengo* “pertencente ao rei (mais especificamente um terreno)” (1077 *quia ille dux tenuit regalengo et condadu* Dipl., p.334; *realengo* aparece só no século XV). Do século XII é a palavra *abadengo* “(bens) pertencente(s) ao abade” (1116, cf. RL). Do séc XIV a palavra *judengo* “relativo aos judeus” e *solarengo* “relativo ao solar” (ambas conforme FichIVPM – ver CD Casa Rui Barbosa).

Desse modo *-engo* parece ter um sentido fixo, presente também em outras línguas iberorromânicas. Pharies (1990, 2002) mostra que as cerca de 50 palavras castelhanas em *-enco* (metade do navarro-aragonês) e as muitas outras formadas em *-engo* se afiliariam ao sufixo patronímico gótico *-ingôs* (que teria formado vários topônimos no italiano), via provençal e catalão. Um resquício do patronímico se encontra em *Alvarenga* “filho de Álvaro”. Algumas palavras acima listadas também aparecem nessas línguas: cast *abadengo* (Séc. XI: 1099), cat *abadenc* (Séc. XI: 1068); cast *realengo* (Séc. XIII), cat *realench* (Séc XIV: 1381); cast *abolengo* (Séc. XIII: 1223); cast *solariengo* (Séc. XI: 1099, hoje *solariego*); prov *montanhenc*.

Formas deadjetivais se veem também em cores, como *verdoengo*, do século XV (FichIVPM, mas a forma *verdolengo* não tem datação no Houaiss). Aparentemente, o *-engo* nesse caso tem um valor derivado do diminutivo (melhor dizendo, a atenuação de cores expressa-se atualmente pelo circunfixo *a...ado*), ao qual se associou alguma pejoratividade ao significado lexical apenas muito mais tarde. Paralelos com bases que designam cores se veem claramente nas palavras catalãs (e occitanas) *negrenc* “meio negro”, *rogenc* “avermelhado” e *blavenc* “azulado”. O occitano também tem *vermelhenc* “avermelhado”, que passou ao nordeste espanhol sob a forma *bermejenco* e a palavra *azulenco* “azulado” é considerada tardia no espanhol, o que revela a produtividade específica. Outras palavras nas línguas iberorromânicas apontam para a transição do valor adjetivo para o pejorativo por meio de formas diminutivas (por exemplo, leonês *malenco* “enfermiço”, asturiano *caminencu* “que se cansa facilmente ao caminhar”) e a produtividade ainda se vê fora da Europa (panamenho *fulenco* “meio ruivo”). O interfixo *-ol-* em *verdolengo* pode ter sua origem num sufixo diminutivo de origem latina *-olum*, como ocorre com *-eg-* em *pedr-eg-ulho*, supostamente do latim *-ic-*. Como no caso de *-eiro*, o sufixo também associou-se inicialmente a deficiências físicas (*cegueira*) e depois a insuficiências morais e comportamentais, que geram a pejoratividade (*bob-eira*): espanhol centro-americano *flaquenco* “fraquinho”, mexicano *mudenco* “mudo” e guatemalteco *patulenco* “manco” (de *pata*) *pelenco* “cavalo velho e arruinado” (de *pelo*). No português alentejano encontra-se *malazengo* “adoentado” (com interfixo *-az-*, 1920: Aniceto Reis Gonçalves Viana – Vocabulário ortográfico e remissivo da língua portuguesa). Também *pelharengo* “magro” (1943 – Pequeno

vocabulário ortográfico da língua portuguesa) possui um interfixo *-ar-* (associado a outras palavras como *pelanca*, *pelanga*, *pelhanca*, *pelharanca*).

No século XVI (1570: Jerônimo Cardoso *Dictionarium lusitanicolatinum et vice versa*) abona-se *bordalengo* como *crassus impolitus*. O étimo é associado à cidade de Bordéus, em latim *Burdigala* (mas não há nenhuma datação para a variante *bordelengo*). Há, contudo, a palavra *bordalo* “bagre” que, se não atuou analogicamente, pode ser a base da palavra. O que fica bem claro, contudo, é que já no português quinhentista, o sufixo *-engo* já possui um valor pejorativo. O termo *mulherengo* também aparece na mesma obra (e também na edição de 1694, com o significado *mulierosus*, que é o uso atual brasileiro e no espanhol *mujeriengo*, em contraste com o lusitano que já aparece também no século XVIII, 1750 Bento Pereira *Prosodia in vocabularium bilingue effoeminatus*).

No mesmo século encontramos *andarengo* (1566) “andarilho, errante”, um deverbal (com interfixo *-ar-*), donde surgiram outros, no século XIX, sobretudo na variante lusitana: *divertenga* “divertimento” (a1894) e *entretenga* “entretenimento” (1899). O mesmo interfixo *-ar-* surge em *pilharengo* “que tem o hábito de pilhar” (1882 na Brasileira de Prazins, de Camilo Castelo Branco). O caráter coloquial do sufixo se torna cada vez mais evidente, apesar da baixa produtividade. No português brasileiro, a pejoratividade se deu sobretudo em bases nominais, como em *majorengo* “delegado de polícia” (do espanhol argentino *mayorengo*, abonado em português já em 1922: Raul Pederneiras – Geringonça carioca; com o sentido de “autoridade superior” em 1902: Alexandre José de Mello Moraes – Factos e memorias). No entanto, também encontramos um deverbal em *pendenga* (1889 Henrique de Visconde Beaurepaire-Rohan – Dicionario de vocabulos brasileiros)

Também se atesta no século XIX o gentílico *vigilengo*, utilizado como variante de “vigilense” (habitante da cidade de Vigia, no Pará). Referências à canoa vigilenga se abonam em 1899. Outro gentílico faz referência ao gado *mertolengo* (1872:365 de Mértola, *O arquivo rural*, vol, 14). Ainda se encontra produtivo o *-engo* deadjetival e adjetivador, como se vê em *liberalengo* (1871 Júlio Dinis: Os fidalgos da casa mourisca) “relativo ao partido liberal”.

Empréstimos também reforçam alguns padrões. O sufixo *-engo* adjetivador ainda é produtivo no século XX, como provam *invernengo* (1920 Aniceto Reis Gonçalves Viana – Vocábulo ortográfico e remissivo da língua portuguesa, proveniente do italiano, *invernengo* “(trigo/linho) que amadurece no inverno” 1789, também presente no provençal *ivernenc*); *principengo* (1921 Fialho d’Almeida – Estancias d’arte e de saúde). Além dessas, no verbete *-engo*, o Houaiss cita as palavras *bicharengo* (“texugo” com interfixo *-ar-*, 1906: Aniceto Reis Gonçalves Viana – Apostilas aos dicionários portugueses, também no espanhol venezuelano “objeto estranho, inútil” “pênis” e no feminino *bicharenga* “vulva”). Sentidos pejorativos abundam a partir do século 18, como em *molenga* (século XIX: 1878; cf. 1900, p.196 Érico Veríssimo: noite) e *monstrengo* (1817:471 Correio Braziliense ou armazém literário, vol. 18; a forma desnasalada *mostrengo* já no século XVIII: 1752:267 Vida do veneravel padre Belchior de Pontes). Nos Anais da Câmara dos deputados (1878:46) aparece a forma *melenga* (“ha 40 e tantos annos que vivo nesta melenga”), **supostamente**

vindo de *mel*. Também se registra a palavra *torengo* "indivíduo de baixa estatura", que viria de *tora*.

O VALOR PEJORATIVO ASSOCIADO À TERMINAÇÃO –ENGO(A)(S)

Há diversas palavras expressivas em –*engo(a)(s)* que não permitem a depreensão de um sufixo. Segundo o dicionário Houaiss, até o século XIV, além das palavras já citadas (e de outras não mais usadas), ainda hoje sobrevive a palavra *podengo* "raça de cães" (sentido figurado: "humilde, bajulador"). Do século XV temos *arenga*, *camarlengo* (ou *camerlengo*) "cardeal que substitui o papa entre a morte do anterior e a eleição do sucessor", *flamengo*, *framengo*, *rengo*. Do século XVI *sengo*. Do século XVII *engos*. Do século XVIII *alenga*. Do século XIX *abanheenga*, *alvarenga*, *capenga*, *lengalenga*, *mamulengo*, *maturrengo*, *parlenga*, *perlenga*, *quenga*, *quengo*, *relengo*, *renga*, *resmelengo*, *senga*. Do século XX *bengo*, *camalenga*, *cambalenga*. Outras 38 (44,2%) não têm datação.

As palavras frequentes e as comuns do dicionário Houaiss em ordem de frequência são 46 (53,5%):

flamengo, alvarenga, realengo, mengo, flamenga, denngo, lengalenga, capenga, mulhereengo, mamulengo, enga, reguengo, bengo, pendenga, menga, monstrengo, solarengo, arenga, mostrengo, quenga, molenga, podengo, renga, camerlengo, molengo, estrovenga, abadengo, senga, avoenga, framengo, denga, sengo, verdolengo, engos, bangalafumenga, quengo, avoengo, rengo, catenga, andarengo, camarlengo, perlenga, abanheenga, vigilenga, verdoengo, entretenga

É sensível a presença de termos tupis e bantus nas várias camadas do léxico, sobretudo a partir do século XVIII. A exotividade dessas palavras poderia ter colaborado para reforçar o traço pejorativo e esse molde fônico novo se espalhará para várias formações do tipo –*Vngo(a)(s)*, como se verá. A ausência de étimos confiáveis para as palavras supostamente africanas permite que as tratemos, em parte, como possíveis formações expressivas. A associação cada vez mais notável de tais palavras ao registro coloquial, desde o século XVI, intensifica a tendência à pejoratividade, bem como há um relaxamento da vogal final (há formas como *molenga*, *molengo* e *molengue*). Outras formas em –*engue* aparecem também no espanhol: *perrengo* "menino que facilmente se irrita" (1640) viria de *perro*; *perendengue* "penduricalho" (1611) viria de *pender*, com suposta inflexão anômala de –*er-*, gerada por meio de metátese (**pend-er-engue* > *per-end-engue*).

Às vezes, há confusão entre sufixos, que é indício de convergência formal (*parlenda*, 1899 *parlenga* ou 1890 *perlenga* "falatório" "discussão acalorada").

A pejoração se observa em uma gama variada de assunto, às vezes como sentido secundário, mas várias vezes no sentido básico da palavra:

- Locais precários: a1958 *bengo* "lugar mal frequentado" "estabelecimento comercial muito modesto", *mandengo*, *mandembe* ou séc. XX *mambembe* "lugar de mato cerrado, de difícil acesso";

- Imperfeições físicas ou morais: 1899 *rengo* "coxo" "doença nos quartos traseiros dos cavalos", 1899 *resmelengo* ou *resmelengue* "rabugento" "avarento", *bangalafumenga* "indivíduo insignificante e inútil", 1899 *capenga* "coxo, manco" "defeituoso"; *maenga* "joão-ninguém"; *podengo* "bajulador, humilde";
- Certas profissões que envolvem violência ou sexo: *maenga* "polícia militar ou civil" "joão-ninguém", *quenga* "prostituta";
- Apreciação negativa de ações: *tengo-tengo* "lentamente", *quenga* "coisa inútil"; *estrovenga* "coisa complicada ou esquisita" 1836; *lengalenga* "conversa enfadonha" "narrativa demorada e fastidiosa" 1858;
- Sexo: *estrovenga* "pênis";

A pejoração advém, muitas vezes do significado da palavra e não do sufixo: séc. XV *realengo* "próprio do rei", "sem dono", "sem ordem"; séc. XX *monstrengo* ou 1634 *mostrengo* "ser monstruoso" "indivíduo muito feio" "indivíduo desajeitado" "coisa disforme ou descomunal" "coisa malfeita ou de péssimo gosto" "coisa inútil" "coisa absurda"; 1525 *sengo* "prudente" "fingido"; 1452 *arenga* "discurso em público" "discurso cansativo" "disputa" "intriga, mexerico" "trabalho enfadonho".

Paradoxalmente, algumas palavras parecem ter uma valoração positiva: *torunguenga* ou *tourunguenga* "pessoa destemida e respeitada". Igualmente de 1899 *quengo* "conteúdo do coco" nasce o sentido de "cabeça" "indivíduo inteligente, espertalhão"; *perrengo* ou 1836 *perrengue* "covarde" "lerdo, desalentado" "teimoso, birrento" "cavalo manco" "bate-boca" "situação complicada". A palavra *serenga* não tem etimologia. Segundo o dicionário Houaiss, trata-se de um "canto sem palavras de remeiros em procissão fluvial" na festa do Divino. Surge uma dúvida se a base semântica com *lengalenga* seria pura coincidência.

Levando-se em conta a consoante imediatamente anterior ao sufixo, dos 86 verbetes com terminação *-engo(a)(s)* constantes no dicionário Houaiss observa-se uma grande propensão à anterioridade de uma líquida (*r* ou *l*):

ENGO(A)(S)		-o(s)	-a(s)	Total	Porcentual
Labiais	p	0	1	1	1,1%
	b	1	0	1	1,1%
	m	3	3	6	6,9%
	f	0	0	0	0,0%
	v	0	1	1	1,1%
Dentais e alveolares	t	0	3	3	3,4%
	d	5	3	8	9,3%
	n	0	0	0	0,9%
	s	1	1	2	2,3%
	z	1	0	1	1,1%

	r	8	9	17	19,7%
	l	14	9	23	26,7%
Palatais e velares	k	1	1	2	2,3%
	g	1	4	5	5,8%
	ɲ	1	0	1	1,1%
	ʃ	0	0	0	0,0%
	ʒ	0	0	0	0,0%
	x	4	1	5	5,8%
	ʎ	0	0	0	0,0%
Vogais	e	0	2	2	2,3%
	i	0	0	0	0,0%
	a	0	1	1	1,1%
	o	2	1	3	3,4%
	u	1	1	2	2,3%
#	1	1	2	2,3%	
Total:		44	42	86	100%
Porcentual:		51,1%	49,0%	100%	

De fato, podemos imaginar *-rengo(a)(s)* e *-lengo(a)(s)* como subtipos dessa terminação. É de se observar que *-engo(a)(s)*, nesse aspecto se aparenta com *-ento(a)(s)*: *friorento/ friolento* também têm a intromissão de um interfixo *-or-* ou *-ol-*, como nos casos já citados de *verdolengo*. Curiosamente, há de fato no castelhano antigo a palavra *friolenc* "friorento" (Séc. XVI).

O VALOR PEJORATIVO ASSOCIADO À TERMINAÇÃO **-VNGO(A)(S)**

A partir do sufixo e da terminação sufixóide *-engo(a)(s)* é possível observar que formas em *-ango(a)(s)* e *-ongo(a)(s)* tiveram convergência semelhante. Apesar de nunca se ter formado um sufixo *-*ungo(a)(s)*, o mesmo se pode dizer dessa terminação e, em certa medida, também as formas em *-ingo(a)(s)* entram no mesmo processo. Nos próximos capítulos veremos como verdadeiros sufixos nascem da extensão do significado avaliativo da base ou de toda a palavra.

Um pequeno teste foi submetido a dez pessoas conhecidas, falantes do português, de três regiões brasileiras distintas (Nordeste, Sudeste e Sul). Perante a pergunta: *que significa zorongo ou sorongo?*, aparentemente ninguém conseguiu responder espontaneamente de forma segura, embora alguns tivessem chegado perto dos sentidos dicionarizados. Duas pessoas simplesmente disseram que não sabiam e não arriscaram nenhum sentido, as outras afirmaram que associavam a palavra a:

- um tipo de dança, alteração de *zarango* "ciranda";
- à saída de praia, isto é, à canga (associação com canga?);
- alguém cansado, espantado, sem ação (associação com molenga?);
- alguém desqualificado, estúpido (associação explícita com mocorongo ou com songamonga);
- alguém zangado (*z-*, *-ng-*).

Esse tipo de teste, apesar de feitos mais por psicólogos do que por semanticistas, mostra que o significado de palavras expressivas nem sempre é óbvio para o falante. Em outros testes, resultados muito distintos

foram obtidos com perguntas do tipo: *qual a diferença entre um cretino, um crápula, um mentecapto e um energúmeno?* Aparentemente, mesmo sendo conhecidas essas palavras, a associação com outras parece ser crucial na resposta.

É muito comum definir “sufixo” como uma unidade mínima significativa, portanto, um signo, que se define, necessariamente, com um significado e com um significante. Concede-se que o significante esteja ausente, de modo que se pode falar de morfemas-zero, que têm significado, porém não têm um significante. O inverso é mais problemático: os interfixos, por exemplo, seriam unidades sem significado, mas com um significante e, esbarra-se, sempre que se discute sobre o conceito de interfixação a sua compatibilidade ou não com o conceito de alomorfia. Mais complexo é o signo sem significado que tem funções classificatórias, como a vogal temática, haja vista que essas classes nem sempre são totalmente artificiais, ou seja, criadas pela história da gramática. Nesse âmbito, costuma-se discutir filosoficamente o que vem a ser de fato “significado”. Concedendo-se um significado especial a vogais temáticas, um modelo linguístico pode propor que também haja vogais temáticas-zero, como ocorre com a primeira pessoa do singular da primeira conjugação verbal latina (e portuguesa). Se não se concede significado à vogal temática, chamar o *locus* que deveria ser ocupado por uma vogal temática inexistente, nesse caso, é um flagrante paradoxo que revela a fragilidade das bases epistemológicas, não sustentáveis por definições atribuídas *ad hoc*.

Mais problemática ainda se torna a questão semântica quando se aventura a depreenderem-se os elementos de composição de uma palavra. Para tal, lança-se mão com frequência de esquemas didáticos e intuitivos, que não contribuem para o entendimento do fenômeno. O problema maior que se vê nisso é que o falante nativo, arvorado na sua condição de juiz da língua que fala, parece ter conhecimento prévio do fato e reage a qualquer afirmação que fuja da intuição, por mais que tenha corroboração na variação que foge à variante dialetal que domina, quer espacial-, quer temporalmente.

No caso de admitirmos que o significado é uma associação passível de depreensão momentânea que, por sua vez, pode perder força estilística e, conseqüentemente, fossilizar-se, num tempo de uma existência humana, nada mais interessante que entender esse mesmo fenômeno desvinculado das amarras de um falante qualquer da língua que a busca representar, uma vez que o falante nativo é um limitador extremo do fenômeno estudado, como que, se para estudar a lei da gravidade, se valesse de um único objeto com que tenho familiaridade, para não falar que sua opinião de sua própria língua está limitada, para além das suas experiências pessoais, a fatores como o interesse, a memória, a veracidade e a consciência. O julgamento do significado deve, portanto, ser supraindividual e essa é a razão pela qual este trabalho se pauta preponderantemente em informações de dicionários.

Dadas as palavras portuguesas terminadas em *-ngo(a)(s)*, não se pode dizer *a priori* que estamos diante de um sufixo, como ocorre com a maioria das terminadas em *-eiro(a)(s)*, por exemplo. As formações estilísticas promovidas por essa terminação, contudo, não podem ser atribuídas a algo exterior à própria linguagem que a produz. Também a vogal nasal que o precede pode afetar os valores semânticos que lhes são

agregados. Cumpre aqui observar que o significado, ao menos, deve ter uma subdivisão provisória:

- Significados descritivos: considera-se descritivo qualquer valor semântico equivalente quer à descrição de um ser (em *jaqu-eira*, o sufixo carrega em si o núcleo semântico principal da palavra e equivale a um substantivo como “árvore”, que, aliás, é seu gênero ou hiperônimo), quer à descrição de uma qualidade sensível (em *jaqu-inha*, o sufixo não carrega o núcleo semântico, mas descreve um elemento imediatamente sensível, isto é, a noção de “pequeno”);
- Significados classificatórios: considera-se classificatório o sufixo que, por si, remete o valor do radical para uma categoria distinta, havendo, portanto, por vezes, também a transposição do núcleo. Em *esquelét-ico*, a transposição categorial do radical para a palavra se dá por meio do sufixo, uma vez que equivale à solução sintagmática “do esqueleto”, ora, substantivos e adjetivos são categorias distintas, não necessariamente apenas do ponto de vista gramatical (contaminado com o dogmatismo detectável pela Historiografia), mas sobretudo do ponto de vista paradigmático e sintagmático. Também teriam significados classificatórios as vogais temáticas, neste caso ou casos mais concretos, como sufixos como o de *celesti-al*, que não promovem nenhuma translação categorial do ponto de vista das classificações gramaticais, embora alavanquem um caráter abstrato que pode ser flagrado em contextos distintos. Com isso não dizemos que não haja sinonímia, pois também o termo “sinonímia” deve ser passível de discussão historiográfica.
- Significados avaliativos: consideram-se costumeiramente as avaliações como um terceiro tipo de significados, contudo, na verdade, transcendem os valores semânticos e poderiam ser entendidas num nível extrassemântico, o que poderia romper o binarismo estoico entre o significante e o significado.

A principal característica das avaliações é a possibilidade de coexistência com outros valores. No caso acima citado, de *jaqu-inha*, para além do significado de “pequeno” e antes de se tornar completamente com o significado de “bom”, é possível conviverem-se avaliação e significado descritivo “pequeno e bom”. Cumpre então distinguir *significados avaliativos* como “bom” de *aglutinadores avaliativos* como “bom”. Os aglutinadores transitam no terreno das avaliações pessoais e, portanto, à *parole* e, por meio do tempo, adquirem significados mais estáveis na *langue* corrente, se levamos o binarismo saussuriano em consideração. Por isso, é comum ocorrer duas acepções distintas convivendo ao mesmo tempo na mesma palavra: o sufixo de *pov-ão* pode ser visto como “bom” ou como “de baixa qualidade” (que está mais claro em *pov-inho*, *pov-aréu*), no entanto, valores sociais aceitos podem arcaizar concepções e tabuizar palavras, de forma que a diacronia é muito mais visível nessa área (como provam as sufixações nas gírias e outras linguagens especiais). Portanto, só se pode falar de valores semânticos avaliativos com muita cautela.

a) A terminação –ongo(a)(s)

De formas criadas no século XV temos hoje derivados do latim *longus* (*longo*, *longa*, *prolonga*, *delonga*, *perlonga*). No XVI surgiriam palavras de

origem grega (*ditongo, tritongo*) e se iniciam as de origem não-européia (*dongo, guiraponga, juiponga*), tendência continuada no séc. XVII (*congo, dugongo, mondonga*). No século XVIII, novos latinismos (*oblongo, prolongo*) e supostos exotismos (*araponga, candonga, mondongo, papironga, quicongo*). No XIX, latinismos (*alonga, barbilongo, perlongo, pernalonga, pernilongo, quadrilongo, rabilongo, trilongo*), grecismos (*monotongo* e o híbrido *semiditongo*) e supostos exotismos (*cacongo, camondongo, camundongo, caponga, drongo, gaponga, gongo, jimbongo, jongo, milonga, milongo, moponga, obongo, ponga, pongo, porongo, sambongo, songamonga, tonga, tronga, uricongo, urucongo, zorongo*). No século XX somente temos os exotismos (*andongo, baçongo, bassongo, caiongo, conga, donga, gronga, guaçatonga, kacongo, mondrongo, muçorongo, mussorongo, muxicongo, sabiaponga*). 76 palavras sem datação (53,1%).

As palavras frequentes e as comuns do dicionário Houaiss em ordem de frequência são 72 (50,3%):

longo, longa, congo, tonga, prolonga, valongo, camundongo, araponga, bongo, tsonga, conga, milonga, pernilongo, alonga, pernalonga, jongo, ponga, gongo, donga, caponga, ditongo, mironga, porongo, mungo, candonga, pongo, delonga, oblongo, drongo, rabilongo, morongo, dongo, gonga, mondongo, prolongo, songamonga, zorongo, uiraponga, cacongo, muriongo, riponga, tongo, xongas, rabilonga, sorongo, mondrongo, trapizonga, quicongo, dugongo, tritongo, guaçatonga, mcorongo, ronga, perlonga, mundongo, andongo, ndongo, mangonga, baçongo, caaponga, camondongo, quadrilongo, catonga, pernilonga, tronga, cangongo, milongo, zambiapongo, olongo, guiraponga, caiongo, missongo.

São 143 casos com *-ongo(a)(s)* no Dicionário Houaiss (ao todo, 83 verbetes com *-ongo* e 60 verbetes com *-onga* ou *-ongas*), veem-se várias terminações semelhantes:

ONGO(A)(S)		-o(s)	-a(s)	Total	Porcentual
Labiais	p	5	13	18	12,5%
	b	5	0	5	3,4%
	m	1	6	7	4,8%
	f	0	0	0	0,0%
	v	1	0	1	0,6%
Dentais e alveolares	t	6	4	10	6,9%
	d	7	6	13	9,0%
	n	2	0	2	1,3%
	s	3	1	4	2,7%
	z	0	1	1	0,6%
	r	14	11	25	17,4%
	l	18	10	28	19,5%
Palatais e velares	k	10	2	12	8,3%
	g	3	3	6	4,1%
	ɲ	0	0	0	0,0%
	ʃ	0	1	1	0,6%
	ʒ	2	0	2	1,3%
	x	0	1	1	0,6%
	ʎ	0	0	0	0,0%
Vogais	e	0	0	0	0,0%
	i	5	1	6	4,1%
	a	0	0	0	0,0%
	o	0	0	0	0,0%
	u	1	0	0	0,6%
#	0	0	0	0,0%	
Total:		83	60	143	100
Porcentual:		58,0%	41,9%	100%	

Não se computaram os verbetes em composição (como *noitibó-rabilongo*, *banda-de-congo* e *balança-rabo-de-bico-longo*). Nem sempre as formas em *-nga* são femininas, assim como nem sempre as em *-ngas* é plural. Um estudo da neutralização de supostas vogais temáticas ou terminações pluraliformes se faz necessária, mas não será tratada aqui. Salta aos olhos a falta de ocorrências de *-fongo(a)(s)*, *-nhongo(a)(s)* e *-lhongo(a)(s)*.

Analisemos mais pormenorizadamente as palavras em *-rongo(a)(s)*: *corongo*, *macorongo*, *morongo*, *mocorongo*, *mucorongo*, *muçorongo* (ou *mussorongo*), *porongo*, *quissorongo* e *sorongo* (ou *zorongo*). Dessas palavras, algumas aparentemente não têm aglutinador avaliativo no seu significado lexical, como nomes de árvores (*muçorongo*, *porongo*), de animais (*corongo*, *morongo*), de línguas (*muçorongo* a1953, *quissorongo*) e danças (*zorongo* 1874).

- Locais precários: *brongo* "bairro distante e pouco desenvolvido", "bairro de classes menos abastadas";
- Coisas feitas precariamente: *gronga* (1981) "qualquer artefato malfeito";
- Imperfeições físicas ou morais: *mondrongo* (séc. XX) "indivíduo disforme", "indivíduo preguiçoso", "indivíduo mal-vestido", *tronga* (1899) "mulher muito gorda", "mulher desonesta", *mangonga* "indivíduo muito alto", 1913 *caiongo* "envelhecido, decadente", *capiongo* "deprimido" "que tem defeito num dos olhos", *piongo* "melancólico", 1784 *songamonga* "pessoa sonsa e

disfarçada”, 1727 *candong* “trapaça”, *pindonga* “mulher que sai muito de casa”, 1899 *milonga* “habilidade de enganar”;

- Certas profissões que envolvem sexo: *tronga* “prostituta”;
- Falta de clareza: *mironga* “mistério”, “segredo”, *papironga* (1789 “manobra artilosa”);
- Falta de concordância: *mironga* “briga”;
- Nacionalidades: *mondrongo* “português”;
- Apreciação negativa de ações: *macorongo* “amante que explora a concubina”;
- Dinheiro: 1889 *jimbongo*;
- Drogas: *bongo*;
- Rusticidade: *capicongo*, *cangongo*, *biongo*, *trapizonga*;
- Desmazelo: 1716 *mondongo*, 1665 *mondonga*;
- Incompreensibilidade: *xongas*, *jinongonongo*;

É preciso observar que há grande número de etnônimos, danças, instrumentos, iguarias, animais, e vegetais com essas terminações. Apesar da prolificidade e frequência de formas em *-longo(a)(s)*, inspiradas em composições latinas, essa forma pouco contribuiu para a semanticização da terminação *-ongo(a)(s)* e sua transformação em sufixo. O mesmo ocorre para a terminação *-tongo(a)(s)* que provêm de formas gregas inspiradas em *phthóggos* “som articulado” (a saber, 1536 *ditongo*, 1576 *tritongo* etc.).

É difícil decidir sobre a questão semântica original de algumas palavras para entendermos se há de fato polissemia, como preconizam os dicionários, ou uma homonímia de palavras de étimos distintos. O estudo etimológico de muitas palavras terminadas em *-Vngo(a)(s)* é muito incipiente e as associações a línguas africanas muito impressionistas (e, por vezes, evidentemente falsas).

A palavra *mocorongo* pode significar “mulato escuro”, “palhaço de folia de reis”, “indivíduo natural de Santarém (PA)”, sem qualquer aglutinador pejorativo evidente, mas evidentemente a pejoração está presente quando empregado no sentido de “indivíduo roceiro, de pouca instrução e modos rústicos, caipira, tabaréu”. Apesar de não dicionarizado, é comum encontrar essa palavra sendo utilizada já com o valor semântico de “bobo, tonto, tolo, atarantado”, sem referência às origens rústicas. A palavra *sorongo* parece só ter essa acepção. De qualquer forma, a terminação de *sorongo* e de *mocorongo* não têm aparentemente nenhum étimo comum. Apenas há um elemento significante coincidente e alguma frequência de uso.

Esses fatores parecem estar entre as razões do seu alavancamento do nível significante para a criação de um significado, que passou, necessariamente, pelos aglutinadores avaliativos de *mocorongo* e pelo significado avaliativo de *sorongo*.

Além da flexibilidade semântica, há oscilação formal entre as terminações: *guaparonga* (nome de planta), também ocorre nas formas *guapironga*, *guaporanga* (1899) e *vapuronga*.

A pejoratividade ou a tabuização é refletida indiretamente nas palavras onomasiologicamente ricas, de modo que *araponga* “pessoa que fala muito alto” é, na verdade, uma transformação semântica da palavra e é difícil avaliar se essa palavra influenciou ou foi influenciada pela aglutinação pejorativa da terminação *-ngo(a)(s)*. Pode-se imaginar que sua frequência de uso tenha sido maior em sincronias pretéritas maior do que a de hoje em

dia, pois o pássaro se encontra hoje apenas em áreas muito restritas e as características que motivaram essa acepção da palavra são conhecidas muitas vezes apenas indiretamente, quando são. De qualquer forma, o étimo de *araponga* é perfeitamente conhecido desde 1728 (tupi *wyra-pónga* “pássaro que soa”, também sob as formas 1584 *guiraponga*, *iraponga*, *uiraponga*).

b) A terminação **-ungo(a)(s)**

Não sobreviveu nenhuma palavra com essa terminação que tenha sido criada até o século XV. No XVI há o latinismo *fungo* e os exotismos *tunga* e *zunga*. No XVII, os exotismos *malungo* e *mungo*. No XVIII não haveria, segundo a datação do Houaiss, nenhuma palavra, mas as do XIX são todas exotismos (*boiçununga*, *cabungo*, *calunga*, *dunga*, *funga*, *grutungo*, *guapurunga*, *gunga*, *ingurunga*, *jibungo*, *matungo*, *mucungo*, *mulungo*, *oricungo*, *porunga*, *punga*, *rarunga*, *trutungo*, *urucungo*), assim como a maioria do século XX, com exceção da derivação regressiva *resmungo* (*caçununga*, *guaçatunga*, *gurunga*, *jindungo*, *minungo*, *vissungo*, *zambiampungo*). 61 palavras não têm datação (65,6%).

As palavras frequentes e as comuns do dicionário Houaiss em ordem de frequência são 44 (47,3%):

fungo, *dunga*, *xunga*, *sunga*, *tunga*, *calunga*, *gunga*, *malungo*, *chungo*, *funga*, *mungo*, *resmungo*, *zunga*, *porunga*, *chibungo*, *jindungo*, *jungo*, *dandalunga*, *golungo*, *xibungo*, *surungo*, *zambiapunga*, *urucungo*, *piraçununga*, *pilungo*, *quitungo*, *malunga*, *mulungo*, *purungo*, *purunga*, *gungas*, *punga*, *matungo*, *sununga*, *macungo*, *mundrungo*, *quibungo*, *mutungo*, *guaçatunga*, *caçununga*, *sitatunga*, *vissungo*, *calungo*, *bilunga*.

Segundo os mesmos critérios empregados em *-ungo(a)(s)*, a terminação *-ungo(a)(s)* aparece em 93 palavras do dicionário Houaiss e é registrada em 47 verbetes em *-ungo* e outras 46 sob a forma *-unga(s)*.

UNGO(A)(S)		-o(s)	-a(s)	Total	Porcentual
Labiais	p	2	5	7	7,5%
	b	6	1	7	7,5%
	m	2	0	2	2,1%

	f	3	1	4	4,3%
	v	0	1	1	1,0%
Dentais e alveolares	t	5	6	11	11,8%
	d	2	4	6	6,4%
	n	2	5	7	7,5%
	s	2	2	4	4,3%
	z	0	2	2	2,1%
	r	5	8	13	13,9%
	l	6	5	11	11,8%
Palatais e velares	k	10	1	11	11,8%
	g	0	1	1	1,0%
	ɲ	0	0	0	0,0%
	ʃ	0	3	3	3,2%
	ʒ	1	1	2	2,1%
	x	0	0	0	0,0%
	ʎ	0	0	0	0,0%
Vogais	e	0	0	0	0,0%
	i	1	0	1	1,0%
	a	0	0	0	0,0%
	o	0	0	0	0,0%
	u	0	0	0	0,0%
#	0	0	0	0,0%	
Total:	47	46	93	100%	
Porcentual:	50,5%	49,5%	100%		

Algumas características pejorativas estão na própria palavra ou são decorrência de mudanças semânticas correlacionadas sob a ótica de mesmos valores sociais e preconceitos de classe:

- Locais precários: *zunga* "hospedaria de baixa categoria, reles";
- Coisas feitas precariamente: *chunga* "de má qualidade, reles, sem valor";
- Imperfeições físicas ou morais: *aricungo* "indivíduo muito feio", 1891 *cabungo* "indivíduo sem asseio e trato" ou "pessoa a quem não se deve importância", 1881 *matungo* "cavalo de má qualidade, que corre pouco", *mundrungo* "cavalo sem serventia", *pilungo* "cavalo ruim, sem préstimo", 1889 *punga* "cavalo sem serventia" "pessoa ruim" "cavalo que chega habitualmente entre os últimos colocados", *xunga* "mulher ordinária", *curungo* "enfraquecido, caduco" "indivíduo velho e feio", *jungo* "louro, alourado", 1899 *mulungo* "homem branco";
- Certas profissões que envolvem violência: 1881 *calunga* "gatuno, larápio";
- Roubo: 1958 *punga* "furto praticado com destreza", *tunga* "furto, roubo";
- Apreciação negativa de ações: *cafungo* "indivíduo mau, bruto, cruel";
- Pobreza: *surungo* "baile de gente simples";
- Dinheiro: 1899 *jibungo*;
- Bebidas alcoólicas: *malunga*, *piraçununga*;
- Rusticidade: 1958 *gurunga*, séc. XX *gurungumba* ou 1899 *ingurunga* "terreno muito acidentado, com subidas e descidas íngremes, quase intransitável", *muçununga* "terreno alagadiço e muito ácido, de onde escorre água nociva ao homem e aos animais";
- Religião e credulidade: *quibungo* "homem que faz feitiços", *mundrunga* "prática de bruxaria";

- Sexo: *bilunga* "pênis infantil", *chibungo* ou *xibungo* "homossexual masculino passivo";

É muito comum a aglutinação de vários sentidos pejorativos: *burundunga*, 1726 *burundanga*, *burindanga* ou 1922 *bruzundanga* "coisa de pouca serventia ou inútil, insignificância, ninharia" "falta de ordem, confusão" "linguagem confusa, difícil de entender" "coisa malfeita" "comida mal preparada, de aspecto nojento" "garrafa de feitiçaria".

Também é importante observar que algumas características positivas podem aparecer (1688 *malungo* "camarada, companheiro, parceiro", 1899 *dunga* "excepcional, incomparável", d1958 *gunga* "manda-chuva"). Obviamente há uma vasta transição dependente do discurso empregado que oscila entre a descrição neutra e a irônica de valor positivo ou negativo em diversos temas, de modo que as palavras oscilam entre o discurso da diversão e o da ofensa.

Reforçam esse grupo também alguns deverbais regressivos (1899 *fungo* "função", século XX *resmungo*) e interjeições (*tibungo! banga!*).

A mesma situação de *araponga* se encontra na palavra *caçununga* (1926), que provém do tupi *kasunúnga*, uma espécie de vespa. O significado de "mulher de mau gênio" ou "indivíduo que incomoda" são claramente derivados do significado da palavra, mas a terminação acabou por reforçar o sucesso conotativo.

c) A terminação e o sufixo -ango

Anteriores ao século XVI só se citam *manga*, *canga*, *fanga*, *frango*, *galanga* e *mango*. A partir do século XVI surge a palavra grega *losango* e uma grande gama de termos exóticos (*abango*, *acarapitanga*, *anhanga*, *anijuaganga*, *ganga*, *jaguapitanga*, *puçanga*, *tacipitanga*, *tanga*). Do século XVII são *bugiganga*, *calango*, *lupanga*, *mogiganga*, *mubanga*, *pitanga*, *xofrango*. Do século XVIII são os exotismos *boipiranga*, *burundanga*, *ibipitanga*, *miçanga*, *moganga*, *morango*, *orangotango*, *pango*, *pendanga*, *quarango*, *tapanhoacanga*, *tapiranga*, *zanga*. O século XIX prossegue a mesma tendência: *abanga*, *acumatanga*, *araçanga*, *araracanga*, *bango*, *cafanga*, *cananga*, *candango*, *cango*, *capanga*, *capiango*, *carango*, *charanga*, *chimango*, *deranga*, *diangas*, *dranga*, *fandango*, *guaporanga*, *guapuranga*, *guarapiranga*, *guaricanga*, *jacuacanga*, *jango*, *japecanga*, *macaranga*, *maturrango*, *molhanga*, *moranga*, *muanga*, *muraçanga*, *murapiranga*, *muxuango*, *nariganga*, *parasanga*, *pelanga*, *piranga*, *piraputanga*, *presiganga*, *quimanga*, *sacanga*, *samango*, *sambango*, *sanga*, *sapiranga*, *tango*, *zaranga*. No século XX citem-se *acamatanga*, *acumutanga*, *ajurujubacanga*, *anga*, *aracanga*, *ararapiranga*, *banga*, *boganga*, *bruzundanga*, *buraçanga*, *cabapiranga*, *camatanga*, *camiranga*, *carapitanga*, *caraputanga*, *changa*, *condurango*, *cumatanga*, *gango*, *icanga*, *inambuanhanga*, *itapiranga*, *jurupiranga*, *mangas*, *parango*, *sambanga*, *uanga*, *ximango*. 134 palavras não têm datação (54,5%).

As palavras frequentes e as comuns do dicionário Houaiss em ordem de frequência são 104 (42,3%):

frango, manga, tango, mangas, morango, tanga, pitanga, guarapiranga, sapiranga, bugiganga, fandango, guaricanga, calango, ganga, itapiranga, jango, piranga,

mango, rango, sanga, losango, anga, araputanga, candango, canga, franga, moranga, poranga, zanga, sango, camutanga, baranga, ibirapitanga, ibipitanga, capanga, charanga, tangolomango, orangotango, curiango, caranga, miçanga, carango, piraputanga, chimango, pango, charango, cabanga, banga, kananga, ximango, bango, muganga, munganga, anhanganga, fundango, tapiranga, changa, camiranga, fanga, cananga, sarango, catanga, bruzundanga, mogango, burundanga, pendanga, araracanga, paanga, jacuacanga, loango, cango, japecanga, muirapiranga, pirapiranga, gango, saranga, galanga, mugango, quimanga, samango, itapanhoacanga, massango, saicanga, cassanga, batanga, muanga, mungango, estanga, xofrango, matanga, guaporanga, nyanga, carapitanga, moganga, parango, sambanga, mananga, cundurango, condurango, fundanga, puçanga, presiganga, uanga, sambango.

Muito mais produtiva é a forma *-ango(a)(s)*:

ANGO(A)(S)		-o(s)	-a(s)	Total	Porcentual
Labiais	p	4	4	8	3,2%
	b	3	7	10	4,0%
	m	6	6	12	4,8%
	f	0	2	2	0,8%
	v	0	0	0	0,0%
Dentais e alveolares	t	2	27	29	11,7%
	d	3	6	9	3,6%
	n	1	4	5	2,0%
	s	3	11	14	5,6%
	z	2	7	9	3,6%
	r	11	44	55	22,3%
	l	1	5	6	2,4%
Palatais e velares	k	2	27	29	11,7%
	g	5	15	20	8,1%
	ɲ	0	6	6	2,4%
	ʃ	1	4	5	2,0%
	ʒ	2	0	2	0,8%
	x	2	0	2	0,8%
	ʎ	0	1	1	0,4%
Vogais	e	0	0	0	0,0%
	i	5	4	9	3,6%
	a	0	1	1	0,4%
	o	1	0	1	0,4%
	u	3	7	10	4,0%
#	0	1	1	0,4%	
Total:		57	189	246	100%
Porcentual:		23,2%	76,8%	100%	

- Coisas feitas precariamente: *biango* "casa pequena e/ou humilde", *banga* "casebre, choupana", *baranga* "de baixa qualidade" "mulher feia, deselegante", 1623 *bugiganga* "quinquilharia", "ninharia", 1706 *miçanga* "coisa de pouco ou nenhum valor", 1720 *pendanga* ou *pendenga* "algo que se usa com finalidades diversas" "ocupação secundária", *sanga* "arroz de qualidade inferior", "produto secundário";

- Imperfeições físicas ou morais: séc. XIX *sambango* "que ou aquele que é fraco, que não tem forças", 1899 *maturrango* ou 1899 *maturrengo* "indivíduo que não sabe montar" "indivíduo ignorante nos trabalhos relacionados ao campo" "inexperiente, inábil no exercício de qualquer atividade", *sarango* ou *saranga* "muito crédulo, simplório, tolo", séc. XX

- sambanga* "ingênuo, palerma", 1873 *sapiranga* "blefarite", 1899 *cafanga* "falso escrúpulo" "falha, defeito", séc. XX *sambanga* "penetra";
- Certas profissões que envolvem violência ou sexo: *calango* ou *carango* "soldado", 1899 *samango* "agente policial", 1868 *capanga* "guarda-costas";
 - Falta de concordância: 1858 *fandango* "confusão barulhenta", *jiquipanga* "festa ruidosa", *saçanga* "confusão, briga, motim";
 - Roubo: 1899 *capiango* "indivíduo que furta e rouba com astúcia e destreza";
 - Pobreza: 1899 *samango* "homem preguiçoso, indolente" "indivíduo maltrapilho", d1847 *piranga* "pessoa pobre, reles, de pouca importância" "falta de dinheiro, pobreza";
 - Dinheiro: c1930 *mango*, 1922 *changa*;
 - Drogas: 1913 *bango*, século XVIII *pango* ou 1554 *abango* "maconha", 1969 *parango* "pacote de maconha";
 - Bebidas alcoólicas: *tiaporanga* "bebedeira", *mungango* "aguardente", como em *ganga* e *pitianga*;
 - Rusticidade: *mixanga*, *mixuango* ou 1899 *muxuango* "indivíduo caipira, matuto, tabaréu";
 - Religião e credices: 1914 *anga* "olhar maléfico, mau olhado", *mixilanga* "beberagem, garrafada", 1561 *puçanga* "beberagem, feitiço"; *azango* "desdita, infelicidade", *tangolomango* ou 1881 *tanglomango* "doença que supostamente se origina de feitiço" "má sorte", 1899 *muanga* "coisa feita, feitiço", 1789 *zanga* "feitiço" "enguicho", 1985 *uanga* "feitiço";
 - Sexo: 1878 *mango* "pênis", *xandanga* "genitália feminina";

Em algumas delas, sem étimo, como *cafumango*, vários preconceitos se ajustam: "indivíduo sem importância, de baixa condição social", "vagabundo", "caipira, tabaréu", "cozinheiro preto". O sentido genérico de "coisa" se encontra em 1873 *charanga*, de comida em *rango* e de "pessoa" há no português lusitano o termo *manga*, para "grande quantidade". Uma valoração positiva se entrevê em 1913 *gango* "afago, meiguice", *puranga* "bonito", *surunganga* "bonito, faceiro" "valente". Em 1899 *ganga* "senhor" temos o étimo no quimbundo *nganga* "feiticeiro, mágico" (vide *mananga* "feiticeiro indígena", *nianga* "curandeiro"). O termo 1789 *orangotango* pode significar "indivíduo feio e desajeitado", mas supostamente é algo acrescido ao significado da palavra. Inversamente o uso de *franga* "mulher muito jovem" soa pejorativamente.

Nesse caso há várias formas da aglutinação do tupi *-pytánga* "avermelhado" (sob as formas em português *-pitanga*, *-putanga*, *-patanga*, *-matanga*, *-mutanga*), do tupi *-piránga* "vermelho" (sob a forma *-piranga*, *-puranga* ou *-poranga*), do tupi *-añánga* "gênio protetor" (sob a forma *-anhanga*), do tupi *-akánga* "cabeça" (sob a forma *-acanga*).

d) A terminação -ingo(a)(s)

Anteriores ao século XVI são apenas as palavras *domingo*, *dominga* e *restinga*. No século XVI surgem: *acarapitinga*, *ambaitinga*, *boicinga*, *caatinga*, *carlinga*, *catinga*, *gotingo*, *guiratinga*, *ibiratinga*, *ingo*, *jacutinga*, *jaguacininga*, *pinga*, *pingo*, *pititinga*, *respingo*, *sabiatinga*, *sernambitinga*, *urubutinga*. Do século XVII: *ananga*, *choringas*, *gardingo*, *linga*, *moringa*, *moxingo*, *muxinga*, *suaçutinga*, *tabatinga*, *vitinga*. Do século XVIII: *mandinga*, *petinga*, *piracatinga*, *rezinga*, *seringa*. Do século XIX:

acaratinga, anavinga, aratinga, aringa, atinga, binga, bolinga, calingo, cotinga, curinga, curuatinga, eslinga, flamingo, ginga, gingo, gringo, jacaretinga, jifingo, jinga, jingo, jurupetinga, lemingo, macocalinga, mingo, pacutinga, petitinga, pirapetinga, pirapitinga, piratinga, pitinga, posinga, singa, siringa, surucucutinga, talinga, telinga, titinga, tobatinga, toringo, tulingo, turingo, vatinga, vigilinga, virtingo, zinga, zingo. Do século XX: abatinga, acaiacatinga, acarlinga, ajurucatinga, anhinga, asdingo, atangaratinga, bingo, caatinga, capitinga, caracaratinga, caratinga, cedrelinga, coringa, guaçuatinga, iritinga, muinga, tiipingo, tyipingo, ubatinga, uvatinga. 97 não têm datação (48,2%).

As palavras frequentes e as comuns do dicionário Houaiss em ordem de frequência são 82 (40,8%):

domingo, restinga, bingo, pingo, pinga, caatinga, tabatinga, gringo, seringa, caratinga, jacutinga, flamingo, ginga, ingo, guiratinga, coringa, inga, Domingas, mingo, chuinga, pirapetinga, curinga, mandinga, guaratinga, moringa, xingo, catinga, pitinga, anhinga, bracatinga, aratinga, respingo, zinga, aringa, Dominga, pirapitinga, cotinga, dingo, batinga, linga, petinga, cafuringa, binga, choramingas, jinga, gingo, rezinga, jingo, zuninga, pititinga, choramingo, carlinga, siringa, jurupinga, gardingo, petitinga, biguatinga, ibiratinga, aninga, surucutinga, atinga, coatinga, capitinga, ubatinga, dinga, singa, muxinga, jacaretinga, piratinga, hinga, zingo, cedrelinga, boicininga, bolinga, tietinga, pichilinga, eslinga, caxinga, lapinga, muinga, curuatinga, muiratinga.

INGO(A)(S)		-o(s)	-a(s)	Total	Porcentual
Labiais	p	4	3	7	3,4%
	b	1	2	3	1,4%
	m	6	4	10	4,9%
	f	1	0	1	0,4%
	v	0	1	1	0,4%
Dentais e alveolares	t	2	98	100	49,7%
	d	4	6	10	4,9%
	n	0	10	10	4,9%
	s	0	2	2	0,9%
	z	1	4	5	2,4%
	r	5	8	13	6,4%
	l	4	12	16	7,9%
Palatais e velares	k	0	0	0	0,0%
	g	0	1	1	0,4%
	ɲ	0	1	1	0,4%
	ʃ	2	7	9	4,4%
	ʒ	2	4	6	2,9%
	x	0	0	0	0,0%
	ʎ	0	0	0	0,0%
Vogais	e	0	0	0	0,0%
	i	0	0	0	0,0%
	a	0	1	1	0,4%
	o	0	0	0	0,0%
	u	0	2	2	0,9%
	#	1	2	3	1,4%
	Total:	33	168	201	100%
	Porcentual:	16,4%	83,5%	100%	

Há 201 verbetes com terminação *-ingo(a)(s)*, a grande maioria com a terminação *-tinga*, de origem tupi.

Os étimos de palavras em *-ingo(s)* são os mais variados e o valor pejorativo é bastante atenuado de modo geral. Deverbais: em 1899 *gingo*, 1881 *respingo*, *xingo*, *choringo*, 1899 *ginga*, 1593 *pinga*, a1748 *rezinga*. O valor positivo se vê em 1881 *pingo* "cavalo de qualidade, bonito e corredor". Aparentemente, as formas em *-ingo* atenuam a generalização do traço nasal para *-Vngo*, sendo V igual a qualquer vogal. No entanto as formas em *-inga(s)* são mais propensas à pejoração: de *choringo* advém 1666 *choringas* (donde *choringão*, como em *chorão*). Como comprova o quadro acima, muitas palavras derivam-se do tupi *-tinga* "branco". O valor pejorativo se encontra em:

- Imperfeições físicas ou morais: *bujinga* "monte de lixo, de coisas imprestáveis", *catinga* "avarento" "avareza" 1720 *seringa* "indivíduo importuno ou esquisito"; 1899 *curinga* "indivíduo feio e raquítico", 1618 *peitinga*, 1720 *petinga* ou 1886 *pitinga* "peixe miúdo usado como isca" "negócio sem interesse", *pixilinga* ou *pichilinga* "coisa muito pequena", 1593 *pinga* "pessoa bêbada";
- Certas profissões que envolvem violência ou sexo: *cainga* "policia1";

- Nacionalidades: séc. XIX *gringo* "estrangeiro diferente do padrão encontrado no país" e em 1899 *jingo* "defensor da guerra inglesa contra a Rússia em 1878" "patriota fanático";
- Apreciação negativa de ações: d1671 *muxinga* "surra";
- Pobreza: *fandinga* "maltrapilho", 1593 *pinga* "pessoa que não tem dinheiro";
- Bebidas alcoólicas: *jurupinga*, *lapinga*, 1593 *pinga*, *zuninga*;
- Religião e credices: *caninga* "má sorte" "desgosto, aborrecimento", 1716 *mandinga* ou *maninga*;

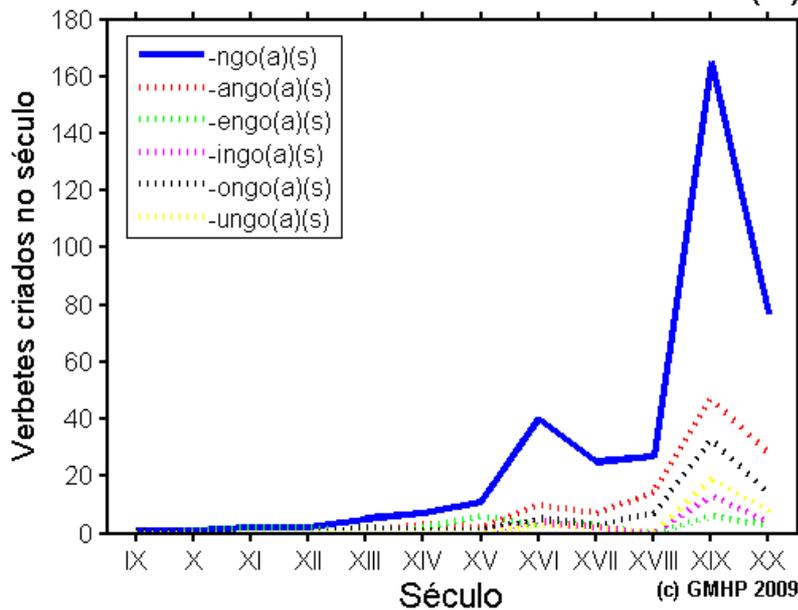
Acúmulo de significados de várias categorias podem ser vistos em palavras altamente polissêmicas como: 1899 *binga* "matéria fecal" "coisa emprestável", "pênis de criança ou pouco desenvolvido" "marido traído" "pessoa reles"; *cafuringa* "coisa pequena e sem importância" "mexeriqueiro" "carapinha" "automóvel velho".

Completando as listagens, observe-se que formas derivadas em *-nginho(a)(s)* não dão grandes pistas semânticas, embora haja exemplos com aglutinador pejorativo, como *dunguinha* "pessoa de pouca importância", *canguinha(s)* "pessoa pequena", "pessoa fraca", "pessoa sovina". Já as em *-ice*, potencializador do valor pejorativo, revela formas como *candonguice* (1873 o mesmo que 1727 *candonga* "ardil"), *moganguice* (séc. XX, o mesmo que 1716 *moganga*, *muganga*, *munganga*, séc. XVII *mogiganga*, *mungango* ou *mugango* "movimento excessivo das mãos ou do rosto", "careta", "lábua", também sob a forma *mocanguice* e *muganguice*), *denguice* 1836 "comportamento sedutor", "ostentação", "gestualidade afetada", "ardil", "lamentação infantil". O aglutinador pejorativo afeta também a interpretação de outros sufixos ou justamente se adapta melhor a elas, como *punguista* "batedor de carteiras" 1899 (de *punga* 1842, com o mesmo sentido), *moganguieiro* 1789 ou *moganguista* "quem faz mogangas".

e) O sufixo **-Vngo(a)(s)**

Ainda com base nos dados do Houaiss, observa-se que o grande grupo das formas com vogal não-anterior são de longe as mais produtivas, como se pode ver no gráfico a seguir que revela os verbetes com terminação *-Vngo(a)(s)*:

PALAVRAS TERMINADAS EM NGO(A)(S)



Hoje, palavras com a terminação *-engo(a)(s)* são claramente as menos produtivas de todas, seguido de *-ingo(a)(s)*. Aparentemente, vogais não-antérieures nasais cumprem melhor a função que a neologia lhes vem atribuindo na gênese de sufixos com valor pejorativo por meio de aglutinadores pejorativos.

Por semelhança ao sufixo *-engo(a)(s)* surgiram outras formas em que a terminação *-Vngo(a)(s)* atua como um verdadeiro sufixo, apesar de não terem sido encontradas formas com um sufixo *-*ungo(a)(s)*.

Caranga: o aspecto sufixal da terminação se entrevê em *caranga*, 1873 *charanga* ou 1873 *carango* "automóvel" assim como, talvez, em **azango**.

Riponga: o termo *riponga* dicionarizado (também sob a forma *ripongo*) mostram a existência da produtividade do sufixo e seu significado pejorativo (para além de simplesmente ser um aglutinador pejorativo) na segunda metade do século XX, após a divulgação internacional do termo inglês *hippy* ou *hippie* (atestado em inglês em 1953).

Choramingas (século XVII a1666) – teria sido nasalização de *choramigas?*, **Durango** (2000 século XX cf. TermNeo "A Vera deveria ter casado com o Mick Jagger, e não com um durango que nem eu." Jace Valadão ... Veja, 27.12.2000),

Coxanga "coxo" (s/dat, cf. *coxambeta*, com o mesmo significado),

Nariganga "aquele que tem nariz grande, narigão" (século XIX 1899),

Molhanga "grande quantidade de molho, molho grosso ou muito condimentado" (Guerreiro 1784: 115),

Japoronga (1990 século XX), *riponga* (1979 século XX José Carlos Oliveira "O saltimbanco azul: crônica dos acontecimentos atuais": "Abri e as duas despencaram pelo vão da porta. Estavam completamente embriagadas, as duas ripongas" 1979 p.125, mas cf. Istoé – 1370/8 1975 p.38: "Para os naturalistas americanos e herdeiros da geração riponga, a planta é muito mais do que apenas fonte do bom e velho baseado").

Quando se criou a palavra *japorongo*, o seu valor pode transitar entre áreas muito fluidas que vão desde a familiaridade até o preconceito. O jogo social implicado na utilização da palavra na *parole*, em contexto real específico (associado a fatores de prosódia) é que determinarão o exato aglutinador avaliativo, uma vez que a palavra sequer é dicionarizada, embora perfeitamente detectável em corpora extensos, como se pode perceber em milhares de ocorrências no *Google* (tanto no masculino quanto no feminino, tanto no singular quanto no plural). Além da terminação *-ngo(a)(s)*, na variante vocálica *-o-*, percebe-se claramente a intromissão de um interfixo *-or-*, o que supõe que talvez a palavra tenha tido interferência analógica de outra palavra mais antiga. Como visto, o dicionário Houaiss aponta 10 palavras terminadas em *-orongo*. A gênese de *-orongo* que se aglutinou à raiz *jap-* (e não a *japon-*), mostra que, por meio do mecanismo analógico, *-orongo* sofreu aquilo que poderíamos de chamar de *semanticização* da terminação previamente átona. O seu emprego neológico é que permite avaliar que foi assim a gênese lexical de *japorongo*. Dito de outra forma: *sufixos podem não ter necessariamente um étimo, mas podem emergir como resultado de um fenômeno analógico*. Isso, longe de invalidar, a necessidade e até mesmo a pertinência de uma Morfologia Histórica com vistas ao estudo dos elementos de composição, pelo contrário, enriquece e complexifica, por meio de dados, a necessidade de uma reavaliação do método diacrônico, no intuito de confirmá-lo e não de rejeitá-lo. Assim, o caso de *japorongo* corrobora a linguística diacrônica, por mais difícil que seja rastreá-lo.

Aparentemente, algo parecido aconteceu com o italiano com uma base germânica que fortaleceu um sufixo *-ingo*, como se vê em *casalingo* "relativo à casa", *ramingo* "pássaro que voa de rama em rama". Para além dos dados do Houaiss, podemos falar de outras formações. Leite de Vasconcelos (1928, p.431-434) cita as palavras *cristengo* (cast *cristianiego*), *judengo* (cast *judiego*), em que haveria um "falso sufixo *-engo*", porque viria de *-aecus* > *-ecus* → *-an+ecus* > *-*aengo* > *-engo*. Cf. *-ego* em cast *labriego*, port *labrego*; cast *mujeriego*, port *mulherengo*; cast *solariego*, port *solariego*, *solarego*, *solarengo*, *solariengo* ("puro hespanhol"). Cf. *manchego*, *galego*. Outras formas se entrevêm esporadicamente: *pelanga*, *fritangada*, *pernangoila*, *festanga*, *festangada*, *chiangar* [Revista Lusitana 1890-1892(2):247; Romania 1922(48):121; ZfRP 1944(24):324; Revista Portuguesa de Filologia 1968 (1-2):25,103,122].

É possível aumentar a generalização e imaginar que a terminação em questão é um subcaso de uma mais ampla, a saber, *-VNCV*, em que C teria os traços [+oclusiva] e [+velar], bem como [±sonoro]. De fato, vê-se algo muito próximo no sufixo *-anca* de, por exemplo, *pelanca*. Algo semelhante parece acontecer sem tanto êxito com formas em *-Vmbo(a)(s)*: *grandumba* "que ou aquele que é grandalhão", típico do Rio Grande do Sul (segundo Oliveira, 2002; razões talvez se encontrem em Viaro & Guimarães-Filho 2007, 2011).

CONCLUSÕES

Se nos ativermos à terminação -Vngo(a)(s) ou mesmo ao simples encontro -ng- veremos que há grande produtividade do valor da pejoração. No léxico de Guimarães Rosa, sobretudo em seus neologismos, encontram-se em Martins (2001) palavras como: *adengar, alvarenga, anhangá, aslongas, bambalango, bedelengar, bendengo, bengô, brongo, calungado, candonga, carangonço, caxerenguengue, choramingudo, clingo, cramondongue, descangar, drongo, dunga, encarangado, engronga, eslinga, expandongado, esverdolengado, gangolô, gungo, ivitinga, jaguacininga, langue, lenga arenga, malungo, mamolengo, mangangaba, matungo, mengo, merenguém, mingrim, mocanguero, mocoongo, môngo, môngoar, mossorongo, mostrengar, musgoengo, nhenganhenga, pedroenga, perrengue, piongo, pirunga, pongô, pongudo, puçanguara, quenga, remangar, saçanga, sambanga, sanga, sapiranga, saranga, sengo, serenga, surunganga, tchungar, trapizonga, tungar, urumicanga, vinga, virundanga*, sem falar de casos com outra oclusiva como *renquetrenque, berimbar, jerimbamba, mambembe*. A produtividade da expressividade desses encontros é bastante visível a partir do século XVIII (cf. Guerreiro 1784). Alguns dicionários voltados à gíria têm grande número de verbetes com o mesmo elemento expressivo: *araponga, arenga, arumangado, baranga, bicanca, binga, bruzundanga, buchunghinhas, buzangar, cachanga, cafungador, cafungar, capanga, capenga, caramingootes, caramingua, caranga, catinga, catingudo, catinguento, caxanga, caxangar, caxanguero, charanga, chibungo, curinga, duranga, durango, fandango, fedengoso, furingo, jacutengo, japoronga, lengalenga, miçanga, milonga, mironga, mocoongo, molenga, mondrongo, moganga, muringa, perrengue, pingapinga, pintinga, reguenguelo, samango, songamonga, tibungo, tonga da mironga, trapizonga, uengotchengô, zongar* (Serra e Gurgel 1995³); *baitinga, barnga, candanga, fubanga, monga, munganga, patchonga, perrenga, pirangagem, piranguero, podenga, tanga, tchonga, xibungo, xoronga* (Vip & Libi, 2006). Como na gíria, tais palavras têm grande representação, os autores desses dicionários, sem nenhum método de delimitação do elemento neológico caracterizador da gíria propriamente dita, valem-se da sonoridade. Mesmo palavras antigas como *songamonga* são classificadas como tal, dado o equívoco natural decorrente do desconhecimento histórico que o falante nativo tem de sua língua. O caso de *fedengoso* em vez de *fedegoso* aponta para uma analogia motivada duplamente no nível do significante (com a palavra *dengo* e com as acepções pejorativas das palavras com -ng-). Também *durango*, forma sufixada de *duro*, valeu-se do emergente sufixo -ango associando-se, ao mesmo tempo, com o topônimo *Durango*, divulgado na forma da personagem *Durango Kid*.

A deformação do radical (*figueiredo* em vez de *fígado*), mesclas (como em *intelijumento*) e novos sufixos como -Vldo(a)(es), extraído de nomes próprios, faz surgirem formas como: *chatonildo, bruxildes, escrotilda, espertildo, fomizeldo, safanildo, jumentildo, jumentonildo, otarildo, putonildo, sacanildo*. Dessa forma, a alta frequência, a expressividade, a analogia e a falsa segmentação tem grande papel na formação de novos sufixos.

Nas palavras acima listadas, vê-se em *baitinga*, que segmentou um falso radical a partir de *baitola* (e de fato, essa palavra aparece na definição fornecida pelos autores: “baitola baixa, bicha rés-do-chão”). Uma palavra como *patchonga*, sinônima de *tchonga*, que por fim vale-se de *monga* “retardada”. Veja *monga* pode ter uma etimologia (de fato, parece vir de *mongoloide*), mas *tchonga* aproveita da sonoridade, a qual reforça com um *tch-* que também aparece na palavra *tchenga*, apresentada no capítulo 1 bem como em *tchurma* “turma”, *mintchura* “mentira”. Ao se construir *patchonga*, há, ainda uma associação com a palavra *pato* ou *pata*, que tem a mesma acepção. O resultado é que vemos um sufixo *-onga* em *patchonga* que não aparece nem em *monga* ou em *tchonga*, que a criaram. Também em *bicanca* encontra-se o termo *bico* “chute forte” e uma variante *-anca* que se encontra em *metranca* “metralhadora”, por exemplo. Na lista de palavras de Guimarães Rosa acima deparamo-nos com neologismos com sufixos claramente pejorativos: *musgoengo* “musgoso, musguento”, *pedroenga* “pedreira” e elementos expressivos como *tchungar* “pegar”.

Desse modo, não é possível atribuir origens africanas a toda e qualquer palavra de étimo pouco claro que se componha de *-ng-*, *-mb-*, *-nc-* etc., como é a prática corrente. Um valor que mistura sinestesticamente coloquialidade, movimento, pejoratividade estão na gênese de formas produtivas. Se, somente pela depreensão de sufixos podemos prová-lo, de um lado, a reiteração de valores e significados de forma analógica podem, de outro, dar azo a hipóteses plenamente justificáveis que, apesar de não invalidarem totalmente a questão da arbitrariedade do signo, traz à luz de modo sério a discussão milenar da associação de sons a significados, a qual pode se beneficiar dos estudos lingüístico-histórico-comparativos e dos estudos da psicologia dos últimos dois séculos.

Com relação a palavras que possuam o encontro *-ng-* distribuídas por século (excluindo 4017 casos em que a grafia equivale a /N□/, /Ngr/ e /Ngl/), vemos, no *corpus* do Houaiss as seguintes quantidades:

Século	Quantidade	%
XI	2	0,09%
XII	2	0,09%
XIII	42	1,9%
XIV	20	0,9%
XV	25	1,13%
XVI	102	4,62%
XVII	76	3,44%
XVIII	100	4,53%
XIX	473	21,46%
XX	330	14,97%
desconhecido	1032	46,82%
Total	2204	100%

Essa discussão também leva em conta a questão da *existência* dos dados em linguística. A partir dos dados apresentados, como negar que exista de fato um sufixo *-Vngo(a)(s)*? Palavras usadas em outras épocas, criadas por um escritor, produzidas em contextos distintos dos com os quais estamos acostumados certamente também existem. No entanto, por mais razoável que seja essa afirmação, por mais que possamos comprovar a existência (e a frequência) por meio de mecanismos de busca da Internet (Google, Bing, Yahoo), ainda assim, algum caráter normativo vaugelaisiano

impele os estudos linguísticos a não trabalhar desapaixonadamente com relação aos dados linguísticos. Maior prova disso é a insistência no uso do asterisco para “forma inexistente”, levando-se em conta pura e simplesmente a vivência do falante-juiz. Além de redundante e paradoxal (não é possível combinar estudos históricos e gerativistas, por exemplo, sem criar confusão no uso do asterisco, que na sua acepção schleicheriana mais antiga significa “forma não atestada nos documentos”), o descuido com o formalismo e a falta de critérios para a terminologia emperram o diálogo entre as correntes da linguística e não constituem, assim, um passo rumo à integração em teorias unificadas. Uma palavra como *grandura* não existe no Houaiss, pode ser “sentida” pelo falante como neologismo ou até mesmo provada por um recorte metodológico qualquer, mas a verdade científica está acima de impressões e métodos, pois devia estar apoiada em dados e, de fato, *grandura* já aparece no dicionário de Jerônimo Cardoso, de 1570. Se a palavra já está abonada há mais de cinco séculos e se aparece em inúmeras páginas da internet, por que dizer – a não ser por uma sensação vaga e subjetiva – que a palavra não existe? O mesmo podemos dizer de sufixos como *-ngo*. A falta de uma base epistemológica clara gera, de fato, a dificuldade aparente ao diferenciarmos semântica- e funcionalmente um sufixo de uma terminação sem significado. Postular uma origem múltipla para a expressividade de *-ngo(a)(s)* parece realista, no entanto, como lidar com a homonímia na gênese e com a multiplicidade semântica dela decorrente é algo que vem preocupado alguns autores (Condé 2008; Gonçalves 2009; Viaro 2010). Outro estudo necessário é o papel do significado da palavra como fonte de geração do significado de sufixos emergentes. Por fim, o estudo dos moldes fônicos na formação desses mesmos significados (Viaro & Guimarães-Filho 2010; Viaro 2011), da proliferação do sufixo e da frequência de uso são de importância muito grande para a formação dessa ambicionada base epistemológica. Perante tudo isso, é possível apresentar algumas hipóteses que encaminhariam a discussão para a obtenção desses pressupostos, a saber:

(a) Quanto maior a ocorrência de uma palavra, mais chance haverá da palavra continuar existindo. Os extremos na questão da frequência de uso seriam uma palavra criada num único ato de fala (neologismo não-aceito) e uma palavra presente em todos os atos de fala (por exemplo, os artigos definidos). Portanto, teoricamente pode-se dizer que, dados todos os atos de fala num momento M1 e dados todos os atos de fala num momento M2 subsequente, pode-se dizer que M1 permanece constante, diminui ou aumenta;

(b) Como não temos todos os atos de fala (*huge chart* Bloomfield 1933, p.46), mas apenas alguns e desses, ainda, apenas uma amostragem pequena é analisada (a saber, os *corpora*), portanto, a inexistência de uma palavra num *corpus* não implica na inexistência da palavra de modo geral;

(c) Uma vez que um *corpus* é uma coleção de textos (que são, em última instância, atos de fala), um fenômeno linguístico qualquer investigado nele pode ocorrer de forma variada (por exemplo: uma palavra pode ocorrer poucas vezes num único texto, uma palavra pode ocorrer muitas vezes num único texto, uma palavra pode ocorrer poucas vezes em muitos textos, uma

palavra não ocorre nenhuma vez em nenhum texto, a palavra ocorre muitas vezes em muitos textos);

(d) No caso de a palavra ocorrer em alguns textos, também é possível imaginar a situação de esses textos serem sobre assuntos distintos ou sobre o mesmo assunto (o que requer uma tipologia textual para determinação dos contextos de ocorrência). Por exemplo, o sufixo *-ídeo* tem, nos dicionários, muitos verbetes, mas todos são pouco frequentes no universo de textos que não tratem de Biologia. Um sufixo *-Vngo(a)(s)* é mais frequente em textos que versem sobre temas do cotidiano menos especializados, daí o tom mais coloquial atribuído a ele.

Se houvesse apenas 4 textos no mundo, que pudessem ser classificados em dois tipos *a* e *b*, ou seja: *a1, a2, b1, b2*, diríamos que seria um *hapax* aquela palavra que ocorresse uma única vez em qualquer um dos quatro textos e diríamos que é uma *palavra universal* se aparecesse muitas vezes nos quatro textos. Se ocorresse uma única vez em *a1* e uma única vez em *a2* seria um caso raro e *tipologicamente definido* (pois não ocorre nem em *b1* nem em *b2*); se ocorresse muitas vezes em *a1* e *a2* seria uma palavra *típica* de textos *a*. Se ocorresse uma única vez em *a1* e uma única vez em *b1* diríamos que é uma palavra também rara, mas mais *representativa* (pois ocorre em textos do tipo *a* e do tipo *b*). A representatividade aumentaria se a mesma palavra aparecesse uma vez em *a2* e mais ainda se também aparecesse em *b2*. Quanto mais vezes a palavra aparecesse em mais de um texto, maior seria sua representatividade. No entanto, se a palavra aparecesse muitas vezes só em *a1*, a palavra seria característica desse texto e possui um caráter marcadamente *estilístico*.

A partir disso, podemos concluir que a *representatividade* de uma palavra é diretamente proporcional à frequência de ocorrências em muitos textos de muitos tipos. Já a *especificidade* de uma palavra é inversamente proporcional à quantidade de tipos de texto (independentemente da frequência de ocorrências). Os casos extremos seriam o *hapax* e a *palavra universal*, que seriam respectivamente objeto de estudo da Estilística e da Gramática. Todos os demais casos seriam objeto de estudo da Lexicologia (e da Morfologia, se o fenômeno for, por exemplo, um sufixo).

NOTAS

(1) As datações doravante são retiradas do dicionário de Houaiss & Villar (2001), complementadas ou retroagidas em Machado (1967²), Cunha (1989³, 2006) e dicionários de gírias citados na bibliografia final, bem como de pesquisas feitas em www.fflch.usp.br/dlc/neo/ (e banco de dados ainda inédito de Ieda Maria Alves – USP), www.corpusdoportugues.org e books.google.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARONOFF, M. **Word Formation in generative grammar.** Massachusetts/London: MIT, 1976.

BLOOMFIELD, L. **Language**. New York/Chicago/San Francisco/Toronto: Holt, Rinehart and Winston, 1933.

CONDÉ, V. G. Produtividade do sufixo -eria na língua portuguesa do Brasil. In: LIMA-HERNANDES, M.C.; MARÇALO, M.J.; MICHELETTI, G.; ROSSI, V.L.. (Orgs.). **A Língua Portuguesa no Mundo - I Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa** (CD-ROM). v. 2. São Paulo: FFLCH USP, 2008.

GONÇALVES, A. A. G. **Diacronia e produtividade dos sufixos -agem, -igem, -ugem, -ádego, -ádigo e -ádiga no português**. 2009. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

GUERREIRO, M. C. **Tratado da versificação portuguesa dividido em tres partes**. Lisboa: Francisco Luiz Ameno, 1784.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

OLIVEIRA, A. J. **Dicionário gaúcho: termos, expressões, adágios, ditados e outras barbaridades**. Porto Alegre: AGE, 2002.

MARTINS, N. S. **O léxico de Guimarães Rosa**. São Paulo: Edusp, 2001².

ŠTEKAUER, P. **English word formation: a history of research** (1960-1995). Tübingen: Günter Narr, 2000.

VIARO, M. E. Relação entre produtividade e freqüência na produção do significado. **Estudos Lingüísticos**, 34, p.1230-1235, 2005.

_____. Estudo diacrônico da formação e da mudança semântica dos sufixos -eiro/-eira na língua portuguesa. In: MASSINI-CAGLIARI, Gladis *et al* (Orgs.) **Trilhas de Mattoso Câmara e outras trilhas: fonologia, morfologia, sintaxe**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 12, p.45-84, 2007.

_____. Os sufixos -eiro e -ário: história de morfemas divergentes. In: LIMA-HERNANDES, M.C.; MARÇALO, M.J.; MICHELETTI, G.; ROSSI, V.L. (Orgs.). **A Língua Portuguesa no Mundo - I Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa** (CD-ROM), v. 2. São Paulo: FFLCH USP, 2008.

_____. A especialização do sufixo latino -arium. In: MARÇALO, M.J.; LIMA-HERNANDES, M. C. *et al*. (Orgs.). **Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas**. Évora: Universidade de Évora, p.22-42, 2010a.

_____. Sobre a inclusão do elemento diacrônico na teoria morfológica: uma abordagem epistemológica. **Estudos de lingüística galega**, 2, p.173-190, 2010b.

_____; GUIMARÃES FILHO, Z. O. Análise quantitativa da frequência dos fonemas e estruturas silábicas portuguesas. **Estudos Lingüísticos**, 36, p.28-36, 2007.

_____; GUIMARÃES FILHO, Z. O. Acerca dos diferentes graus de distinção em fonologia: o caso dos fonemas portugueses em dissílabos do tipo cvcv. **Filologia e Linguística Portuguesa**, 12(1), p.125-148, 2010.

PHARIES, D. The origin and development of the Ibero-Romance -nc-/-ng- suffixes. **Zeitschrift für romanische Philologie**. Beiheft 228. Tübingen: Niemeyer, 1990.

_____; **Diccionario etimológico de los sufijos españoles**. Madrid: Gredos, 2002.

SERRA E GURGEL, J. B. **Dicionário de gíria: modismo lingüístico, o equipamento falado do brasileiro**. Brasília: JB Serra e Gurgel, 1995³.

VASCONCELOS, J. L. **Opusculos**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928, v.1.

VIP, A.; LIBI, F. **Aurélia, a dicionária da línguaafiada**. São Paulo: Editora da Bispa, 2006.

PROPOSTA DE GENEALOGIA DO SUFIXO *-MENTO*: DO LATIM AO PORTUGUÊS

Érica Santos Soares de FREITAS
Universidade de São Paulo (Doutoranda)
ericafreitas@usp.br

RESUMO: Apresentaremos nesta mesa-redonda uma proposta de genealogia semântica do sufixo *-mento*, desde sua formação no latim até sua chegada à língua portuguesa. Nosso trabalho é direcionado ao estudo morfológico semântico; nele, observamos palavras portuguesas formadas pelo sufixo derivacional *-mento* (do latim, *-men*, *-mentum*) e suas bases, por meio de paráfrases indicadas no Dicionário Eletrônico Houaiss da língua portuguesa. As gramáticas portuguesas informam, geralmente, que os afixos, principalmente os sufixos, são elementos semanticamente mais vazios do que, por exemplo, os radicais. Não podemos concordar com a afirmação de Rocha Lima de os sufixos serem vazios de significação, a não ser se considerados isoladamente, visto que não faz sentido fazer um estudo dos sufixos por si só, mas apenas ligados a uma base; todavia, são responsáveis por uma alteração semântica nesta, que habitualmente se depreende por meio de paráfrases, por exemplo: x *-mento* "ação de x" – desenvolvimento (ação de desenvolver). No caso do sufixo estudado, a base é, de fato, um elemento semanticamente mais pleno de significação do que o sufixo, mas não é necessariamente verdade para todos os sufixos (p.e.: *pedreiro*, *poleiro*, *chiqueiro*, palavras cujo sufixo *-eiro*, conforme Viaro (2003), possui mais significado que sua base, opacificada pelo tempo, como o sufixo *-mento* em *fermento*, *lamento*, *cimento*). Os sufixos podem apresentar mais de um significado, assim como as unidades lexicais. No latim, seu significado era, em geral, de instrumento que x". As gramáticas portuguesas indicam o sufixo *-mento* como "ação ou resultado de x", entretanto, ao analisarmos as palavras do *corpus*, chegamos a outros significados incorporados às palavras derivadas desse sufixo, uma verdadeira polissemia. Observando a datação destas palavras, verificamos mudanças significativas de sentido e fizemos uma pesquisa mais ampla para algumas palavras, utilizando dicionários etimológicos. Nesta comunicação, apresentaremos os resultados de nossa pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Lexicografia; Morfologia histórica; Filologia portuguesa; Filologia românica; Datação.

INTRODUÇÃO

De acordo com Monteil (1970), um sufixo *-*TO*, do indo-europeu, caracterizou diversas formações latinas:

- adjetivos deverbais – participios – (*amā -tus*, *delē -tus*);

- números ordinais – ordem participial / residual – (*quintus, sextus*);
- sequências sufixais bastante complexas:
 - ao se associar ao sufixo $-*_{EN}$, de nomes de ação, constituiu uma seqüência $-*_{EN} -*_{TO}$, que também formou o sufixo $-ENT$ do participio presente (*viol -entus*);
 - ao se associar ao sufixo formador de abstratos $-*_{MEN}$, constituiu uma seqüência $-*_{M} -*_{EN} -*_{TO}$, originando o sufixo $-MENTUM$, cuja produtividade das palavras formadas por meio deste sufixo (*sedimentum*) desenvolveu-se em detrimento das formadas por meio do sufixo $-*_{MEN}$ (*tegmen*).

Logo, o sufixo \square_{MENTUM} , em latim, é o alargamento de $\square_{*_{MEN}}$: *augmen, augmentum, segmen, segmentum*. Monteil (1970) informa que o sufixo $-*_{N}$, oriundo do indo-europeu, caracterizou diversas formações no latim, entre as quais por meio

[...] d'un élargissement $-M-$, le suffixe $-N$ entrainé dans la constitution d'une séquence $-MN$ (d'où lat. $-MEN$, gr. $-MA$, skr. $-MA$), servant à former des noms verbaux. C'est valeur que l'on retrouve dans les plus anciens dérivés latins en $-MEN$: *agmen* "ce qui avance"; *flāmen* "ce qui souffle"; *fulmen* "ce qui brille"; *lumen* "ce qui luit", etc...; toutes formations désignant, selon J. Perrot, "des réalités porteuses du procès qu'évoque le radical". On retrouve cette valeur, avec des nuances diverses, dans *culmen, flūmen, germen, strāmen*, etc... Mais le suffixe $-MEN$ a tendu en latin à s'adjoindre une nouvelle suffixation en $-TO$, d'où $-MENTO - M$; et la nouvelle formation relevait dès lors de la flexion thématique (MONTEIL, 1970, p.177).

Segundo Romanelli (1963), o sufixo latino $-MEN / -MON$ sofreu alargamentos; o autor indica $-MONIA$ e $-MONIUM$, por meio da junção ao sufixo $-*_{YO}$, $-*_{YA}$, respectivamente, formando nomes de ação de gênero feminino e neutro, além do sufixo estudado $-MENTUM$, cuja formação deu-se sobre

o sufixo $-MEN$, ao qual teria juntado o alargamento $-*_{TO}$. Melhor, porém se nos afigura interpretá-lo como tematização do sufixo indo-europeu $-*_{MN-}$, que resulta de alargamento em dental $-T-$ do sufixo $-MEN$, em sua flexão de grau zero. (ROMANELLI, 1963, p.298)

Bréal (1992, p.44) informa que, por algum fenômeno de irradiação, ampliou-se o sentido da terminação $-MEN$, tornando $-MENTUM$ um sufixo que, acrescentado a um verbo, significaria a ação deste.

Ao indicar as formações de palavras em latim, Faria (2001) distingue vários sufixos, dentre eles os formadores de substantivos derivados de uma raiz verbal, e declara que os sufixos $-MEN$ ou $-MENTUM$ indicam instrumento, ex: *tegmen* "cobertura", de *tego*; *instrumentum* "instrumento", de *instruo*. Observando as palavras terminadas em $-MENTUM$ nesse vocabulário, verificamos que algumas possuem cognatos terminados em $-MEN$ (*albumen / albumentum, calceamen / calceamentum, frumen / frumentum*).

PARÁFRASES

A fim de resumir todas as classes de ação indicadas por Rio-Torto (1998), indicamos somente as que utilizamos para este trabalho, a saber:

CLASSES DE AÇÃO
LCA (<local da ação) para a paráfrase "local onde se X" (-ÓRIO, -OR, -NTE, -ARIA, -MENTO, -OURO);
INS (<instrumento) para "instrumento (com) que (se) X", "instrumento (com) que (se) V o X" (-EIRO) (-OURO, -ÓRIO);
MOV (<movimento) para <i>nomina actionis</i> (vide Rio Torto 1998, p.119-120) que envolvam apenas o deslocamento de um ser ou se referem ao próprio deslocamento: "o fato de X", "ação de X", "processo de X" (-ADA, -MENTO, -S/ÇÃO, -AGEM);
TRS (<transitivo) para <i>nomina actionis</i> em que há apenas um agente e um paciente: "o fato de X", "ação de X", "processo de X" (-MENTO, -S/ÇÃO, -AGEM) OU "transformar C em X", "ação de transformar C em X", "(ação de) V X em", "(ação de) V C em X", "(ação de) causar X" (-AR, -IZAR, A-...-AR, ES-...-AR, A-...-MENTO, EM-...-S/ÇÃO, -FICAR, -ECER, -EAR); idem para golpes, tanto "golpe praticado com X", "golpe praticado em X" (-ADA);
RES (<resultado) para <i>nomina actionis</i> em que há grande número de elementos envolvidos na ação ou nas ações: "o fato de X", "ação de X", "processo de X", "estado decorrente de X" (-ADA, -MENTO, -S/ÇÃO, -AGEM, -ANÇA), mas também: "alimento preparado com X" (-ADA) e "substância extraída de X" (-INA).
CLASSE RELACIONAL
QNT (<quantidade) para os coletivos e outros <i>nomina quantitatis</i> "conjunto de X", "quantidade de X" (-AGEM, -ADA, -AME, -EDO, -IO, -ARIA, -UGEM).

Tabela 1. Paráfrases utilizadas para análise do sufixo *-mento*.
Fonte: GMHP – adaptada de Rio-Torto (*IBIDEM*)

1ª. acepção - Transitivo (TRS)

Das paráfrases encontradas na microestrutura das palavras do *corpus*, composto pelas palavras datadas terminadas em *-mento* encontradas no Dicionário Eletrônico Houaiss (DHE), agrupamos neste grupo onze delas, a saber: "ato ou efeito de x", "ato, processo ou efeito de x", "ato de x (-se)", "ação de x", "ação ou efeito de x", "ato ou atividade de x", "ação, processo ou fato de x", "ato, processo ou fato de x", "ato ou operação de x", "ação ou resultado de x" e "ação, processo ou efeito de x (-se)".

Após unificá-las, encontramos 1.153 palavras, do total de 1.307, que possuem a acepção geral de TRS, ou seja, 88,2% das palavras de nosso *corpus* possuem a acepção semântica de uma "ação". Destas, 897 possuem exclusivamente essa acepção; o restante dos verbetes possui essa acepção e uma outra, por exemplo "estado de x", "resultado de x".

Não só por ser a mais numerosa, mas também por aparecer nas outras acepções, quando acompanhadas de mais de uma paráfrase, aparentemente é a origem do sufixo *-mento* e, a partir dela, surgem outras acepções. No latim, após a acepção abstrata, quase sempre há um derivado concreto, um objeto "resultado da ação de x" ou, muitas vezes, o "instrumento com o qual se realiza a ação de x".

Observando a Tabela 2, facilmente observamos maior produtividade das palavras sufixadas em *-mento* com a acepção TRS nos séculos XIV, XV e XIX.

Século	Ocorrência
X	1
XI	0
XII	2
XIII	72
XIV	158
XV	221
XVI	80
XVII	59
XVIII	81
XIX	269
XX	210
Total	1153

Tabela 2 – Acepção TRS do sufixo *-mento*, por século, segundo datação DHE

Em seguida, com os dados da tabela, criamos um gráfico para melhor visualizarmos os resultados obtidos, conforme o Gráfico 1:

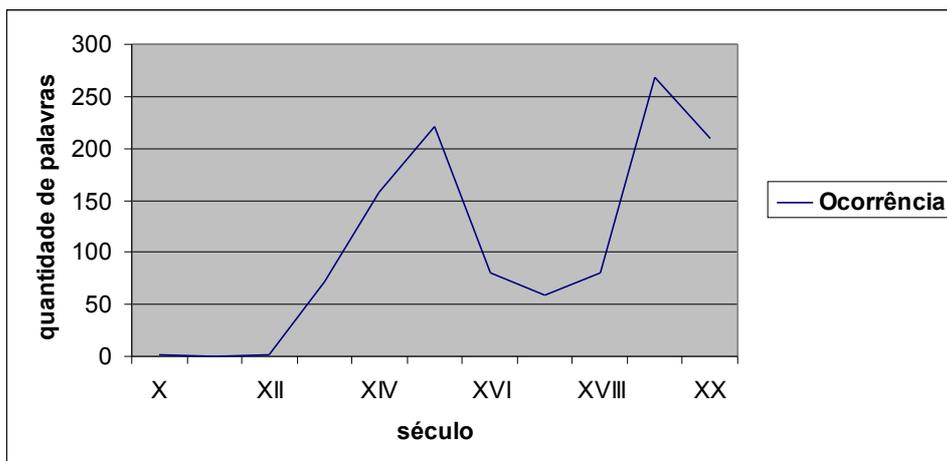


Gráfico 1. Acepção TRS do sufixo *-mento*, por século, segundo datação DHE

Quanto à sua origem, 19 são empréstimos de outras línguas, 34 palavras de origem latina e a grande maioria, 1.100 palavras, formadas no próprio português.

2ª. acepção - Resultado (RES)

Grupo bastante fértil em diversidade de acepções, nele houve a reunião de 29 das 51 paráfrases contidas nas palavras de nosso *corpus*, conforme o DHE e nossa pesquisa: "estado de alguém ou algo que x", "qualidade de quem x", "resultado ou efeito de x", "comportamento de quem

é x", "característica ou estado de quem x", "modo pelo qual alguém x", "estatuto, regimento de quem x", "condição de quem ou do que x", "estado ou condição de alguém que x", "sentimento de x", "efeito de x (-se)", "qualidade ou estado daquilo que x", "qualidade, estado ou condição de quem x", "ação ou fato de x (-se)", "fato, estado ou condição de x", "condição ou qualidade do que x", "ato ou processo de x", "qualidade ou caráter de quem é x", "estado ou caráter de quem é x", "capacidade de x", "qualidades, maneiras ou modo de alguém que x", "característica de x", "ato ou resultado de x", "ato, modo ou dito próprio de quem x", "característica daquilo que x", "estado de quem x", "ato, efeito ou modo/ato, modo ou efeito de x", "qualidade ou procedimento de indivíduo x" e "maneira de x".

Encontramos 161 palavras do *corpus* semântico que possuem a acepção comum de resultado da ação, RES, ou seja, 12,3% das palavras de nosso *corpus* semântico. De todas elas, 42 possuem somente a acepção RES; o restante, sempre combinada a alguma outra encontrada na microestrutura da palavra.

Sua distribuição por séculos pode ser vista na Tabela 3, e por meio do Gráfico 2, a seguir:

Século	Ocorrência
X	1
XI	0
XII	0
XIII	14
XIV	23
XV	30
XVI	21
XVII	16
XVIII	14
XIX	28
XX	14
Total	161

Tabela 3. Acepção RES do sufixo *-mento*, por século, segundo datação DHE

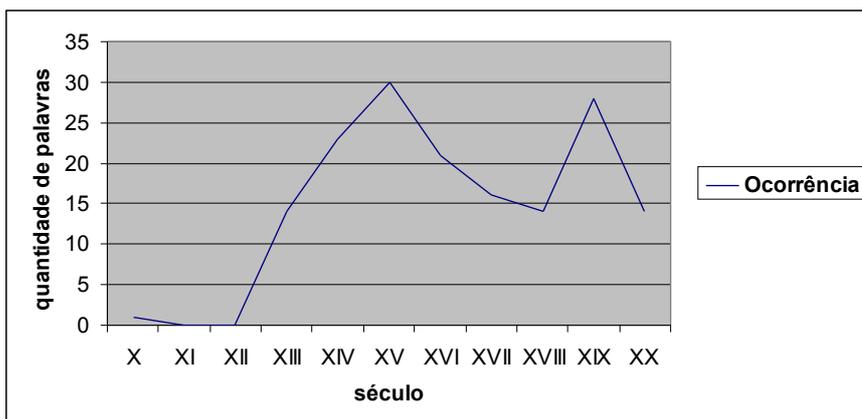


Gráfico 2. Acepção RES do sufixo *-mento*, por século, segundo datação DHE

Assim como o grupo TRS, este grupo tende a um crescimento no início da formação da língua portuguesa, com ápice no século XV, para decrescer e somente aumentar a fertilização de novas palavras no século XIX.

Quanto à origem, as palavras do grupo RES tomaram somente 4 palavras de outras línguas, 13 palavras do latim e formaram, no próprio português, 144 verbetes, conforme o DHE.

3ª. acepção - Movimento (MOV)

Este foi o grupo menos produtivo dentro da acepção geral de "ação" para o sufixo *-mento*; encontramos 55 palavras que contivessem a idéia de MOV, inspirada em Rio-Torto, e foram poucas as formas com que se apresentam as paráfrases no DHE. Reunimos aqui somente 3 delas: "processo de x", "processo ou efeito de x" e "arte de x".

Somente 3 palavras possuem a acepção MOV sozinha; as demais palavras sempre possuem esta acepção e mais uma outra, ou outras.

Criamos também uma tabela para apresentar quantas palavras por século foram formadas a partir desta acepção:

Século	Ocorrência
X	0
XI	0
XII	0
XIII	6
XIV	5
XV	14
XVI	4
XVII	3
XVIII	4
XIX	13
XX	6
Total	55

Tabela 4. Acepção MOV do sufixo *-mento*, por século, segundo datação DHE

Em seguida, montamos o Gráfico 3, a seguir, a fim de visualizarmos melhor essas formações:

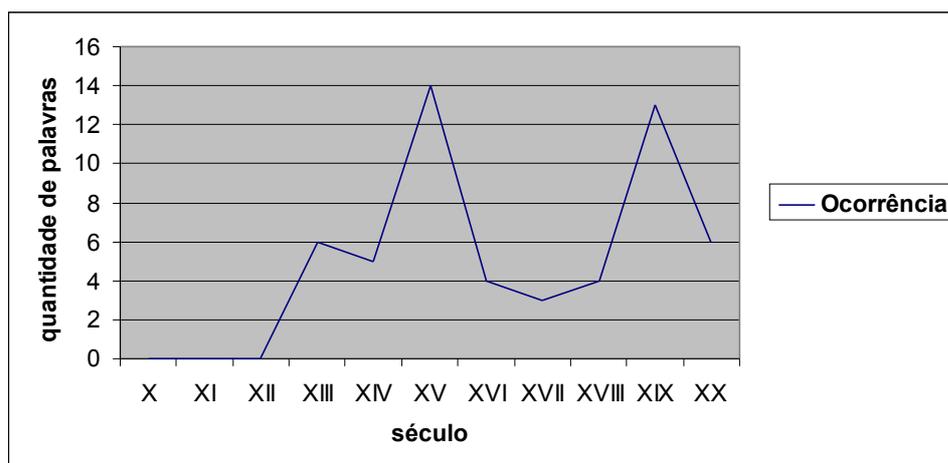


Gráfico 3. Acepção MOV do sufixo *-mento*, por século, segundo datação DHE

Novamente, mesmo com poucas palavras no grupo, obtivemos um gráfico bastante análogo aos anteriores, com ápices de formações nos séculos XV e XIX.

Quanto à distribuição das origens dos verbetes do grupo MOV, temos quase a totalidade formada no próprio português: 52 palavras. Somente uma palavra com origem em outra língua, a saber: bastimento; e duas, com origem latina.

Considerando os três grupos de ação (*nomina actionis*), foi a maior concentração encontrada para a acepção das palavras. Como não utilizamos um *corpus* com abonações das palavras, não podemos afirmar com certeza se a acepção indicada no Houaiss é tão certa quanto às criadas por nós, ou

se ambas seriam modificadas a partir de uma comparação contextualizada, ou ainda, ou a partir de uma verificação da transitividade ou não de suas bases. O que, com certeza, podemos assegurar é o sentido de ação estar presente no sufixo desde os tempos mais remotos, visto que no latim, muitas vezes as palavras possuíam um sentido abstrato, para deste derivar outro concreto.

4ª. acepção - Instrumento (INS)

Encontramos 80 palavras com acepção de instrumento / objeto que faz a ação de x, ou seja, 6,1% do total de palavras de nosso *corpus*. Segundo o DHE e pesquisa posterior, há 5 paráfrases para essa acepção: "objeto que x", "instrumento que x", "aquilo que x", "o que x" e "o que serve para x". 30 dessas palavras possuem somente a acepção "instrumento que x", o restante associa-se a outras paráfrases. Ao separarmos as palavras deste grupo por século de formação, obtivemos a Tabela 5:

Século	Ocorrência
X	0
XI	1
XII	1
XIII	13
XIV	13
XV	18
XVI	6
XVII	6
XVIII	6
XIX	9
XX	7
Total	80

Tabela 5. Acepção INS do sufixo *-mento*, por século, segundo datação DHE

Transformando-a em gráfico, verificamos a permanência de alta produtividade somente no século XV, e média nos séculos XIII e XIV. Provavelmente, por a maioria ser de origem latina. Há, ainda, um leve crescimento no século XIX.

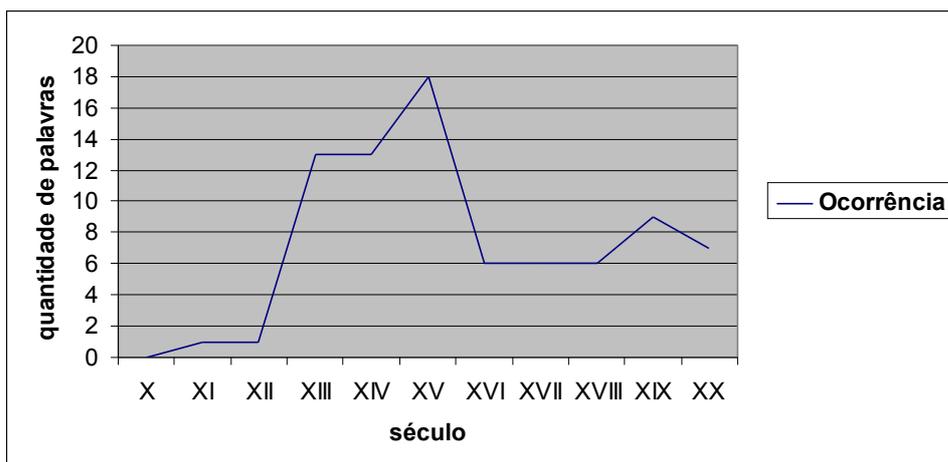


Gráfico 4. Acepção INS do sufixo *-mento*, por século, segundo datação DHE

Como informado, muitos verbetes deste grupo (quase metade deles) originaram-se diretamente do latim: 39 palavras. Não há nenhuma palavra formada no português por empréstimo de outra língua, e existem 41 formadas no próprio português, o que mostra que essa acepção é antiga e pouco produtiva atualmente.

Pela indicação latina e por muitas palavras pesquisadas, podemos manter a hipótese de que essa acepção originou-se no latim, por meio de metáforas e metonímias provindas de uma primeira acepção abstrata, de “ação verbal”.

5ª. acepção - Coletivo (QNT)

Com a ideia de quantidade, reunião de mesmo objeto que faz determinada ação, só foi encontrada uma paráfrase na microestrutura das palavras de nosso *corpus*: a de número 2, “conjunto de pessoas ou objetos que x”. Todavia, incluímos muitas palavras nessa acepção, em nossa posterior pesquisa semântica das palavras que não continham paráfrase indicada no referido dicionário.

Encontramos em nosso *corpus* 88 palavras que contêm essa acepção, perfazendo o total de 6,8% das palavras. Destas, 60 formaram-se no próprio português; 19, no latim; 9 provieram de outras línguas.

Quanto à sua datação, montamos a tabela 6, com o objetivo de verificar sua distribuição por séculos.

Século	Ocorrência
X	0
XI	0
XII	0
XIII	12
XIV	16
XV	8
XVI	2
XVII	6
XVIII	11
XIX	20
XX	13
Total	88

Tabela 6. Acepção QNT do sufixo *-mento*, por século, segundo datação DHE

Por meio desta tabela, obtivemos o seguinte gráfico:

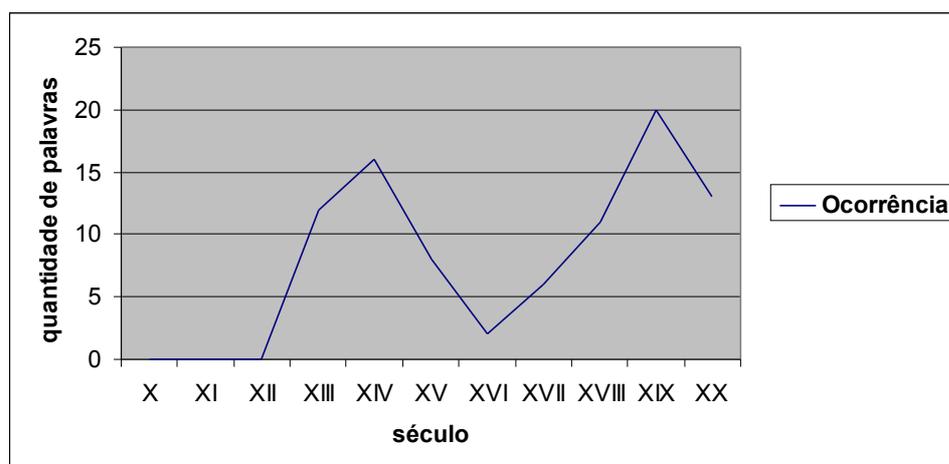


Gráfico 5. Acepção QNT do sufixo *-mento*, por século, segundo datação DHE

Os picos de formação estão bastante parecidos com os anteriores, ou seja, uma grande formação de palavras sufixadas em *-MENTO* no século XIV, média no século XIII, com ápice no século XIX.

Quase 22% das palavras originaram-se no latim, um número considerável de palavras latinas. Assim, também propomos que essa acepção existia no latim, oriunda, assim como a de "instrumento" e a de "ação verbal". Pode ser que esta tenha sido criada por analogia às palavras terminadas em *-MENTA*, que indicavam um plural, mas isso é somente uma hipótese.

6ª. acepção - Locativo (LCA)

Assim como a anterior, essa acepção possui somente uma paráfrase contida nas palavras datadas de nosso *corpus* retiradas do DHE: "lugar em que x", entretanto 4 palavras foram inseridas, por meio de pesquisa posterior. Há, no total, 49 palavras que contêm essa acepção, ou seja, um total de 3,8% do *corpus* de análise semântica.

Distribuídas por séculos segundo sua datação, as palavras deste grupo resultaram numa formação esperada:

Século	Ocorrência
X	0
XI	0
XII	0
XIII	5
XIV	8
XV	9
XVI	3
XVII	1
XVIII	5
XIX	12
XX	6
Total	49

Tabela 7. Acepção LCA do sufixo *-mento*, por século, segundo datação DHE

Ao transformarmos esta tabela em gráfico, conseguimos visualizar melhor o que foi comprovado: produtividade baixíssima nos séculos XVI, XVII e XVIII, já que seus pontos altos são o século XIV, XV e XIX.

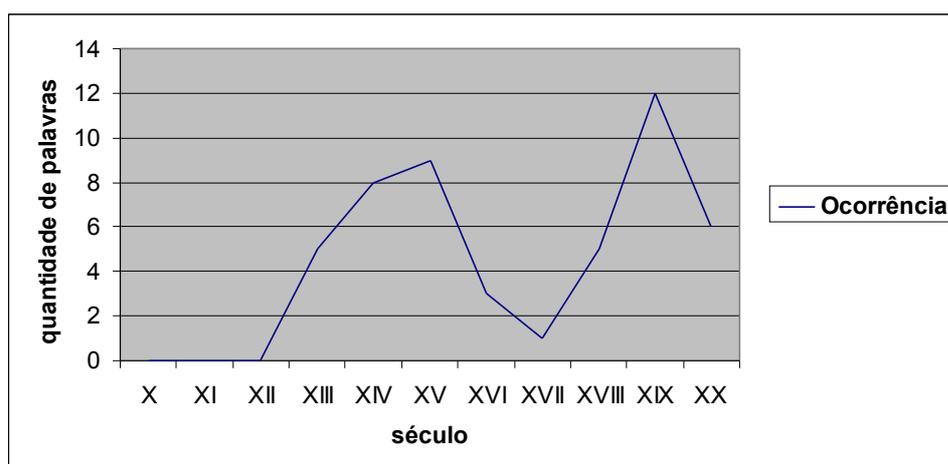


Gráfico 6. Acepção LCA do sufixo *-mento*, por século, segundo datação DHE

Das palavras indicadas com ideia de lugar em que ocorre determinada ação, somente 4 são empréstimos estrangeiros, 2 com origem latina, sendo uma delas loculamento, que possui uma acepção de lugar na base, e o restante, 43, formadas no próprio português. Chegamos à conclusão de que essa é uma acepção nova, criada no próprio português, oriunda provavelmente da ideia de “ação repetida”, ação que pode ser observada em determinado lugar, por exemplo, “o próprio local onde se executa a ação de x”.

Ao analisarmos os gráficos apresentados, observamos que estes são bastante parecidos com outro em que indicamos as palavras de origem latina sufixadas em -MENTO, por século, segundo datação DHE. A fim de comprovarmos essa hipótese, montamos o gráfico abaixo, cruzando as datações gerais do nosso *corpus* com todas as das acepções semânticas:

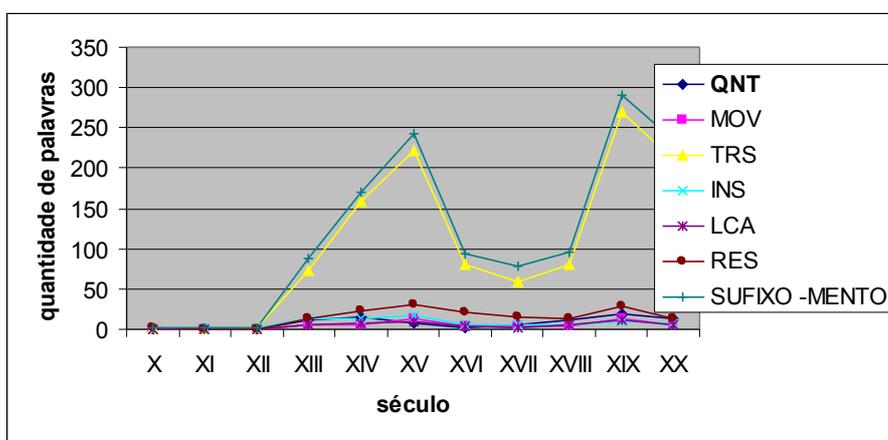


Gráfico 7. Cruzamento das acepções do sufixo -mento e do *corpus* do sufixo -mento, por século, segundo datação DHE

Todas as acepções semânticas encontradas seguem o mesmo padrão das palavras em geral, mesmo a mais nova, QNT, ou seja, possuem uma alta produtividade no início da formação da língua portuguesa, com declínio drástico a partir do século XVI, voltando à produtividade no século XIX. A acepção TRS, inclusive, parece ser o fio condutor dessa análise, dada a sua semelhança e acompanhamento, como pode ser visto do gráfico, com a indicação do *corpus* em -mento.

O primeiro vértice é fácil de se entender, pois a língua estava se formando e a partir do século XIII, XIV iniciou-se a produção de textos na língua portuguesa, por um tempo mesclada a outras línguas, como o galego, p.e. nas CSM, ou mesmo o castelhano, como na obra de Gil Vicente (século XV). A mentalidade renascentista refletiu o desenvolvimento de uma nova mentalidade, caracterizada pelo individualismo, pelo racionalismo e pelo nacionalismo, de onde acaba por gerar o sentimento de uma nação própria, com língua própria. A linguagem vulgar toma aos poucos o lugar do latim, língua “cultura”, utilizada oficialmente em documentos e na educação. A produtividade vai ser o fim sempre perseguido, com o exercício de uma mentalidade quantitativa, e é depois da Reforma que se verifica, na Europa,

uma maior preocupação de exatidão “na medida do tempo e das distâncias”.

Em relação ao segundo pico de produtividade, o século XIX, seguinte ao “século das luzes”, chamado assim devido ao grande desenvolvimento dos conhecimentos humanos, caracteriza-se também pelo aparecimento de filosofias de conteúdo e fundo materialista que influenciaram poderosamente sobre as ciências e sobre o pensamento e as atitudes mentais do homem (Ariès & Chartier, 1991).

Propomos, então, a seguinte genealogia para as acepções semânticas do sufixo *-mento*:

- **no português:** ação > resultado ação > movimento ação > local ação
ação > resultado ação > movimento ação > local ação > coletivo
- **no latim:** ação > instrumento da ação
ação > resultado da ação
ação > coletivo

A fecundidade dos projetos do século XVIII engendrará uma riqueza de expressões correspondentes, muitas vezes resgatadas no latim e no grego, fixando-se no século seguinte. Essa fecundidade acaba chegando aos textos científicos e à literatura, principalmente a realista e naturalista, que registram, adaptam ou criam, a partir de outros modelos, palavras novas para indicação de seus registros.

Segundo Foucault (2002),

A partir do século XIX, a linguagem se dobra sobre si mesma, adquire sua espessura própria, desenvolve uma história, leis e uma objetividade que só a ela pertencem. Tornou-se um objeto do conhecimento entre tantos outros. (...) Daí duas preocupações que foram constantes no século XIX. Uma consiste em querer neutralizar e como polir a linguagem científica, a tal ponto que, desarmada de toda singularidade própria, purificada de seus acidentes e de suas impropriedades – como se não pertencessem à essência – pudesse tornar-se o reflexo exato, o duplo metuculoso, o espelho sem nebulosidade de um conhecimento (FOUCAULT, 2002, p.409-410).

E ainda complementa, informando que

A outra preocupação – inteiramente distinta da primeira, ainda que lhe seja correlativa – consistiu em buscar uma lógica independente das gramáticas, dos vocabulários, das formas sintéticas, das palavras: uma lógica que pudesse trazer à luz e utilizar as implicações universais do pensamento, mantendo-as ao abrigo das singularidades de uma linguagem constituída (idem, p.412).

Há a hipótese, também, de haver poucos estudos linguísticos sobre os séculos com baixa produtividade, sendo mais visível por meio do estudo diacrônico feito em Freitas (2008), no qual realizamos uma pesquisa em que corrigimos algumas datações das palavras terminadas em *-MENTO*, no

português, incluímos outras que não possuíam tais informações, além de indicarmos algumas palavras que não constam na macroestrutura do dicionário utilizado como base para este *corpus*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, P.; CHARTIER, R. (Orgs.) **História da vida privada 3:** da renascença ao século das luzes. São Paulo: Companhia da Letras, 1991.

BRÉAL, M. **Ensaio de Semântica**. São Paulo: Educ/Pontes, 1992.

FARIA, E. **Vocabulário Latino-Português**. Belo Horizonte: Garnier, 2001.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FREITAS, E. S. S. **Em busca do mento perdido**. Análise semântico diacrônica do sufixo -mento, no português. 2008. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, CD-ROM.

MONTEIL, P. **Eléments de phonétique et de morphologie du latin**. Paris: F. Nathan, 1970.

RIO-TORTO, G. M. **Morfologia Derivacional:** teoria e aplicação ao português. Porto: Porto Editora, 1998.

ROMANELLI, R. C. **Do morfema indo-europeu n em latim**. Belo Horizonte: UFMG, 1963.

VIARO, M. E. Para um estudo de semântica sincrônica dos sufixos derivacionais em português do século XIII. **Estudos Lingüísticos**, 2003, com.95, CD-ROM. Disponível em: <<http://www.usp.br/gmhp/publ/Via21.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2011.

ESTUDOS SOBRE A CONSTELAÇÃO SUFIXAL: *-ISMO/-ISTA/-ÍSTICO(A)*

Nilsa AREÁN-GARCÍA
Universidade de São Paulo - USP (Doutora)
nilsa.arean@gmail.com

RESUMO: Desenvolvido na Universidade de São Paulo, este trabalho, que surgiu no âmbito das pesquisas do Grupo de Morfologia Histórica do Português, GMHP (<http://www.usp.br/gmhp>), visa a explorar alguns pontos nos estudos sobre a constelação formada entre os sufixos *-ismo/-ista/-ístico/-ística*, destacando dentre eles a sua internacionalidade. Para tanto, sabendo-se que *-ístico* e *-ística* não são exclusivos da língua portuguesa, mas assim como os sufixos *-ismo* e *-ista*, com os quais mantêm relações paradigmáticas, também aparecem, sob outras formas, em várias outras línguas, é interessante mostrar um panorama das ocorrências de palavras com eles derivadas e suas relações paradigmáticas e compositórias em algumas línguas em que se apresentam. Assim, podemos notar a veiculação internacional de muitas palavras derivadas com as formas que os sufixos em questão assumem, como também, encontrar algumas formações próprias, bem como as relações paradigmáticas e compositórias que podem ainda ser comparadas com outras constelações sufixais, utilizando como *corpus* de pesquisa dicionários de várias línguas. Ressalta-se, também, que o presente trabalho é uma pequena parte de um projeto maior e mostra-se apenas como um viés das muitas linhas encontradas ao longo da pesquisa neste amplo projeto. Convém destacar que o desenvolvimento desta foi possível graças ao apoio financeiro recebido da FAPESP, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de palavras; Sufixação; Constelação sufixal; Sufixos: *-ismo*, *-ista*, *-ístico*, *-ística*.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é surgida no âmbito das do Grupo de Morfologia Histórica do Português, GMHP (<http://www.usp.br/gmhp>), coordenado pelo Prof. Dr. Mário Eduardo Viaro, centradas no estudo de sufixos na língua portuguesa. Considera-se, nesta linha, que a maior parte dos mecanismos de formação de palavras é de caráter morfológico e se refere às diferentes maneiras de como se combinam os morfemas lexicais, e, de acordo com Said Ali (1930, p.15), no português, a sufixação mostra-se como o procedimento mais produtivo na formação de palavras, justificando o interesse do grupo no estudo do tema pelo viés também diacrônico, procurando, sempre que possível, analisar as trajetórias históricas dos sufixos também do ponto de vista semântico-funcional.

Assim, ao estudar a constelação sufixal composta por *-ismo*, *-ista* e *-ístico(a)*, deparamo-nos, inicialmente, com a trajetória histórica de

proveniência grega, e sua disseminação em várias outras línguas sob formas cognatas, mas que atualmente mantém, em geral, um caráter semântico-funcional internacional comum advindo do processo próprio da sua disseminação.

Convém lembrar que o termo *constelação*, ora usado, significa na sua associação por extensão de sentido, segundo Houaiss (2001), entre outras acepções, “conjunto de elementos que formam um todo coerente, ligados por algo em comum”. Tal acepção fornece subsídio ao uso do vocábulo nas mais diversas áreas, não mais apenas restrito à astronomia e à astrologia, tampouco restrito apenas ao significado de “um grupo de estrelas próximas ou afins”. Neste senso, também a área da linguística se apoderou do termo, conforme Houaiss (2001), com a designação de “grupo de palavras ligadas por associação semântica”. Embora não esteja definido no dicionário consultado, Houaiss (2001), consideramos que o termo *constelação sufixal*, usado no seu verbete do sufixo *-ismo*, conforme as designações anteriores, seja a aplicação da definição linguística de *constelação* ao vocábulo *sufixo*, que nestes estudos é tido como um morfema provido, além de função gramatical, também de significado; de maneira que o termo designa, por especialização do sentido linguístico, “um grupo de sufixos ligados por uma associação semântica”.

A CONSTELAÇÃO *-ISMO/-ISTA/-ÍSTICO(A)* NO PORTUGUÊS

Utilizando como *corpus* o dicionário Houaiss (2001), encontramos um verbete para o sufixo *-ismo*, porém nenhum para os demais da constelação, tal que:

do gr. *-ismós,ou*, formador de nome de ação de verbos em *-ízó* e, às vezes, em *-ió*, pelo lat. *-ismus,i*, [...] do sXIX e no sXX, seu uso se disseminou para designar movimentos sociais, ideológicos, políticos, opinativos, religiosos e personativos [...]; a isso se acresceu que o suf.gr. *-istés* > port. *-ista*, masc. e fem. como em gr., foi associado a ele para designar o adepto, aderente, seguidor, partidário; por fim, a ambos os suf. se agregou um terceiro, adjetivo, por soma de *-ista* + *-ico,a*, formador de adjetivos, donde *-ístico,a*, formando uma constelação sufixal em que a ocorrência de um deles tem função paradigmática com a dos outros numa cognação; isso, entretanto, não quer dizer que a constelação *-ismo/-ista/-ístico* tenha existência concomitante e automática [...], nem quer dizer que a distribuição categorial em *-ista* seja rígida, pois é de s.2g. mas tb. de adj.2g., o que pode acarretar numa dada constelação a proscricção ou quase não uso de *-ístico* adj.; não raro, há formas em *-ismo* que dispensam a constelação [...]. (HOUAISS, 2001).

Embora a maioria das gramáticas e dos estudos morfológicos do português considere apenas a associação binária entre os sufixos *-ismo* e *-ista*, de acordo com o verbete exposto, deparamo-nos com uma associação ternária, composta por: *-ismo*, *-ista* e *-ístico(a)*, na qual a obra nos induz a que *-ismo* seja o ponto de partida, ou o mais significativo da constelação,

dato que somente a este sufixo é definido um verbete próprio. Notamos ainda que, segundo o verbete, na constelação, *-ismo* é um formador de nomes substantivos que designam movimentos sociais, ao qual *-ista* está associado para designação de nomes substantivos de partidário de tais movimentos, como também associa-se *-ístico(a)* na formação adjetiva, considerado como soma de *-ista* e *-ico(a)*.

Desta forma, segundo o Houaiss (2001), temos a seguinte constelação sufixal ternária, partindo do sufixo *-ismo* e marcada pelas associações deste com os demais componentes da constelação, bem como pelo advento da formação de *-ístico(a)* como a soma de *-ista* e o sufixo *-ico(a)*; ilustrado na figura 1, a seguir:

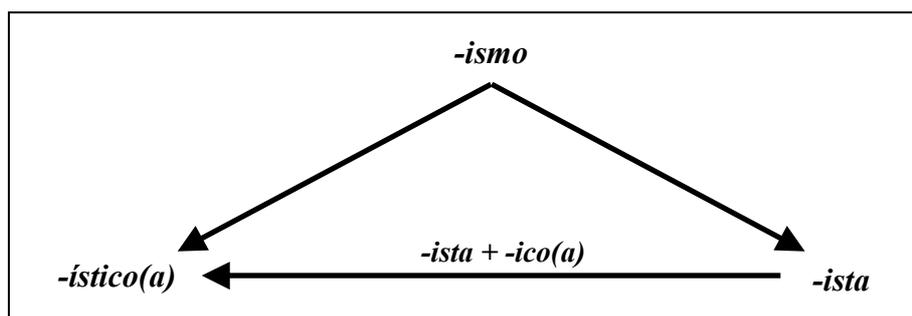


Figura 1. Constelação ternária *-ismo/-ista/-ístico(a)*

De fato, observando as palavras do Houaiss (2001) sufixadas com *-ismo*, *-ista* e *-ístico(a)*, pode-se notar que há muitas mais em *-ismo* e *-ista* que em *-ístico(a)* e, então, em constelação ternária, realmente o sufixo *-ístico(a)* é menos representativo, pois muitas das vezes é suprido pelo *-ista* na formação adjetiva, justificando assim que a maioria das menções feitas por estudiosos seja à associação binária entre *-ismo* e *-ista*.

O SUFIXO -ÍSTICA

Utilizando o Houaiss (2001) como *corpus*, pode-se constatar que além dos sufixos *-ismo*, *-ista* e *-ístico(a)*, há também o sufixo *-ística*, formador de nomes substantivos, contando com a presença de sessenta e dois vocábulos, por exemplo: *característica*, *fabulística*, *arquivística*, *linguística*, *pianística*, *esferística*, *harmonística*, *sofística* etc. Observou-se que estes apresentam um forte traço de conjunto, ao passo que, também podem indicar, na maioria dos casos, um conjunto especializado, seja uma técnica, uma arte ou ciência. Notou-se, ainda, que a classificação semântica para os substantivos formados com o sufixo pode ser disposta em quatro grandes categorias, conforme o detalhado a seguir:

1. Nomes substantivos que indicam uma "ciência ou estudo especializado". Neste caso, que abrange 54% dos substantivos com *-ística*, as paráfrases associadas às formações são: "ciência que estuda X", "estudo de X". Por exemplo: *casuística* (estudo de *casos*) e

missilística (ciência que estuda os *mísseis*).

2. Nomes substantivos que indicam a “arte de fazer algo”. Neste caso, que abrange 11% deles, as paráfrases associadas às formações são: “a arte de fazer X”, “a arte de V X”, no qual V indica um verbo. Por exemplo: *pianística* (a arte de tocar *piano*) e *esferística* (a arte de jogar a *esfera*).

3. Nomes substantivos que indicam uma “técnica especializada”. Neste caso, 13% deles, as formações podem estar associadas ao sufixo *-ista* e considera-se como paráfrase: “técnica usada por X-istas”. Por exemplo: *harmonística* (técnica usada pelos *harmonistas*) e *sofística* (técnica usada pelos *sofistas*).

4. Nomes substantivos que indicam “conjunto”. Neste caso, que abrange 22% deles, a paráfrase associada às formações é: “conjunto de X”. Por exemplo: *característica* (conjunto de *caracteres*) e *fabulística* (conjunto de *fábulas*).

Conforme ilustrado no gráfico 1, a seguir.

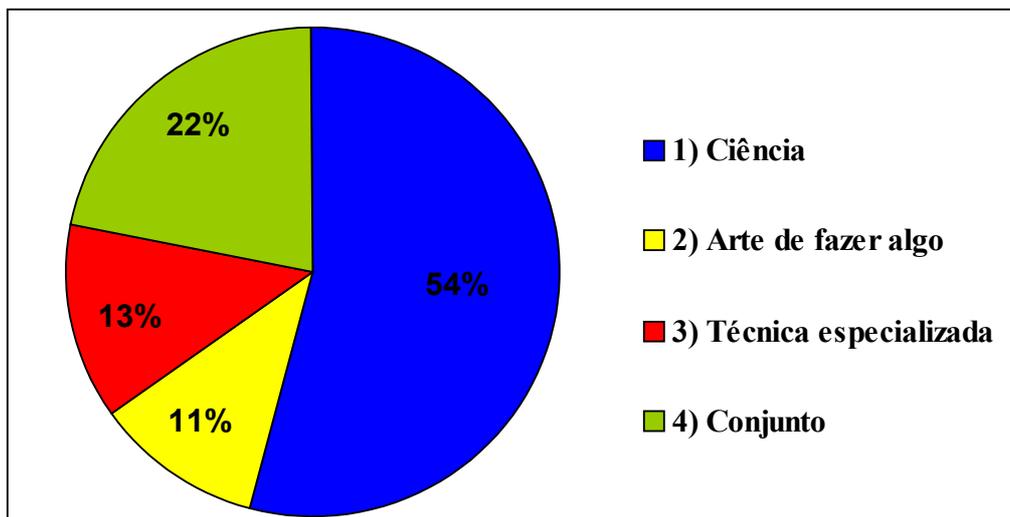


Gráfico 1. Categorias semânticas dos substantivos formados com *-ística*.

De fato, conforme a classificação semântica dada, os substantivos formados com o sufixo *-ística*, dentro do *corpus* estudado, indicam em sua maioria, em 54% dos vocábulos analisados, uma ciência ou um estudo especializado.

A CONSTELAÇÃO QUATERNÁRIA *-ISMO/-ISTA/-ÍSTICO(A)/-ÍSTICA*

Notou-se que, conforme as palavras analisadas do Houaiss (2001), formadas com os sufixos *-ismo*, *-ista*, *-ístico(a)* e *-ística*, não apenas podem ser encontradas as relações binárias entre *-ismo* e *-ista*, e a constelação sufixal ternária de relações semânticas entre *-ismo*, *-ista*, *-ístico(a)* mas também pode-se encontrar uma, não tão comum, constelação sufixal quaternária entre *-ismo*, *-ista*, *-ístico(a)* e *-ística*.

A título de ilustração temos o quaternio de vocábulos: *silogismo*, *silogista*, *silogístico(a)* e *silogística*, no qual pode-se afirmar que *silogismo*

significa o ato ou efeito de raciocinar dedutiva e estruturadamente; *silogista* indica o agente da ação, ou seja, quem raciocina dedutiva e estruturadamente, isto é, quem dispõe de raciocínio dedutivo e estruturado; *silogístico(a)* é o adjetivo de raciocinar dedutiva e estruturadamente, ou seja, é relativo ao raciocínio dedutivo e estruturado; e *silogística* é a ciência que estuda o raciocínio dedutivo e estruturado.

Outro exemplo é o quarteto formado pelas palavras: *beletrismo*, *beletrista*, *beletrístico(a)* e *beletrística*. Neste caso, *beletrismo* significa o ato de criar obras em belas letras; *beletrista* designa o criador de obras em belas letras; *beletrístico(a)* indica o adjetivo que se refere às belas letras; e como *beletrística* considera-se o conjunto das obras de belas letras.

Neste senso, constata-se, baseando-se nas categorias semânticas de *-ística*, no verbete de *-ismo* em Houaiss (2001), e nos quartetos exemplificados, que há, na língua portuguesa uma constelação sufixal quaternária de relações semânticas entre os sufixos *-ismo*, *-ista*, *-ístico(a)* e *-ística*, na qual *-ismo* pode designar um processo (ato, ação, efeito, movimentos sociais, ideológicos, políticos etc); *-ista* pode indicar o agente do processo; *-ística* pode significar a ciência, disciplina ou matéria que estuda o processo, a arte de desenvolver o processo, a aplicação de uma técnica do processo, ou ainda, o conjunto de técnicas ou produtos provenientes do processo; e *-ístico(a)* pode ser considerado o adjetivo relacional que se refere ao processo, agente ou ciência (técnica ou conjunto), conforme ilustrado na figura 2, a seguir.

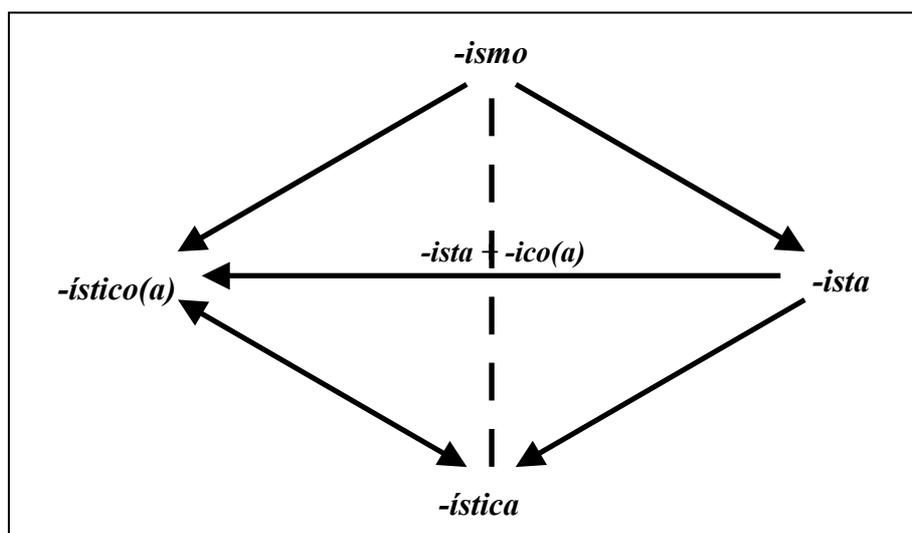


Figura 2. Constelação quaternária *-ismo/-ista/-ística/-ístico(a)*

Convém observar na ilustração que há uma linha tracejada entre os sufixos *-ismo* e *-ística* para denotar que pode haver, em alguns casos, uma concorrência entre eles. Por exemplo, na designação de palavras como *urbanismo* e *urbanística*, a primeira designa o processo e a segunda a ciência que o estuda, no entanto, apesar de ambas serem encontradas em escritos especializados principalmente na área de arquitetura, no dicionário Houaiss (2001) apenas a primeira está dicionarizada englobando em sua acepção as duas distintas designações.

Nota-se, ainda, que a constelação se dá, não somente em torno das relações semânticas existentes entre os sufixos, mas também nas relações

morfossemânticas no processo de derivação com a base comum. Ou seja, ainda que *-ístico(a)* possa ser a soma de *-ista* + *-ico*, o processo de derivação deste e de *-ística* ocorre sobre a mesma base comum em que se dão os processos com *-ismo* e *-ista* na formação de palavras do quarteto semântico. A título de exemplificação, em: *humanismo*, *humanista*, *humanístico(a)* e *humanística* a base comum considerada no processo de derivação sufixal é *humano(a)*, conforme ilustrado na figura 3, a seguir.

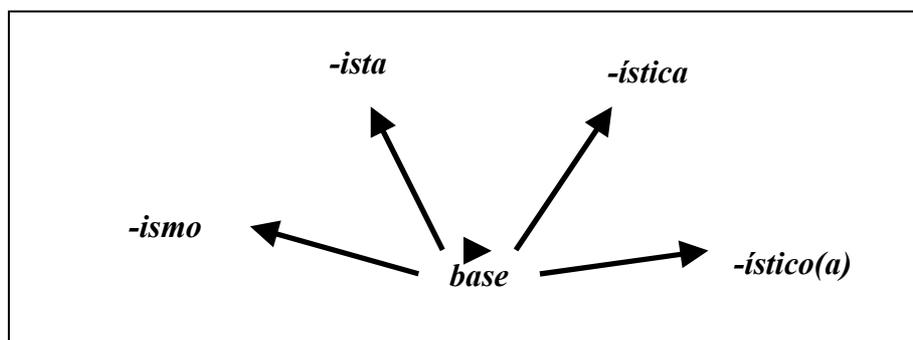


Figura 3. Constelação quaternária *-ismo/-ista/-ística/-ístico(a)*

A INTERNACIONALIDADE DE *-ISMO*, *-ISTA*, *-ÍSTICO(A)* E *-ÍSTICA*

Sabendo-se que *-ismo*, *-ista*, *-ístico(a)* e *-ística* não são exclusivos da língua portuguesa, mas também aparecem, sob outras formas, em várias outras línguas, foi feito um levantamento desta internacionalidade. Para Correia (2004, p.106), são ditos sufixos internacionais os que apresentam formas cognatas em várias línguas, “a mesma estrutura se encontra em diversas línguas, isto é, as unidades assim construídas podem ter sido construídas em português ou importadas de outras línguas românicas ou mesmo do inglês (constituindo, neste caso, anglolatinismos).” A autora prossegue na sua definição, afirmando que os sufixos internacionais apresentam as seguintes características:

- surgem em estruturas analisáveis em português;
- são portadores de significado relacional característico de sufixos do português;
- estabelecem com suas bases uma relação semântica que é reproduzível noutras estruturas semelhantes;
- são integráveis em paradigmas sufixais próprios de RCPs do português;
- os seus cognatos portugueses encontram-se disponíveis para a construção de novas unidades;
- são, portanto, interpretáveis como sufixos do português;
- as estruturas que os exibem podem ou não ter sido construídas em português. (CORREIA, 2004, p.107).

Segue a autora, explicando que “tendo tido origem latina ou grega, apresentam sufixos cognatos em diversas línguas e comportamentos

semelhantes em todas as línguas nas quais surgem, a saber, nas línguas românicas e em inglês.”(p.107)

Embora a definição de Correia (2004) tenha gerado inúmeras controvérsias, entre outras com relação a sufixos de origem indo-europeia, ou ainda, com relação à necessidade de se precisar um número que quantifique o vago “diversas línguas” expresso pela autora; utilizaremos esta para a designação da internacionalidade de um sufixo, ou seja, uma definição para “sufixo internacional”, dado que outra não foi encontrada para a terminologia em uso.

Considerando-se, então, a definição dada por Correia (2004) anteriormente exposta, embora a autora não o mencione em seu trabalho, *-ista*, *-ístico(a)* e *-ística* se enquadram como sufixos internacionais ao lado de *-ismo*, por ela tratado e classificado como tal. Para justificar a asserção da internacionalidade de ditos sufixos, foi feito um levantamento quanto à existência de formas cognatas em diversas línguas, após pesquisa e consultas a gramáticas, a dicionários e a especialistas em cada uma das línguas consideradas, não apenas as românicas e inglesa, conduzindo à elaboração da Tabela 1, exposta a seguir. Convém lembrar que a escolha das línguas para a pesquisa em questão se deu pela conveniência do fácil acesso a dicionários e gramáticas disponíveis na Biblioteca Florestan Fernandes da Universidade de São Paulo, bem como o contacto com especialistas destas na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Ressalta-se, ainda, que, nas línguas clássicas, os morfemas estudados não são considerados sufixos pelos gramáticos e estudiosos destas, como será retomado posteriormente.

C L Á S S I C A S	GREGO: <i>-ισμός</i> <i>-ιστής</i> <i>-ιστικός</i> <i>-ιστικά(ής)</i>	LATIM: <i>-ismus</i> <i>-istēs</i> <i>-isticus</i> <i>-istica</i>			
R Ô M A N I C A S	FRANCÊS: <i>-isme</i> <i>-iste</i> <i>-istique</i> <i>-istique</i>	CATALÃO, VALENCIANO: <i>-isme</i> <i>-ista/-iste</i> <i>-ístic</i> <i>-ística</i>	CASTELHANOGAL EGO, PORTUGUÊS: <i>-ismo</i> <i>-ista</i> <i>-ístico(a)</i> <i>-ística</i>	ITALIANO: <i>-ismo</i> <i>-ista</i> <i>-istico(a)</i> <i>-istica</i>	ROMENO: <i>-ism</i> <i>-ist(ă)</i> <i>-istic(ă)</i> <i>-istică</i>

G E R M Ã N I C A S	INGLÊS: <i>-ism</i> <i>-ist</i> <i>-istic</i> <i>-istics</i>	ALEMÃO: <i>-ismus</i> <i>-ist(in)</i> <i>-istisch</i> <i>-istik</i>	SUECO: <i>-ism</i> <i>-ist</i> <i>-istika</i> <i>-istika</i>	HOLANDÊS: <i>-isme</i> <i>-ist/-iste</i> <i>-istische</i> <i>-istiek</i>	NORUEGUÊS: <i>-isme</i> <i>-ist</i> <i>-istik(e)</i> <i>-istik</i>
E S L A V A S	TCHECO: <i>-ismus</i> <i>-ista(ka)</i> <i>-isticý(é)</i> <i>-istika</i>	POLONÊS: <i>-izm</i> <i>-ista(ka)</i> <i>-</i> <i>istyczne(yc</i> <i>h)</i> <i>-istyka</i>	ESLOVACO: <i>-izmus</i> <i>-ista(ka)</i> <i>-isticý(é)</i> <i>-istika</i>	BÚLGARO: <i>-изъм [izəm]</i> <i>-ист(ка) [ist]</i> <i>-истически</i> <i>[istiʃeki]</i> <i>-истика [istika]</i>	RUSSO: <i>-изм [izm]</i> <i>-ист(ка) [ist]</i> <i>-истический</i> <i>[istiʃekii]</i> <i>-истика [istika]</i>
B Á L T I C A S	LETÃO: <i>-isms</i> <i>-ists</i> <i>-istikas</i> <i>-istika</i>	LITUANO: <i>-izmas</i> <i>-istas</i> <i>-istinis</i> <i>-istika</i>			
I S O L A D A S	EUSKERA: <i>-ismo</i> <i>-ista</i> <i>-ístico(a)</i> <i>-ística</i>	HÚNGARO: <i>-izmus</i> <i>-ista/-ist</i> <i>-isztikus</i> <i>-isztika</i>	ALBANÊS: <i>-izëm</i> <i>-ist</i> <i>-istik(e)</i> <i>-istikë</i>	TURCO: (NÃO HÁ)	
S E M I T A S	HEBRAICO: יִסְמוּ [<i>ism</i>] יִזְמוּ [<i>izm</i>] יִסט [<i>ist</i>] יִסְטִי [<i>isti</i>] יִסְטִיקָה [<i>istikah</i>]	ÁRABE: (NÃO HÁ)			
O R I E N T A I S	JAPONÊS: [<i>isumo</i>] [<i>isuto</i>] [] []	CHINÊS: (NÃO HÁ)			

Tabela 1. Cognatos de *-ismo*, *-ista*, *-ístico(a)* e *-ística*.

As palavras formadas com os ^{sufixos estudados} ^{circulam no léxico das várias línguas que} ^{contemplam os seus} cognatos e nesta circulação de empréstimos, não se pode ignorar a influência de determinadas línguas em certos âmbitos. Por exemplo: a língua francesa no âmbito artístico e da moda, a língua italiana principalmente no âmbito musical, a língua alemã no âmbito filosófico e a língua inglesa no âmbito técnico-científico e, a partir da segunda metade do século XX, também nos mais variados âmbitos. Convém notar que não apenas as línguas francesa, italiana, alemã e inglesa foram responsáveis pela irradiação e disseminação dos sufixos nas várias línguas, mas também as línguas que tiveram importância política, como línguas de povos dominantes que exerceram grande influência sobre a língua de povos dominados. Assim, por exemplo, o castelhano influenciou o galego e o euskera, o russo influenciou o armênio e muitas línguas eslavas, o português influenciou o tupi - introduzindo lexicalmente nas línguas dos povos dominados palavras anteriormente inexistentes. Dessa forma, a título de ilustração, [traktorist] entrou na língua armênia por meio da influência russa exercida pela palavra *тракторист* [traktorist], que por sua vez é proveniente da palavra alemã *Traktorist*, jargão da indústria automotora.

Porém, apesar da circulação lexical, nem sempre os sufixos apresentam produtividade própria na língua, muitas vezes, aparecem apenas na formação de palavras adquiridas como empréstimos adaptados foneticamente. A título de ilustração, no japonês as palavras [pianisuto], [nudisuto] e [paulisuto] são empréstimos das palavras ocidentais *pianista*, *nudista* e *paulista*, adaptados foneticamente à língua japonesa, mas sem que [isuto] seja produtivo, pois não é reconhecido pelos falantes como sufixo, pelo menos até o momento. Nota-se também que, no japonês, não foram encontradas, nas consultas a dicionários, palavras formadas com cognatos de *-ístico(a)* e *-ística*. Além da língua japonesa, na língua hebraica, nas línguas isoladas: euskera, húngaro e albanês; e nas bálticas: letão e lituano, apesar de apresentarem palavras formadas com os cognatos dos quatro sufixos estudados, não se constatou produtividade própria, ^{apenas} alguns empréstimos.

Utilizando-se, então, as línguas nas quais os sufixos se mostraram produtivos dos grupos de línguas românicas, germânicas e eslavas, conforme a tabela 1, pôde-se verificar que a distribuição das palavras formadas com os quatro morfemas é bem similar nestas, de forma que os sufixos *-ismo* e *-ista* são os mais representativos, apresentando, cada um deles, uma variação de 36% a 46% de todas as palavras sufixadas com os quatro morfemas estudados; *-ístico(a)*, formador de adjetivos, mostra-se como o segundo sufixo mais representativo, apresentando uma variação de 16% a 20% de palavras formadas; e, finalmente, *-ística* é o sufixo menos representativo do quarteto, apresentando uma variação de 1% a 4% de palavras com ele formadas.

Desta forma, de acordo com a estatística de uso dos sufixos, evidencia-se que, embora, segundo Houaiss (2001), "a constelação não tenha existência concomitante e automática", justifica-se que a maioria das associações semânticas encontradas sejam entre *-ismo* e *-ista*, seguidas das associações entre *-ismo*, *-ista* e *-ístico(a)* e que a associação quase desconhecida seja a quaternária entre *-ismo*, *-ista*, *-ístico(a)* e *-ística*, dada a pequena porcentagem de palavras formadas com *-ística*.

A título de ilustração, no gráfico 2, a seguir, apresenta-se na língua portuguesa a distribuição de uso dos sufixos *-ismo*, *-ista*, *-ístico(a)* e *-ística*, tomando como *corpus* todas as palavras com eles formadas que se dispõem como entrada de verbetes no dicionário Houaiss (2001), apresentando 43%

das formações com o sufixo *-ista*, 40% com *-ismo*, 16% com *-ístico(a)* e tão somente 1% com *-ística*.

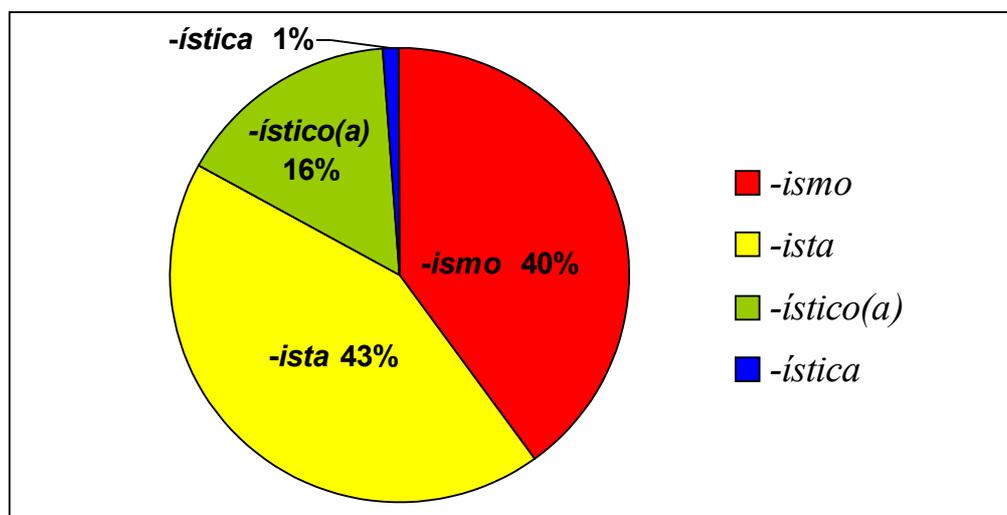


Gráfico 2. Distribuição dos sufixos *-ismo*, *-ista*, *-ístico(a)* e *-ística* no português.

DATAÇÃO DOS SUFIÇOS NA LÍNGUA PORTUGUESA

Gráficos das datações dos sufixos de acordo com Houaiss (2001)

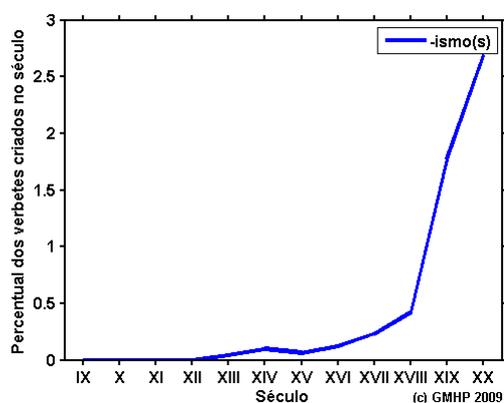


Gráfico 3. Datação de *-ismo*

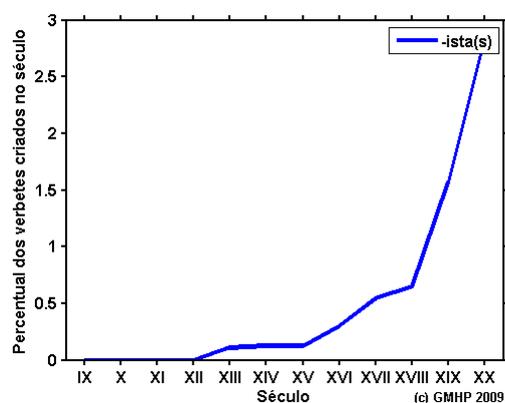


Gráfico 4. Datação de *-ista*

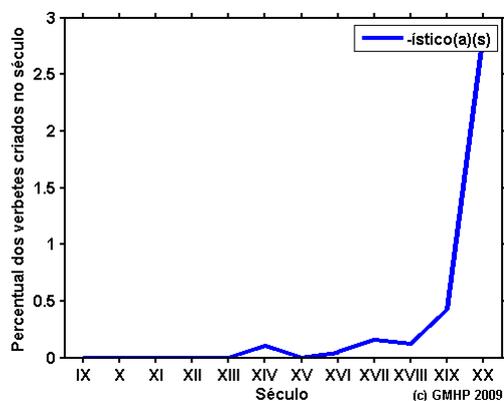


Gráfico 5. Datação de *-ístico(a)*

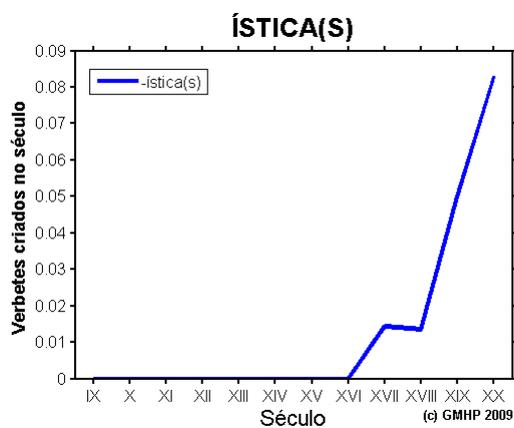


Gráfico 6. Datação de *-ística*

Usando como *corpus* a datação proveniente do dicionário Houaiss (2001) das palavras formadas com os sufixos *-ismo*, *-ista*, *-ístico(a)* e *-ística* no português, o Prof. Dr. Zwinglio O. Guimarães-Filho, integrante do GMHP, elaborou os gráficos 3, 4, 5 e 6, dispostos anteriormente. Deste modo, ao observar a datação das palavras com os sufixos estudados ao longo dos séculos disposta nos gráficos, podemos constatar que o grande crescimento de uso dos sufixos *-ismo* e *-ista* inicia-se a partir do século XVIII, ao passo que para os dois sufixos *-ístico(a)* e *-ística* inicia-se a partir do século XIX. Assim, a produtividade dos dois primeiros sufixos é, pelo menos, um século mais antiga que a dos dois segundos, justificando, em parte, que a associação binária entre *-ismo* e *-ista* seja mais conhecida e mais produtiva que a constelação ternária e a constelação quaternária.

ORIGEM DOS SUFIXOS *-ISMO*, *-ISTA*, *-ÍSTICO(A)* E *-ÍSTICA*

Segundo Casevitz (1985, p.69), a terminação grega *-ιστής*, que deu origem ao sufixo *-ista*, era usada para formar nomes de agentes a partir de verbos com objetos/complementos e terminados em *-ίζω* no dialeto jônico-ático, tendo sido incorporada à *koiné* a partir do século III a.C. Portanto, originariamente, *-ιστής* não é um sufixo, mas uma terminação associada ao sufixo grego *nomina agentis -τής*. Posteriormente, esta terminação passou a se associar também à terminação grega *-ισμός*, denotando os agentes para a mesma base. Com essa conotação semântica foi importada no latim sob a forma não muito produtiva *-istēs*, em palavras cultas de origem grega; com o processo de expansão do Império Romano, foi incorporada às línguas românicas.

Convém notar ainda que, originariamente, *-ιστής* é uma terminação *nomina agentis* deverbal, no entanto, desde sua assimilação como sufixo sob a forma *-ista* na língua portuguesa, dentre outras línguas, tornou-se majoritariamente denominal. Sabe-se que a terminação grega *-ιστής* atuava em verbos constituídos com objetos e/ou complementos, nos quais figura além da ideia de uma ação também a de um ou mais objetos a ela associados, por exemplo, *βαπτίζω* (batizar) significa "aspergir com água" e *βαπτιστής* (batista) significa "aquele que asperge com água"; *έξορκίζω* (exorcizar) significa "prestar juramento" e *έξορκιστής* (exorcista) significa "aquele que presta juramento"; analogamente *ψαλμιζω* significa "cantar poesia sagrada tocando instrumento de cordas" (cantar salmos) e *ψαλμιστής* (salmista) significa "aquele que canta poesia sagrada tocando instrumento de cordas" (cantor de salmos). No próprio grego, a terminação *-ιστής*, dada a sua produtividade, tornou-se mais abrangente passando a atuar também em verbos não terminados em *-ίζω* como *nomina agentis*, por exemplo, *εύαγγελίζομαι* (evangelizar) significa "trazer boas mensagens" e *εύαγγελιστής* (evangelista) significa "aquele que traz boas mensagens". Acredita-se, então, que a abrangência e a transposição de *-ιστής* para línguas nas quais as palavras que denotam ações normalmente estão separadas das palavras que denotam objetos, propiciariam tal mudança.

Analogamente a *-ista*, conforme Casevitz (1985, p.69), a terminação deverbal *-ισμός*, que deu origem no português ao sufixo *-ismo*, era usada para formar nomes de sistemas e/ou processos a partir de verbos com objetos/complementos e terminados em *-ίζω*. Deste modo, originariamente,

-ισμός não é um sufixo, mas uma terminação associada ao sufixo grego *-μός*. Posteriormente, *-ισμός* e *-ιστής* associaram-se e tornaram-se mais abrangentes, atuando também em outros verbos. Similarmente à terminação *-ιστής*, *-ισμός*, ao ser assimilada como sufixo sob a forma *-ismo* na língua portuguesa, dentre outras línguas, tornou-se majoritariamente denominal.

Para Pharies (2002, p.360), *-ístico(a)* é considerado como um sufixo formador de adjetivos que expressam pertinência a uma base substantiva, ainda que etimologicamente, segundo o autor, o morfema seja o reflexo do grego *-ιστικός*, cujos constituintes são *-ιστής*, que expresa *nomina agentis* e *-ικός*, sufixo que indica pertinência. Desta maneira, *-ικός* é o sufixo grego formador de adjetivos que remete ao indo-europeu *-iqos*, de mesma função. Analogamente a outros morfemas, também foi incorporado ao latim, no qual se tornou bastante produtivo na formação adjetiva sob a forma *-icus*, atuando em bases totalmente latinas. Desse modo e com esta função, foi posteriormente incorporado às atuais línguas românicas. Por exemplo, no português foi incorporado sob a forma cognata *-ico(a)*. Segundo Pharies (2002, p.310), é um sufixo facilmente dado às concatenações. Notamos que geralmente o sufixo *-ico(a)* se une a elementos cultos e de origem grega, concebendo morfemas compostos, tais como: *-gráfico(a)*, *-métrico(a)*, *-lógico(a)*, *-zóico(a)*, *-aico(a)*, *-ático(a)*, *-ítico(a)*, *-ástico(a)*, e também *-ístico(a)*, dentre outros. Estas concatenações com o sufixo *-ικός* já ocorrem no próprio grego, no qual encontramos a terminação *-ιστικός* em vários vocábulos, em alguns casos de maneira bastante independente e produtiva. Por exemplo, *σπογγιστικός* significa "relativo à pesca de esponjas" (*σπόγγος* significa "esponja"), mas carece da forma em *-ιστής*. Assim, a associação entre *-ístico(a)* e *-ismo*, ainda que não concomitante, faz-se por meio de *-ista*, pois, é bem conhecida a longa associação entre *-ista* e *-ismo*, que se originou ainda no grego.

No caso de *-ística*, sabe-se que é a forma feminina do sufixo *-ístico* na derivação de adjetivos. Não obstante, ao consultar as palavras formadas com o sufixo no Dicionário Houaiss (2001), nos deparamos com substantivos, pelo menos sessenta e duas palavras estão categorizadas como tal pela obra lexicográfica. Também podemos nos deparar com vários substantivos formados com *-ística*, ainda não dicionarizados pelo HOUAISS (2001), mas com ampla divulgação nos meios de comunicação, por exemplo, *dentística*, dentre outros.

Conforme já visto, no grego há o sufixo *-ικός* que designa adjetivos que podem ser usados em concordância com substantivos femininos, tais como: *τέχνη* (arte, ciência, prática, competência, saber etc), assim, por exemplo, *μαθηματικά τέχνη* (ciência matemática) e *ρητορική τέχνη* (arte retórica). No próprio grego já se encontra o uso destes tipos de adjetivos como substantivos, é o caso de *μαθηματικά* (matemática). Sabe-se, ainda, que *-ικός* foi incorporado ao latim sob a forma *-icus* para designar adjetivos, como também o seu uso em concordância com substantivos femininos, tais como, *ars, artis* (arte, engenho, habilidade, saber, prática, ciência etc), por exemplo, *mathematica ars* e *grammatica ars*. Analogamente ao que já ocorria no grego, no latim também pode ser encontrado o uso destes adjetivos femininos como substantivos. No século XVII, já está totalmente consolidada a conversão de adjetivos em substantivos no latim técnico-científico, e *-ica* passa a designar semanticamente "ciência", "a arte de" e

"técnica de". A partir de então, o morfema é incorporado a várias outras línguas, principalmente europeias, por meio de traduções do latim científico. De maneira análoga a *-ica*, *-ística*, a partir do século XVIII, também se consolida, por meio do latim técnico-científico, como um morfema que designa "ciência", "a arte de" e "técnica de", devido à sua constante conversão de adjetivos em substantivos.

Em resumo, *-ística* é um formador de substantivos femininos, que designam semanticamente "ciência", "a arte de" e "técnica de", por meio da conversão de adjetivos consolidados e disseminados inicialmente através do latim técnico-científico a partir do século XVIII. Neste sentido, *-ística* é na sua origem a forma feminina do sufixo *-ístico* na criação de adjetivos que se substantivaram e, deste modo, apresenta-se etimologicamente como *-ístico(a)*, sendo proveniente da concatenação dos morfemas gregos *-ιστής* e *-ικός*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi visto, os sufixos estudados tiveram a sua origem na língua grega, adentraram no latim e por meio desta nas línguas românicas. Entretanto, somente a partir do século XVIII começaram a ter produtividade própria nas românicas, devido à sua propagação pelo latim científico, no âmbito técnico e acadêmico, mas também em outros âmbitos por influência, inicialmente do francês e de outras línguas específicas para cada área, por exemplo, a influência do italiano na música e pintura, o alemão na filosofia, e da língua inglesa, a partir do século XX, nos mais variados âmbitos. Convém lembrar que o papel das traduções foi fundamental na disseminação das formas cognatas dos sufixos nas mais variadas línguas, inicialmente com palavras cultas nos âmbitos acadêmicos e culturais.

Pode-se notar ainda, com a pesquisa realizada, que os sufixos estudados são provenientes das terminações gregas *-ισμός*, *-ιστής* e *-ιστικός*, que, por sua vez, estão associadas aos sufixos gregos *-μός*, *-τής* e *-ικός*. Observa-se, então, que tal associação não é exclusiva dos sufixos estudados, mas também está presente em outros sufixos próximos e também internacionais. Por exemplo, encontramos-la nos morfemas *-asmo*, em formações como *sarcasmo* e *marasmo*; *-asta*, em vocábulos como *ginasta* e *cinasta*; e *-ástico(a)*, em palavras tais como *fantástico(a)* e *monástico(a)*. Constata-se, também, que a constelação ternária sufixal *-ismo/-ista/-ístico(a)*, neste estudada, tampouco é exclusiva, pois os sufixos da língua grega que lhe são étimos também estão presentes na constelação de relações semânticas ternária próxima, mas não tão produtiva, formada por *-asmo*, *-asta* e *-ástico(a)*; por exemplo, nas palavras: *entusiasmo*, *entusiasta* e *entusiástico*. Não obstante, com os mesmos étimos gregos, encontramos apenas a constelação sufixal quaternária formada com *-ismo*, *-ista*, *-ístico(a)* e *-ística*. Neste senso, acredita-se que o âmbito acadêmico e cultural de desenvolvimento da constelação ternária tenha favorecido a conversão de adjetivos em substantivos nas formações de palavras femininas com o sufixo *-ístico(a)*, bem como o seu aprimoramento semântico na designação de um conjunto especializado, seja uma técnica, uma arte ou ciência, surgindo, desta forma, o sufixo *-ística*. Assim, as necessidades semânticas de uso deram origem a um quarto sufixo nesta

constelação, fato que não se constata na constelação *-asmo/-asta/-ástico(a)* devido à sua diferente atuação semântica e menor produtividade.

Considerou-se igualmente importante o estudo das datações na língua portuguesa, com o qual se pôde verificar que a constelação sufixal em estudo se iniciou com apenas dois sufixos: *-ismo* e *-ista*, posteriormente a ela foi agregado um terceiro sufixo, *-ístico(a)*, e finalmente o quarto: *-ística*.

Assim, concluímos que na língua, à semelhança das palavras, os morfemas também se transformam formal e semanticamente, se associam a outros morfemas, são traduzidos e inseridos por meio de línguas veiculares a línguas naturais, circulam em âmbitos específicos, são decalcados, emprestados e adaptados foneticamente a línguas diferentes de sua origem e nas quais podem vir a ser produtivos abrangendo novos campos semânticos, formando e ampliando constelações próprias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASEVITZ, M. **Le vocabulaire de la colonisation en grec ancien**. Paris: Klincksieck, 1985.

CORREIA, M. **Denominação e construção das palavras**. Lisboa: Colibri, 2004.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. CD-ROM.

SMS TRANSLATOR NET. **Dicionário SMS Português** – qualquer idioma. Disponível em: <<http://www.sms-translator.net/portuguese/dicionario-portugues-catalao.php>>. Acesso em: 26. abr. 2011.

PHARIES, D. **Diccionario etimológico de los sufijos españoles**. Madrid: Gredos, 2002.

SAID ALI, M. **Gramática histórica da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1930.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALBIN, M. Sufixele *-ism* și *-ist*. **Studii și materiale privitoare la formarea cuvintelor în limba română**, I, p.101-121, 1959.

ALVES, I. M. **Neologismo**: criação lexical. São Paulo: Ática, 1990.

AREÁN-GARCÍA, N. **Estudo comparativo de aspectos semânticos do sufixo '-ista' no português e no galego**. 2007. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

FRINTA, A. **Bulharko-český slovník**. Praga: Nakladatelství Československé Akademie Věd, 1959.

FERREIRO, M. **Gramática histórica galega**. Noia: Laivento, 2001.

GINER I FERRANDO, J. El valencià, una llengua romanica. In: **El valencià, una llengua del segle XXI**. Valencia: L'Oronella, p.19-27, 2006.

HORNBY, A. S. **The advanced learner's dictionary of current English**. Londres: Oxford University, 1995.

LÁSZLÓ, O. **Česko-maďarský slovník / cseh-magyar szótár**. Praga: Akadémiai Kiadó, 1960.

LE ROBERT. **Dictionnaire de la langue française**. Paris: Le Robert, 1985.

MOCANU, P. **Dictionar român-portuguez**. București: Științifică și enciclopedică, 1981.

RAUTA, A. **Gramática rumana**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1947.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de la lengua española**. Madrid: Espasa-Calpe, 2001.

SANDMANN, A. J. **Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo**. Curitiba: Scientia et Labor/Ícone, 1989.

BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (Org.). **Gramática descriptiva de la lengua española**. v. 3, Real Academia Española. Madrid: Espasa-Calpe, 2000.

STANISŁAWSKI, J. **The great Polish-English dictionary**. Varsovia: Wiedra Powsechna, 1969.

STARETS, S.; VOINOVA, N. **Dicionário prático português-russo/russo-português**. Moscou: Russki Yazik, 1986.

TEKAVČIĆ, P. **Gramática storica dell'italiano**. V. III: lessico. Bolonha: Società editrice il Mulino, 1972.

VILELA, M. **Estudos de lexicologia do português**. Coimbra: Almedina, 1994.

WAHRIG, G. **Wörterbuch der deutschen Sprache**. München: Deustcher Taschenbuch, 1999.

ZINGARELLI, N. **Il nuovo Zingarelli**: vocabolario della lingua italiana. 11 ed. Milano: Zanichelli, 1990.

A EXPRESSIVIDADE DOS CRUZAMENTOS VOCABULARES EM GALÁXIAS, DE HAROLDO DE CAMPOS

Alessandra Ferreira IGNEZ
Universidade de São Paulo (Doutora)
alessandraignez@usp.br

RESUMO: As criações lexicais contribuem para o enriquecimento do léxico de uma língua. Pode-se verificar, com frequência, que novas palavras são criadas para denominar novos conceitos e objetos, registrando, desse modo, as transformações que ocorrem em uma dada sociedade. Contudo, é possível também observar que, não raro, novas palavras são criadas – principalmente no discurso literário – com finalidades expressivas. Nesse caso, a criatividade lexical entra em cena não com uma função propriamente denominativa, mas, sobretudo, estilística. As criações estilísticas, geralmente, possuem uso restrito a um enunciado, o que dificulta a sua dicionarização. Todavia, é importante sublinhar que autores de textos literários não formam novas palavras a fim de que venham a radicar-se na língua, mas – como diz Câmara Júnior e Cardoso – para exercer papel expressivo no discurso. Neste trabalho, pretende-se apresentar uma amostra de neologismos criados para a obra *Galáxias*, de Haroldo de Campos, privilegiando nesta apresentação os casos de cruzamento vocabular, a fim de se verificar os efeitos estilísticos que alcançam no discurso. Para tanto, a análise será baseada na Lexicologia, na Morfologia e na Estilística Léxica, a fim de que tanto o processo quanto a expressividade das criações sejam contemplados.

PALAVRAS-CHAVE: Cruzamento vocabular; Discurso literário; Expressividade.

INTRODUÇÃO

Quando o assunto é formação de palavras, logo são mencionados os processos derivativos e composicionais, talvez pela grande produtividade que possuem. Por sua vez, alguns processos são esquecidos e considerados improdutivos, bem como marginais e anômalos, como no caso do cruzamento vocabular. Entretanto, como se tem observado, o emprego desse tipo de formação tem se tornado cada vez mais produtivo em discursos como o humorístico, o publicitário e o literário, em virtude de seu resultado semântico inusitado.

É comum verificar que muitos neologismos formados a partir de um cruzamento vocabular não vêm a radicar-se na língua, isto é, possuem uso efêmero, que visa a ter um efeito de sentido para um determinado contexto enunciativo. Contudo, é preciso lembrar que tais criações são extremamente ricas no que diz respeito à quebra de expectativa, à expressividade e ao resultado semântico. Por essa razão, muitos autores de obras literárias lançam mão do uso do cruzamento vocabular, buscando expressividade para seus textos. Esse é o caso de Haroldo de Campos, que

gosta de experimentar os efeitos provocados pela formação de novas palavras. Em sua obra *Galáxias*, é possível observar um uso significativo dessas formações, além de outras resultantes de demais processos. Os cruzamentos vocabulares existentes na obra deixam evidente a criatividade de seu autor, bem como se revelam bastante expressivos graças à motivação semântica que levou à formação.

A fim de se desenvolver um trabalho voltado para a formação de palavras, é preciso recorrer à Lexicologia e à Morfologia. Mas, em se tratando de criações lexicais existentes no discurso literário – universo que preza pela expressividade –, é necessário também o apoio da Estilística Léxica, tendo em vista a contemplação dos processos formadores, dos aspectos mórficos e da expressividade das novas lexias. Mesmo que a maioria das criações desse universo discursivo não venha a fazer parte do acervo lexical da língua, revela as potencialidades de renovação do léxico, vindo daí seu interesse para os estudos lexicais e morfológicos.

A seguir, apresentar-se-ão alguns aspectos do processo de cruzamento vocabular, além de ser discutida sua importância para a Estilística. Serão analisados, como dito, alguns exemplos de cruzamentos existentes na obra *Galáxias*, a fim de se entender a proeminência dessas criações para a obra, bem como a sua expressividade. Para tanto, buscar-se-á apoio nas três áreas mencionadas acima.

CONSIDERAÇÕES SOBRE NEOLOGISMO DENOMINATIVO E NEOLOGISMO ESTILÍSTICO

As criações lexicais comportam-se de maneira distinta nos diferentes universos de discurso em que são empregadas. Nas línguas de especialidades, por exemplo, novos termos surgem a fim de preencher uma necessidade comunicativa, sobretudo, denominativa. No entanto, no universo literário, por exemplo, as criações não servem propriamente para nomear um novo conceito ou objeto, mas para suprir uma necessidade expressiva. Como assinala Guilbert (1975, p.40-44), mesmo que os processos de formação de palavras sejam os mesmos, a neologia divide-se em dois grupos: denominativa e estilística. A primeira presta-se a nomear o novo, acompanhando o desenvolvimento de uma dada sociedade e servindo de registro de uma determinada época, ao passo que a segunda preocupa-se em traduzir de maneira inédita uma ideia já conhecida, deixando transparecer um modo individual de se perceber a realidade, promovendo, pois, uma (re)visão do modo de expressão. Dessa maneira, duas preocupações estão envolvidas no processo de criação de palavras: ora denominativa, ora estilística.

Os neologismos de língua estão relacionados à história de uma sociedade, mas outros, em sua maioria estilísticos, marcam uma obra ou um dado enunciador, mostrando a individualidade de seu uso. Logo:

A criação lexical deve ser situada, por um lado, numa determinada época, em virtude de sua pertinência à história do léxico, ligada à história da sociedade, e por outro, vista em função da individualização das criações feitas por locutores identificados na comunidade linguística (BARBOSA, 1981, p.77-78).

O neologismo denominativo possui mais chances de romper a barreira da aceitabilidade, de ser atualizado por novos falantes em contextos comunicativos vários e de chegar a compor o léxico da língua, em virtude de preencher uma necessidade comunicativa. Entretanto, os neologismos existentes no discurso literário – estilísticos – dificilmente farão parte do léxico, pois seu uso está restrito a uma obra ou a um autor. Cabe mencionar que não deve existir aqui um cotejo valorativo no que diz respeito a neologismos que chegam a compor o léxico ou não, mas uma distinção baseada na função que desempenham em seus universos discursivos.

Além das diferenças apontadas, é possível dizer que o discurso científico, por exemplo, evita a ambiguidade, o duplo sentido, tentando fazer com que os neologismos criados sejam monossêmicos. Mas, o discurso literário busca a plurissignificação, e muitos dos neologismos criados para ele são multissignificativos, sendo a imprecisão semântica responsável também pela expressividade alcançada pela nova lexia no discurso.

Tratando-se do discurso literário, é importante ressaltar que a criação de novas palavras revela a criatividade do autor, bem como individualiza seu modo de expressão, tornando-se, pois, uma marca de estilo. Segundo Bakhtin,

As condições menos favoráveis para refletir a individualidade na língua são oferecidas pelos gêneros do discurso que requerem uma forma padronizada, tal como a formulação do documento oficial, da ordem militar, da nota de serviço, etc. Nesses gêneros só podem refletir-se os aspectos superficiais, quase biológicos, da individualidade (...). Na maioria dos gêneros do discurso (com exceção dos gêneros artístico-literários), o estilo individual não entra na intenção do enunciado, não serve exclusivamente às suas finalidades, sendo, por assim, dizer, seu epifenômeno, seu produto complementar (BAKHTIN, 1997, p.283).

Verifica-se que, na literatura, a criação de palavras faz parte da individualização do dizer e busca a expressividade, a novidade, a surpresa. A restrição de seu uso evita o seu desgaste, fazendo com que sua carga de informação e sua novidade não sejam perdidas.

O CRUZAMENTO VOCABULAR

Como mencionado, o cruzamento vocabular é considerado um processo de formação de palavras marginal, improdutivo e anômalo. Contudo, vale observar que, em discursos como o literário, o humorístico e o publicitário, palavras resultantes desse processo são empregadas com bastante frequência.

Esse processo consiste na redução das bases envolvidas no processo de criação, ou na redução de pelo menos uma delas, gerando, assim, uma alteração morfofonológica. Alguns o consideram um tipo de composição, mas, no processo composicional, as bases são justapostas, ou fundem-se em um único acento tônico. No caso do cruzamento vocabular, a união das

bases se dá de maneira diferente. Observa-se que, nesse caso, não existe a obrigatoriedade de os radicais envolvidos serem mantidos.

É comum encontrar autores que dizem que a união das bases, no caso do cruzamento vocabular, é desprovida de uma sistematicidade. Entretanto, por meio da observação das criações, é possível buscar uma tipologia para elas. Cardoso (2009) assim as divide:

Difícilmente os cruzamentos são estudados como um processo de formação de palavras e, algumas vezes, são confundidos e analisados como se fossem um caso de composição por aglutinação. Nesse processo ocorre mais do que uma aglutinação, mas uma união morfofonológica impulsionada e motivada pelo resultado semântico. Embora considerado um processo de formação de palavras "marginal", os cruzamentos lexicais têm sua função e podem ser sistematizados e estudados como um processo diferente da composição. Sua principal função, ao se manifestarem no discurso concretamente realizado, é mostrar que o enunciador é capaz de revelar seus conceitos internalizados e os efeitos de sentido que pretende apresentar, por meio da criação lexical. Trata-se, portanto, de um processo em que unidades lexicais se mesclam formando outra unidade, sem manterem, obrigatoriamente, seus radicais. Há casos em que se mantém a parte inicial de uma unidade e a parte final de outra (portunhol), há casos em que uma unidade mantém sua integridade morfofonológica e a outra sofre uma ruptura (showmício), e há casos em que uma unidade adentra-se na outra (chafé, lixeratura, namorido), havendo entre elas uma interseção lexical (CARDOSO, 2009, s/n).

Por meio das palavras da autora, é possível perceber que, de certo modo, as criações seguem um modelo. Além disso, verifica-se que, em alguns casos, os constituintes de alguns cruzamentos possuem um segmento fonético comum, sendo, pois, as criações consideradas homófonas, e há também aqueles cruzamentos cujos constituintes não possuem um segmento fonético comum, sendo considerados, por sua vez, não-homófonos.

A união das bases envolvidas no cruzamento vocabular é sempre impulsionada, como diz Cardoso, pelo seu resultado semântico, que, normalmente, pende para o humor, a sátira, surpreendo o interlocutor.

Sandmann (1992, p.59) também aponta o caráter emocional e depreciativo dos cruzamentos: "traço que caracteriza muitos cruzamentos vocabulares é sua especificidade semântica, isto é, eles vêm muitas vezes carregados de emocionalidade, sendo que esta é depreciativa, às mais das vezes, e com pitadas de ironia". É preciso dizer que a expressividade dessas criações está fundada no inusitado da aproximação das bases e, principalmente, no seu sentido. Barbosa (1981, p.192) assinala que "aquilo que parecia ser um mero arranjo de significante, revela-se como um neologismo semântico e fonológico dos mais eficazes." Entende-se semântico, neste caso, como aquele que carrega uma carga de informação grande e inesperada.

Existem alguns cruzamentos que entram para a língua (*showmício*) e que, com o tempo, vão perdendo o seu caráter neológico e sua carga de

informação. Mas, em muitos outros casos, os cruzamentos ficarão presos a um contexto enunciativo específico, tornando seu uso restrito, portanto.

O significado da nova formação está associado a várias questões culturais e comportamentais. Voláteis ou nem tanto, na grande maioria das vezes os cruzamentos refletem a visão crítica e o humor gerado por um momento específico. Alguns entram na língua e deixam de ser percebidos como uma espécie de brincadeira lingüística, outros resumem-se a um momento associado a um fato político, a uma personagem de novela ou programa de televisão, a um acontecimento explorado pela mídia (CARDOSO, 2009, s/n).

Como no discurso literário é bastante difícil o desgaste do uso de uma nova lexia, a sua carga de informação é muito forte e a motivação semântica que levou à criação é transparente.

Martins (2000, p.123-124) ressalta aspectos estilísticos dessa formação: "revela criatividade, espírito, e sua força expressiva resulta da síntese de significados e do inesperado da combinação. Prestam-se sobretudo à linguagem do humor, da brincadeira, mas em alguns casos podem ter um tom lírico até refinadamente estético".

Como se sabe, para se estudar a expressividade de uma dada palavra é preciso valorizar e considerar o contexto em que está inserida, pois é a partir dele que se pode definir seu sentido e seus efeitos sugestivos e expressivos. Sabe-se que o cruzamento vocabular, em geral, carrega um tom bastante jocoso, mas, para os estudos estilísticos, é preciso entender o significado e a expressividade de cada caso. Como assinala Barbosa (2001, p.48), no discurso literário, "os neologismos, como todas as outras marcas discursivas, estão sempre ligados a uma situação específica de enunciação (...)". Para tanto, neste trabalho, serão apresentados os trechos da obra *Galáxias* em que os neologismos estão inseridos, a fim de que se compreenda melhor seu sentido e seus efeitos para o texto.

GALÁXIAS: UM UNIVERSO DE CRIAÇÕES

Galáxias foi publicada em 1984, designada por seu autor uma produção neobarroca "reconsiderada através de uma óptica concreta" (1977, p.53). Como se sabe, a poesia concreta se aproxima em alguns pontos do Neobarroco, haja vista, por exemplo, o gosto pela aproximação de opostos, pela visualidade do texto, pela metáfora e pelo jogo de palavras. Por outro lado, é evidente o gosto do Concretismo pela síntese lingüística e do Neobarroco pela prolixidade.

O Neobarroco é considerado um ressurgimento do Barroco no período pós-moderno. Haroldo de Campos afirma que seu gosto por tendências barrocas já se manifestava antes de se envergar sobre a teoria e a produção de textos concretos. Em suas obras, encontramos várias metáforas, jogos de palavras, uso de palavras eruditas, interesse pela visualidade, sonoridade e formação de palavras:

Eu tinha sempre uma espécie de casulo barroco na minha poesia, que consistia num tratamento bastante insistente, bastante radical do problema da metáfora, da estrutura

fônica, de certas possibilidades semânticas da decomposição das palavras. Já em 52 eu fazia constante montagem de palavras, composição vocabular, verdadeiros ideogramas semântico-visuais que, se não respondiam àquela estrutura rigorosa que depois se desenvolveu na *poesia concreta* (preocupada, a certa altura, com um “geometrismo” acentuado), já manifestavam uma vocação construtiva e uma tendência barroquista dessa poesia do começo dos anos 50. De alguns anos para cá (desde 1963, para ser mais preciso), retomei essas linhas, atravessando toda aquela experiência rigorosamente concreta da “fase heróica” (podíamos dizer, mondrianesca), de *esprit de géométrie...* Evidentemente retomei tudo isto numa dimensão outra, que se encaminha para a abolição das fronteiras entre poesia e prosa: o *Livro de Ensaio: Galáxias*, que ainda prossegue. Nele toda essa parafernália barroquista (...) reconsiderada através de uma óptica concreta, aflora novamente (CAMPOS, 1977, p.52-53).

Como dito, pode-se encontrar uma certa afinidade entre o Concretismo e o Neobarroco, sendo possível dizer quanto às obras de Haroldo de Campos que, como assinala Andrade (2007, p.51), existe uma “impossibilidade de se fazer uma separação nítida entre o Haroldo concretista e o Haroldo neobarroco, cujas linguagens se enlaçam numa relação de ipseidade, sobretudo no que tange aos modos de figuração da imagem poética”.

Como herança do Concretismo, Haroldo de Campos é conhecido por explorar ao máximo a camada significativa do texto de modo que ela apresente uma convergência com o plano do conteúdo, reforçando-o e, de certa forma, tornando o objeto retratado concreto:

Dizemos que a poesia concreta visa como nenhuma outra à comunicação. Não nos referimos, porém, à comunicação-signo, mas à comunicação de formas, à presentificação do objeto verbal, direta, sem biombos de subjetivismos encantatórios ou de efeito cordial. Não há cartão de visitas para o poema (CAMPOS, 1975, p.49).

Observa-se, por meio da leitura de suas obras, que a presentificação do objeto é obtida por meio da exploração de certos aspectos estruturais, que, de acordo com Bosi (1970):

[...] são processos que visam a atingir e a explorar as camadas materiais do significante (o som, a letra impressa, a linha, a superfície da página; eventualmente, a cor, a massa) e, por isso, levam a rejeitar toda concepção que esgote nos temas ou na realidade psíquica do emissor o interesse e a valia da obra (BOSI, 1970, p.529).

Exploram-se, então, recursos sonoros sugestivos, o volume das palavras, a disposição do texto na página etc, a fim de que eles estabeleçam uma estreita relação com o significado do texto, de modo que a forma reforce o conteúdo, dando ao leitor a impressão de que o objeto retratado se faz presente e concreto no texto. Observe-se que a exploração da visualidade também pode ser vista como herança do Barroco.

Em *Galáxias*, o melhor do concreto e do neobarroco aparece: o jogo e a experiência com as palavras. Um dos traços de estilo mais marcantes da obra é a formação de palavras. O autor com suas criações busca expressividade e novidade e aproveita, algumas vezes, os efeitos sugestivos da sonoridade, do volume e do sentido da nova lexia. Os cruzamentos vocabulares são um dos processos utilizados pelo autor nesta obra.

OS CRUZAMENTOS EM GALÁXIAS

Galáxias é considerado um livro viagem pelo fato de viajar de modo dialógico pelas melhores obras universais e de viajar em torno do universo da escrita e da palavra. Além disso, pelo fato de ser uma obra aberta, permite que o leitor viaje por ela, relendo-a em várias ordens.

O assunto central da obra é a escrita sobre a escrita, o trabalho árduo e incessante do escritor. Para Haroldo, um livro deve ser “um umbigodomundolivro um umbigodolivromundo um livro de viagem onde a viagem seja o livro”. Muitos de seus cruzamentos vocabulares giram em torno desse assunto.

Observemos o excerto abaixo:

o estelário estepário de palavras costurando ávidas
suturando texturando urdilando ardilário vários laços de letras
lábeis tela têxtil **telame** aranzol **aranzol** de arames (...) para se ler bastaria que se perdesse um dia nessa **taranteia labirintela** [...] (CAMPOS, 2004, p.14).

Para o enunciador, o seu texto pode ser considerado um campo ou um céu, onde as estrelas – palavras – unem-se, costuram-se, a fim de produzir sentidos. Esse costurar faz com que seu texto seja comparado a uma tela ou a uma teia de aranha. Tais comparações sugerem que existe uma rede em que palavras são relacionadas. Além disso, sabendo que *Galáxias* é um texto que dialoga com outros, podemos pensar em redes que interligam a obra a outros universos de discurso.

A primeira criação por cruzamento vocabular do excerto é *telame*, cruzamento de *tela* e *arame*. Pode-se entender que o cruzamento favorece a ideia de entrelaçar contida na palavra *teia*, além disso, pelo fato de essa teia ser de arame, parece mais difícil a presa – no caso o leitor – conseguir fugir dela. Ressalta-se o fato de o próprio processo, de a própria formação da lexia reforçar a ideia de entrelaçamento, uma vez que existe na parte formal da nova palavra um cruzamento entre as duas palavras, um ponto de interseção. Desse modo, é possível dizer que, além do sentido da nova lexia, a própria forma da palavra reforça o conteúdo.

Existe também uma outra interpretação para *telame*, que seria uma formação por sufixação. Nesse caso, o sufixo *-ame* sugeriria que o texto possui várias telas, ou seja, várias relações.

Em *aranzol* (aranha + anzol), pode-se interpretar que a obra envolve, prende o leitor, como faz uma aranha com sua presa em sua teia ou um anzol com o peixe. Vale ressaltar que a atenção do leitor fica presa a esse texto pelo fato de enveredar por um labirinto, em que precisa descobrir a sua saída, sendo preciso, muitas vezes, perder-se pelas redes de “universos” existentes na obra. Para sugerir essa noção de labirinto, de

texto difícil, o autor cria *labirintela* (labirinto + tela), palavra que reforça a sua concepção de que sua escrita é uma rede de palavras, de associações.

No caso de *taranteia* (tarântula + teia), a nova lexia serve também para reforçar a noção de teia de aranha, na qual o leitor fica preso e envereda pelas redes de relações.

Nos quatro exemplos, pode-se dizer que as formações chegam a ser poéticas, não são, propriamente, irônicas. Além disso, é necessário dizer que o processo escolhido faz com que todas as lexias expostas tenham um ponto de interseção em sua parte formal, o que remete o leitor à ideia de relação que o texto apresenta.

Em determinadas partes da obra, o enunciador intitula-se como escravo da escrita sobre a escrita, ou seja, um "sobrescravo". No decorrer da obra, diz que seu trabalho é árduo e volumoso. O conceito de que ele sobrevive às dificuldades está expresso no fragmento a seguir:

[...] o que mais vejo aqui é o invisível do ver que se revista e revista para não dar-se à vista mas que se vê vê-se é essa cárie cardial do branco que se esbranca o escrever do escrever e **escrevivo escreviente** (CAMPOS, 2004, p.31).

Uma das maiores dificuldades do poeta é encarar o branco do papel e começar a escrever. O branco, o plano, a escrita e a reescrita angustiam aquele que escreve. Porém, este é o seu ofício e dele vive, logo, poder-se-ia dizer que *escrevive* (escrever + viver). O neologismo criado permite que o leitor infira que o poeta vive da escrita, vive escrevendo ou está vivendo enquanto escreve. Além disso, a segunda criação, *escreviente*, é muito sugestiva. Em primeiro lugar, podemos pensar naquele que vive da escrita ou que vive escrevendo. Porém, sonoramente, a lexia também nos remete a *escrevente*. Pensando nisso, é possível interpretar que o neologismo tem o sentido oposto do da palavra mencionada. Em *escrevente*, temos aquele que escreve o que os outros ditam, ou seja, é orientado, mas, no caso de *escreviente*, podemos pensar naquele que domina a escrita, que pensa, reflete para escrever, ou seja, um ser animado. Além do cruzamento de *escrever* + *vivente*, podemos pensar que *escreviente* é um cruzamento de *escrever* + *sobrevivente*. Assim, entende-se que o poeta sobrevive às dificuldades da escrita, enfrentando os seus obstáculos.

Em alguns trechos, o enunciador diz que a escrita poética é cansativa, entretanto, em outros, afirma que é aquilo que o motiva, que o salva. Nesse trecho, apresenta ao leitor o local de seu trabalho, que possivelmente é um jornal, chamado por ele de *jornalário*:

[...] no jornalário no horáriodiáriosemanáriomensárioanuário
jornalário moscas pousam moscas iguais e foscas feito
moscas iguais e foscas feito foscas iguais e moscas no
jornalário o tododia entope como um esgoto e desentope
como um exgoto e renova mas não é outro [...] livro me
salva me alegra me alaga o livro é mensagem de aragem é
plumapaisagem é viagemviragem o livro é visagem no
infernalário onde suo o salário no **abdomerdário**
dromerdário hebdomesmário onde nada é vário onde o
mesmo esma mesma [...] (CAMPOS, 2004, p.4).

Observa-se que, além de manter um jogo sonoro com outras palavras, o sufixo “-ário” de *jornalário* não assume uma conotação positiva nesse contexto, o que faz com que esse valor não apreciativo se estenda a toda a palavra. As criações *infernalário*, *abdomerdário*, *dromerdário* e *hebdomesmário* possuem sonoridade final idêntica à de *jornalário*, e por esse motivo essas palavras se aproximam. Aproximam-se também pelo fato de atribuírem uma ideia negativa ao *jornalário*. A criação por sufixação *infernalário* mostra ao leitor que o ambiente de trabalho do enunciador é insuportável, ou seja, um inferno. Caso o autor optasse por usar a palavra *inferno*, não obteria o mesmo efeito de novidade que atingiu com a criação e, sem a aproximação pelo som, não conseguiria com que a palavra *inferno* estabelecesse uma relação tão imediata com *jornalário*. A repetição sonora (/ário/) estreita ainda mais a relação entre as duas palavras criadas, fazendo com que o leitor ao ler *infernalário* logo infira que se trata do *jornalário*.

No caso de *abdomerdário*, *dromerdário* e *hebdomesmário*, podemos interpretar que são palavras resultantes do processo de cruzamento vocabular. Em *abdomerdário* (abdome + merdário), pode-se entender que o local de trabalho do enunciador é uma porcaria, uma merda. O abdome está associado ao intestino, local onde são produzidas as fezes. Poder-se-ia, portanto, pensar também que o *jornalário* é um local onde há produções porcarias, fracas etc. A criação *dromerdário* (dromedário + merdário) está consoante com a parte em que o enunciador afirma suar o seu salário no seu serviço. Esse cruzamento apresenta um jogo de humor: o leitor infere que o enunciador trabalha como um camelo, um dromedário no *jornalário*, ou seja, no *merdário*. Em *hebdomesmário*, há um cruzamento de *hebdomadário* + *mesmário*, que pode sugerir que as publicações semanais feitas pelo *jornalário* são sempre as mesmas, não trazendo novidades. Sendo assim, as semanas tornam-se iguais. Esse neologismo está em consonância com o contexto monótono apresentado pelo enunciador; vale lembrar que ele diz que em seu trabalho moscas iguais pousam, causando-lhe um sentimento de tédio. Observa-se que as duas sufixações apresentadas e os três cruzamentos vocabulares servem para depreciar a imagem do local de trabalho retratado.

Além do cruzamento *hebdomesmário*, existe uma criação formada a partir de composição por justaposição que sugere a ideia de monotonia: *horáriodiárioosemanáriomensárioanuário*. Por meio dessa criação, em que há a justaposição de cinco bases, o leitor infere que o tempo e os dias passados no *jornalário* parecem ser iguais e longos. A monotonia, a falta de surpresa provocam um sentimento de que os dias se repetem ao longo das semanas, dos meses e do ano, fazendo com que as publicações tragam coisas repetidas. A forma desse neologismo também pode expressar junto ao seu significado a noção de prolongamento e extensão de tempo. O composto *tododia* também sugere que os dias se repetem, que o enunciador vive em uma rotina, na qual todo dia tem de fazer as mesmas coisas.

A palavra *exgoto*, por sua vez, faz um jogo com *esgoto*. No fragmento, o enunciador diz que “o tododia entope como um esgoto e desentope como um *exgoto*”, levando o leitor a entender que a rotina, a monotonia entediam-no, fazendo-o acumular suas frustrações e seu tédio. Esse acúmulo é comparado ao entupimento de um esgoto. No entanto, o enunciador diz que o tal esgoto é desentupido como um *exgoto*, o que pode

significar que exterioriza tudo o que sente pelo goto, isto é, parece que expressa por meio de palavras o que sente, tal leitura pode ser feita pelo efeito de sentido gerado pela junção do prefixo (ex-) à base (goto).

O foco deste trabalho são os cruzamentos vocabulares, entretanto foi preciso mencionar as outras formações resultantes de demais processos desse excerto, pois, com elas, os cruzamentos estabelecem uma relação: todas servem para depreciar a imagem do *jornalário*. Entretanto, como mencionado, outras criações servem para enaltecer a escrita, o livro. Tais criações revelam um jogo de opostos: trabalho entediante *versus* livro de viagem, de mudança. Vejamos as criações que possuem um valor positivo. São elas: *plumapaisagem* e *viagemviragem*. Ambas estabelecem uma relação sonora com *mensagem*, *aragem* e *visagem*. Além disso, todas possuem no contexto um valor apreciativo. Para o enunciador, o livro – que o salva do *infernalário* – é *mensagem de aragem*, ou seja, mensagem de boa sorte, de bons ventos. A obra é considerada uma *visagem* no *infernalário*, que pode indicar uma saída. O composto *plumapaisagem* pode mostrar que o livro traz uma paisagem ao leitor por meio da pluma, isto é, da pena, da escrita. O enunciador com a criação sugere que a escrita é capaz de criar paisagens para a contemplação do leitor. Além disso, não podemos esquecer que, segundo o enunciador, o livro é uma viagem, de modo que, nessa viagem pela qual envereda o leitor, é possível encontrar várias vistas criadas a partir do texto. Observemos que dentro de *plumapaisagem*, é possível ler a palavra mapa, o que sugere que o leitor pode seguir um mapa para encontrar o melhor roteiro de viagem. A criação formada a partir de composição por justaposição *viagemviragem* mostra que a viagem proporcionada pelo livro traz mudanças, novidades, o que não é possível encontrar no ambiente de trabalho do enunciador, ou seja, no *jornalário*. Dessa maneira, pode-se interpretar que o livro é que resgata o enunciador do tédio, da monotonia, levando-o para a aventura da viagem da escrita.

CONCLUSÃO

Essa amostragem de cruzamentos vocabulares revela que alguns possuem um tom mais poético, e outros, um tom extremamente jocoso. Todos fazem com que o enunciatário perceba o modo como o enunciador interpreta a realidade. Nesse caso, pôde-se perceber que a obra poética para ele é uma rede de relações: entre palavras, entre discursos, entre as páginas da obra aberta.

Além disso, o enunciador considera-se *escrevvente*. Tal adjetivo – bastante sugestivo e polissêmico – leva o leitor a entender que é um homem que vive da escrita, que vive para ela, que se sente vivo enquanto escreve ou que sobrevive aos obstáculos da arte do escrever.

Para ele, embora a escrita seja difícil, é aquilo que o salva da monotonia de seu trabalho no *jornalário*. Observou-se que, para esse ambiente de trabalho, são criados cruzamentos cujo valor semântico está imbuído de ironia e jocosidade.

Faz-se importante também notar que, em quase todos os casos apresentados, após a fusão dos elementos, um mantém sua integridade morfofonológica, e o outro sofre uma ruptura: *hebdomesmário*, *telame*, *aranzol*, *taranteia*, *labrintela*, *escrevivo*, *escrevvente*^{*1}. Mas, há um caso

em que se pode considerar que uma unidade adentra-se na outra: dromerdário. Em todos os exemplos, reconhecem-se as duas palavras envolvidas no processo. Entretanto, não se pode ignorar que a junção delas causa surpresa nos enunciatários.

É possível também observar que, em todos os casos dessa amostragem, os elementos formadores possuem um segmento fonético comum, sendo, portanto, cruzamentos homófonos: *abdomerdário*, *hebdomesmário*, *telame*, *taranteia*, *aranzol*, *labirintela*, *escrevivo*, *escrevvente*.

Com tais criações, o autor conseguiu atingir efeitos estilísticos: humorístico, satírico, poético, crítico. Além disso, mostrou sua habilidade em brincar com as possibilidades de formação que a língua lhe permite, formando palavras que surpreendem seu interlocutor.

NOTAS

(1) No caso de *escrevvente*, pode-se considerar que, no cruzamento de *escrever* + *vivente*, um elemento mantém sua integridade morfofonológica, e o outro sofre uma ruptura. Entretanto, se se considerar que *escrevvente* é um cruzamento de *escrever* + *sobrevivente*, os dois elementos perdem uma parte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, A. Diálogo constelar: o neobarroco em Haroldo de Campos. **Revista de Letras**, 47 (1), p.51-75, 2007.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARBOSA, M. A. **Léxico, produção e criatividade**: processos do neologismo. São Paulo: Global, 1981.

_____. Da neologia à neologia na literatura. In: **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. 2. ed. Campo Grande: Ed. UFMS, p.33-51, 2001.

BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1970.

CAMPOS, A.; PIGNATARI, D.; CAMPOS, H. **Teoria da poesia concreta**: textos críticos e manifestos 1950-1960. 2. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.

CAMPOS, H. **Ruptura dos gêneros na literatura latino-americana**. São Paulo: Perspectiva: 1977.

CAMPOS, H. **Galáxias**. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2004.

CARDOSO, E. A. A expressividade dos cruzamentos lexicais no discurso literário. In: **SEMINÁRIO DO GEL**, 57, 2009, Programação... Ribeirão Preto (SP): GEL 2009. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/?resumo=5159-09>>. Acesso em: 17 nov. 2009.

GUILBERT, L. **La créativité lexicale**. Paris: Larousse, 1975.

MARTINS, N. S. **Introdução à estilística**: a expressividade na língua portuguesa. 3. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

SANDMANN, A. J. **Morfologia lexical**. São Paulo: Contexto, 1992.

PARA UMA ANÁLISE DIACRÔNICA DA ECONOMIA DO BRASIL COLONIAL

Eliane Simões PEREIRA
Universidade de São Paulo e Universidade Nova de Lisboa (Doutora)
elianesimoes.pereira@gmail.com

RESUMO: Um estudo dos termos econômicos utilizados no Brasil Colonial pode, além de evidenciar alguns elementos da história da formação da língua portuguesa brasileira, auxiliar a incrementar o conhecimento científico desse campo de especialidade naquele período histórico. Este artigo busca apresentar alguns elementos acerca de uma pesquisa em andamento, a qual investiga, diacronicamente, a variação na terminologia da Economia no Brasil Colonial. Neste texto, ao descrevermos pontos teóricos da terminologia e da socioterminologia, ressaltamos a importância da variação, ilustrando-a com exemplos de nosso corpus e terminamos por discutir alguns aspectos do comportamento do termo *propina* no Brasil dos séculos XVI, XVII e XVIII.

PALAVRAS-CHAVE: Lexicologia; Terminologia; Economia; Socioterminologia; Diacronia.

INTRODUÇÃO

As línguas humanas, que não constituem realidades estáticas, mas, ao contrário, alteram-se continuamente no tempo, acabam por refletir em seu interior os eventos históricos que se sucedem em cada sociedade. Se observarmos, por uma perspectiva diacrônica, a formação do atual Português Brasileiro, por exemplo, poderemos nos deparar com um panorama complexo.

Muito mais do que um meio para a comunicação humana, a língua é, por muitos, considerada um produto de expressão da cultura. A língua se enraíza na comunidade linguística e na tradição cultural que ela reproduz e transmite de geração a geração. Assim, tanto a língua como a cultura constituem um saber partilhado pelos membros de uma dada comunidade, transmitido através do tempo e da história.

O léxico age como um sistema capaz de armazenar muitos aspectos culturais e históricos de uma sociedade. Aparecida Isquierdo (1996, p.93) esclarece que o léxico caracteriza-se como o subsistema da língua que “mais configura linguisticamente o que há de recente na sociedade – transformações socio-econômicas, científico-culturais e políticas nela ocorridas”.

Na medida em que as comunidades linguísticas vão aperfeiçoando o seu conhecimento da realidade, elas criam, além de tantas outras coisas, novas técnicas e ciências. O desenvolvimento científico ocasiona uma ampliação do repertório de signos lexicais, a criação de novos termos, os quais procuram abarcar os conceitos que vão surgindo na língua. “O patrimônio lexical que as línguas estão constituindo documenta a

acumulação do conhecimento humano na contemporaneidade” (BIDERMAN, 2001, p.159).

Segundo Dubois (1973, p.586), “qualquer disciplina, e com maior razão, qualquer ciência tem a necessidade de um conjunto de termos, definidos rigorosamente, pelos quais ela designa as noções que lhe são úteis: este conjunto de termos constitui a terminologia”. De acordo com Biderman, as terminologias científicas “são sistemas classificatórios baseados em modelos científicos, oriundos da estruturação do conhecimento em modelos conceituais por meio dos quais se organiza cada uma das ciências” (2001c, p.159).

O uso da terminologia científica tem um desempenho efetivo na comunicação profissional, uma vez que uma ciência só se torna legítima ao atribuir aos seus conceitos uma denominação específica:

No caso das denominações técnicas, o componente lexical especializado permite ao homem denominar objetos, processos e conceitos que as áreas científicas, tecnológicas e jurídicas criam e delimitam conceitualmente. Do mesmo modo, o léxico especializado contribui para expressar princípios e propósitos que constituem e animam diferentes áreas sociais e profissionais. É o caso, por exemplo, da terminologia jurídica, que auxilia o Direito a estabelecer suas determinações normativas, entre outros aspectos (KRIEGER; FINATTO, 2004, p.16).

A Terminologia é uma disciplina interdisciplinar, que, como esclarece a professora Maria Teresa Cabré, se encarrega basicamente da tarefa de analisar a expressão lexical formal da organização dos conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos, ou seja, os termos técnico-científicos. Mais especificamente, o objetivo da Terminologia é

describir formal, semántica y funcionalmente las unidades que pueden adquirir valor terminológico, dar cuenta de como lo activan y explicar sus relaciones con otros tipos de signos del mismo distinto sistema, para hacer progresar el conocimiento sobre la comunicación especializada y las unidades que se usan en ella (CABRÉ, 1999, p.124).

Os estudos terminológicos têm origem muito antiga. De acordo com Rondeau (1984 apud Krieger; Finatto, 2004, p.24), “tão longe quanto se remonte na história do homem, desde que se manifesta a linguagem, nos encontramos em presença de línguas de especialidade, é assim que se encontra a terminologia dos filósofos gregos”.

Alves (1998, p.97) narra que, no Ocidente, os trabalhos com inclinação terminológica surgem na época renascentista, como, por exemplo, o *Glossário Árabe-latino de Termos Médicos*, do século XVI, e o *Livro dos Segredos da Agricultura*, do ano de 1617.

A criação de novas unidades lexicais, os neologismos, foi, dentro de cada campo de especialidade, constituindo novas terminologias científicas. Alves (2001, p.54) informa que “as relações entre terminologia e neologia podem ser encontradas desde que os primeiros homens começaram a denominar conceitos e elementos de seu ambiente”.

O termo, assim como qualquer unidade lexical, é uma entidade variante. Cabe à Terminologia e ao terminólogo a função de identificar as

variantes que designam o mesmo conceito com fins de sistematização. Aliás, um dos objetivos da Terminologia é exatamente registar as diferentes denominações usadas em contextos comunicativos similares. Conforme avalia Cabré:

Todo proceso de comunicación comporta inherentemente variación, explicitada en formas alternativas de denominación del mismo concepto (sinonímia) o en apertura significativa de una misma forma (polisemia). Este principio es universal para las unidades terminológicas, si bien admite diferentes grados según las condiciones de cada tipo de situación comunicativa (1998b, p.85).

Situações de comunicação especializada podem dar origem à variação, ou seja, a diferentes termos referindo-se a um mesmo conceito ou a mais de um conceito, dando origem a muitos termos. Para dar conta dessa variação, surge então a Socioterminologia, que vem se ocupar da identificação e análise das variantes linguísticas que podem ser encontradas em uma terminologia.

Jean-Claude Boulanger é considerado um dos precursores da Socioterminologia que, segundo o autor, surge na literatura científica para “atenuar os efeitos prescritivos exagerados de certas proposições normativas” (1991, p.25), ou seja, atenuar a visão prescritiva da terminologia tradicional, respaldada pelo princípio da univocidade da Escola de Viena, na qual a variação terminológica era vista como um obstáculo, um ruído na função comunicativa, ao trazer alguma ambiguidade ao texto.

As variantes terminológicas, como produto de variação, do ponto de vista de Faulstich (1997) classificam-se de acordo com sua natureza linguística e sua sistematização é tarefa da Socioterminologia, cujo estatuto fica assegurado pela análise da diversidade de termos que ocorrem nos planos vertical, horizontal e temporal da língua.

Segundo a autora, a Socioterminologia prevê dois percursos temporais para a análise terminológica, sendo que um seria pela via sincrônica, que permite que formas variantes apresentem o mesmo significado referencial, e o outro que seria feito diacronicamente, pela história, criando a possibilidade de sistematização de estruturas variantes. O conteúdo semântico do termo, por exemplo, é passível de variação no plano diacrônico, como a que ocorreu com o termo *adubo*, que já teve significação de “tempero” no português arcaico e, com o passar do tempo, sofreu uma mudança semântica, passando a designar “fertilizante” (FAULSTICH, 2002, p.74).

Ainda segundo a mesma autora (idem, p.68-70), podemos nos utilizar de critérios de sistematização para a análise das variantes terminológicas. Descrevê-lo-emos em seguida e os faremos acompanhar de alguns exemplos extraídos do “corpus da Economia do Brasil colonial”, criado para a investigação de doutoramento desta pesquisadora e sobre o qual comentaremos adiante.

a) as variantes terminológicas linguísticas, em que o fenômeno propriamente linguístico determina o processo de variação. Compreenderia:

- as variantes terminológicas fonológicas, “em que o registro pode surgir de formas decalcadas na fala”. Exemplo: *defença* ao invés de *defesa*;

- as variantes terminológicas morfológicas seriam as que apresentam “alternância de estrutura de ordem morfológica na constituição do termo, sem que o conceito se altere”, exemplo: *arrecadamento*, em lugar de *arrecadação*;

- as variantes terminológicas sintáticas, nas quais “há alternância entre duas construções sintagmáticas que funcionam como predicação de uma unidade terminológica complexa”, como acontece nos termos complexos: *ministros reais* e *ministros do rei*;

- as variantes terminológicas lexicais ocorrem quando algum item da estrutura lexical da unidade terminológica complexa, apesar de ser substituído por outro, sofrer apagamento ou, ainda, movimento de posição, mantém intacto o conceito do termo. Verificamos tal fenômeno nas expressões: *peste de bexigas* e *doença de bexigas*;

- as variantes terminológicas gráficas são “a(s) que se apresenta(m) sob forma gráfica diversificada de acordo com as convenções da língua”; exemplificamos com *quinto*, imposto vigente nos tempos do Brasil colonial que podia ser grafado tanto como *quinto*, *quynto*, *qujnto* ou *quimto*.

b) as variantes terminológicas de registro, nas quais a variação é resultante do ambiente de ocorrência, no plano horizontal, no plano vertical e no plano temporal em que se realizam os usos linguísticos. Correspondem às:

-variantes terminológicas geográficas, que são aquelas que se verificam “no plano horizontal de diferentes regiões em que se fala a mesma língua. Podem decorrer ou de polarização de comunidades linguísticas geograficamente limitadas por fatores políticos, econômicos ou culturais, ou de influências que cada região sofreu durante sua formação”;

- variantes terminológicas de discurso, “decorre/m/ da sintonia comunicativa que se estabelece entre elaborador e usuários de textos científicos e técnicos”;

- variantes terminológicas temporais têm como característica a de se configurarem como sendo a “preferida no processo de variação e mudança, em que duas formas concorrem durante um tempo, até que uma forma se fixe como a preferida”.

Analisar o léxico de uma língua ao longo do tempo pode permitir a captação de parte de sua história, a qual é alterada pela dinâmica da renovação lexical. “Les mots portent l'histoire en disant le monde d'où ils naissent” (LURQUIN, 1989, p.38). Mas, embora acreditemos na grande importância do estudo dos termos ao longo de um percurso temporal, a pesquisa diacrônica tem sido uma das lacunas a serem preenchidas nos estudos terminológicos. Sobre a importância da diacronia nos estudos terminológicos, vale conferir Baudet (1989, p.856):

Si l'on conçoit la terminologie comme cette partie de l'épistémologie qui étudie le rapport entre pensée scientifique et langage scientifique, on admettra que la terminologie ne

peut être conçue que comme diachronique. L'essence même de la science et de l'industrie est leur caractère temporel (le fameux progrès) et on ne peut étudier les langues de la science qu'en étudiant leur développement.

Para Saussure (1977, p.163), a Linguística Diacrônica estuda “não mais as relações entre os termos coexistentes de um estado de língua, mas entre termos sucessivos que se substituem uns aos outros no tempo”. A diacronia, segundo Saussure, vem ocupar-se das relações que atrelam termos não apreendidos por uma mesma consciência coletiva e que permutam sem compor um sistema entre si (idem, p.116). Já a sincronia trata das relações lógicas e psicológicas que juntam termos coexistentes e formam um sistema, da maneira como são percebidos pela consciência coletiva. O estudo sincrônico elege um dado estado da língua para isolar e estudar as suas mudanças nesse determinado período. Assim, vista por esses ângulos, a língua assume um comportamento tal qual um tronco de árvore em fase de crescimento. De tal modo que, se houvesse um corte transversal no tronco, este revelaria uma relação sincrônica entre os elementos que podemos visualizar na planta e, se fosse feito um corte longitudinal, nele visualizaríamos um desenho com uma representação diacrônica do estado da planta.

Este artigo, inserido nos domínios dos estudos terminológicos, tem como referência a pesquisa de doutoramento em desenvolvimento, desta pesquisadora, a qual pretende analisar diacronicamente uma parte do vocabulário da Economia do Brasil colonial utilizando para isso um conjunto representativo de textos do período colonial brasileiro. Ao recolher fontes textuais primárias de grande pertinência e ao lançar-se à verificação de significativas mudanças do vocabulário da Economia do Brasil colonial, almejamos inclusive lançar luz sobre algumas esferas do desenvolvimento histórico-social brasileiro.

O período colonial, período de nosso objeto de estudo, reflete a trajetória da implantação e da fixação da língua portuguesa no Brasil. A mistura criada pela diversidade linguística que o Brasil presenciou – do Português Europeu, das línguas indígenas, dos idiomas africanos trazidos pelos escravos – possibilitou uma espécie de caldeamento de culturas diversas, o que ocasionou mudanças nos padrões linguístico-culturais desses vários grupos sociais. O fenômeno linguístico ocorrido na nova sociedade em formação acabou por propiciar, muitas vezes, a criação de vocábulos bastante distintos dos usados na metrópole portuguesa.

Observando a história do Brasil colonial, percebemos que os colonizadores portugueses levaram para o Brasil inúmeros conceitos como, por exemplo, o de propriedade que a maioria dos habitantes indígenas não tinha. Eles também instalaram aparatos administrativos, como cartórios, cuja organização era inteiramente feita por meio de documentos escritos na língua dos colonizadores. Assim, no Brasil, a cultura e a língua portuguesa gradualmente foram assimilando as demais, não só a dos indígenas, mas também a dos negros que vinham sendo trazidos desde o século XVII. Em 1758, por exemplo, uma lei promulgada pelo rei Dom José I, *O Diretório dos Índios*, instaurou a política linguística pombalina no Brasil, tornando o uso do português obrigatório.

Como já mencionamos, para os fins de nossa pesquisa de doutoramento, montamos uma base textual terminológica, ou corpus. Para

isso, utilizamos como base um grande acervo digitalizado com textos do Português do Brasil, ou sobre o Brasil, dos séculos XVI, XVII e XVIII. Esse corpus foi montado a partir da extração de textos da grande base textual criada para o desenvolvimento do *Dicionário Histórico do Português do Brasil*.

Corpus, de acordo com Biderman (2001, p.79) pode ser definido como “uma coletânea de textos selecionados segundo critérios linguísticos, codificados de modo padronizado e homogêneo”. Lino (2005) menciona que é por meio da análise de um corpus de especialidade, que poderemos descrever muitas das particularidades de uma unidade terminológica, tais como a estabilização ou não de seu sentido e os tipos de variação terminológica.

A Linguística de Corpus estuda a coleta e a exploração de corpora, ou seja, de conjuntos de dados linguísticos textuais coletados com critérios básicos, a fim de se tornarem representativos o bastante para servirem à pesquisa linguística. Tal abordagem faz uso de sistemas computacionais para o armazenamento, o tratamento e a análise dos fatos da língua em uso. Berber Sardinha evidencia a importância dessa abordagem linguística para a prática do trabalho terminológico:

Ao revelar uma quantidade surpreendente de evidências linguísticas providas de corpora eletrônicos, a linguística de corpus questiona os paradigmas estabelecidos dos estudos linguísticos e mostra novos caminhos para o linguista, o professor, o tradutor, o lexicógrafo e muitos outros profissionais (2004, p.17-18).

Em sua maioria, os textos coletados de nosso corpus têm caráter prioritariamente informativo, foram criados por “especialistas” da área econômica e destinados à descrição do Brasil para a Coroa Portuguesa. Devido a esse motivo e ainda pelo fato de que a Economia não era uma área do conhecimento com uma terminologia estabelecida na época do Brasil colonial, acreditamos ser difícil definir um método preciso para averiguar se determinada unidade lexical era usada naquele contexto como termo científico ou como palavra do vocabulário de uso comum. Mas concordamos com Pearson (1998, p.26) quando ele sugere que o que determina se uma palavra se comporta de modo “terminológico” ou “normal” é o contexto comunicativo no qual se encontra. De acordo com a autora, para que reconheçamos os termos, devemos definir o contexto comunicativo em que é provável que se encontrem palavras a funcionar como termos.

A base textual de nosso trabalho vem sendo manejada com o auxílio de programas de manipulação de informações de alto desempenho que nos auxiliam a selecionar, classificar e quantificar as unidades lexicais que são o objeto de nossa pesquisa. O software computacional *Hyperbase*, por exemplo, ao permitir-nos a busca contextual com base no corpus de nossa pesquisa, acaba por facilitar a organização dos textos e a distinção da variação terminológica.

A montagem do corpus e a pesquisa de concordâncias dos termos na base digital vêm sendo feita por meio desse programa. Este procedimento põe em evidência a variação terminológica presente em alguns dos termos presentes no corpus da Economia do Brasil Colonial, estes que vêm a apresentar modificações de acordo com o contexto comunicativo em que se

inserir. Ilustraremos alguns aspectos desse fenômeno linguístico por meio de dois termos.

“Contribuições e Impostos”, de acordo com o autor do *Dicionário Geral e Analógico da Língua Portuguesa*, de Artur Bivar, é um subgrupo derivado do grande domínio da “Economia e Finanças”. Inserido nesse subgrupo, encontramos o termo propina em nosso corpus.

O TERMO PROPINA

Ao pesquisarmos o termo em nosso corpus, encontramos 79 ocorrências da lexia *propina*. Somente uma variante terminológica gráfica foi encontrada na busca: *prepina*. Tal variante foi encontrada apenas em um contexto, se constituindo, dessa forma, hapax legomena (BIDERMAN, 2001, p.346).

As ocorrências encontradas se deram somente nos séculos XVII e XVIII. A sua primeira datação no corpus é do ano de 1637, em um trecho do texto do governador Jacome Raymundo de Noronha e do capitão-mor João Pereira de Cáceres (p.420), o qual transcrevemos:

E que comesou neste tempo odito Governador a destruir esta terra e logo tratou de se hir para o tapicuru que esta daqui distante de vinte legoas e na boca do Rio fez huma fortaleza para omde mandou pasar toda a Artelharia que hauia naquela fortaleza de Sam Phelipe e na de São Francisco que defendião a boca da barra não ficando na de San Francisco nenhuma e na de Sam Phellippe ficarão seis pessas de Artilheria de ferro hauendo naquella capitania quarenta e seis pessas que estão carregadas sobre o Almoxarife e todas estas e a poluora que hauia mandou hir para o dito forte do tapicuru sendo Inutil a defença desta terra fazendo o com muita despeza e gasto da fazenda de Vossa Magestade fazendo o só por seu parecer e gosto e não constaria que elle lho desse conforme Vossa Magestade manda por seu Regimento de prouedor mor da fazenda e foi reprovado por todos passar a artilheria e poluora e munições ao tapicuru ficando a cidade do maranhão sem defesa nenhuma e em tão mizerauel estado que ao tempo de fazer a folha tirada da matricula para elle receber o pagamento paçaua huma certidão nas costas della e juraua em como os soldados conteudos na dita folha seruirão atualmente, e elle mandou que nestes soldados ouuesse nouo estillo e se matriculasem como he uzo e custume e estão hoje seruindo atualmente e recebem seu pagamento e antre esta gente de guerra capitães sargento mor ajudante e maes officiaes de milicia que tem ordenados com os officiaes da fazenda se repartem os rendimentos dos dizemos e comos clerigos e **propinas** dos frades de Sancto Antonio por huma folha que se faz todos os annos em que uão por seus assentos nomeados os pagamentos que cada hum ha de hauer [...] (grifo nosso)

O termo propina teve, em nossa pesquisa, a sua maior frequência no século XVIII (70,37%). No século XVII, 17,28% e o restante das

ocorrências se deu em obras escritas no período do Brasil Colônia, mas sem data precisamente conhecida.

A análise dos contextos para a unidade lexical aqui analisada detectou que, no decorrer dos séculos XVII a XVIII, o termo foi monossêmico, ou seja, sua significação se manteve como sendo a de “pagamento ou gratificação à pessoa particular ou pública”. Como veremos a seguir, tal acepção, possui alguma variação semântica na língua portuguesa brasileira da atualidade. Algumas acepções que verificaremos nos dicionários carregam marca de registro de regionalismo lusitano e outra, a que carrega um sentido pejorativo, marca um uso que se realiza somente no Português Brasileiro, o que demonstra, no termo, uma variação geográfica. Vejamos.

O sentido encontrado nos textos de nosso corpus é semelhante ao que encontramos no *Diccionario da Lingua Portuguesa*, elaborado no século XVIII por Antonio de Moraes Silva:

presente, ou dom em dinheiro, panno, ou peça, que se dá a alguns officiaes, Ministros, Lentes por assistencia, ou trabalho; v. g. os doutorandos dão a cada doutor 1600 réis de propina, hum tanto ao bedéis, etc (1922, p.515).

O dicionário *Houaiss* (2001) marca a primeira datação do item lexical propina como sendo 1619, a qual é bem próxima à primeira ocorrência do termo em nosso corpus, e propõe três acepções para o termo:

1. Gratificação extra por serviço normal prestado a alguém; gorjeta, emolumento.
2. Regionalismo: Portugal. Taxa paga ao Estado para efeito de matrícula, exame etc.
3. Regionalismo: Portugal. Em determinadas agremiações, jóia paga por um novo associado.

Já no *Novo Dicionário Aurélio da língua portuguesa* (2004), encontramos o seguinte verbete, com três acepções:

1. Gratificação, gorjeta.
2. Lus. Quantia que se paga em certas escolas por abertura ou encerramento de matricula, etc.
3. Lus. Jóia.

Verifiquemos agora como se comporta o termo em dois dicionários terminológicos da Economia no Brasil. No *Dicionário de Termos Financeiros e Bancários* (2006), deparamo-nos com uma única acepção para propina, a qual não coincide com a significação encontrada em nosso corpus por carregar um sentido pejorativo:

Remuneração financeira, geralmente ilegal, que se caracteriza como crime, e através do qual alguém presenteia outra pessoa a fim de que essa pessoa, em troca, lhe conceda benefícios.

O *Novíssimo Dicionário de Economia* traz o verbete caixinha e marca sua relação semântica de sinonímia em relação à propina:

CAIXINHA. Denominação popular da gorjeta ou propina, especialmente quando se trata das relações entre empresas privadas e a administração pública, no âmbito das quais os primeiros “pagam” com propinas (caixinha) os favores recebidos pelos representantes da última. (1999, p.73)

A acepção de propina com a marca pejorativa de “gratificação recebida ilegalmente”, como a que verificamos nestes dois últimos dicionários analisados, é bastante recorrente na Língua Portuguesa do Brasil contemporâneo. Alguma pista que explique essa variação semântica que foi se estabelecendo no decorrer do tempo, pode ser talvez encontrada se recurarmos na história do Brasil.

Interessante referir que, segundo Kenneth Maxwell (2009), nos tempos do Brasil colonial, as propinas eram formalmente incorporadas ao custo dos contratos concedidos pelo governo. O governador da Província e os funcionários do Judiciário recebiam adicionais aos seus salários oficiais conhecidos como propinas. Em 1780, por exemplo, o governador de Minas Gerais recebeu, além do seu salário oficial, adicionais de cerca de 50% em forma de propinas, que, mesmo que exorbitantes, eram consideradas legais e constavam das contas oficiais do governo. Os magistrados e outros funcionários locais também recebiam suplementos salariais semelhantemente “generosos”.

CONCLUSÃO

No início de nosso artigo, discorreremos brevemente sobre algumas teorias que consideramos basilares e importantes a uma investigação terminológica em nível diacrônico. Posteriormente, descreveremos metodologicamente o corpus da Economia do Brasil colonial, base de textos que foi criada para a pesquisa de doutoramento desta pesquisadora com o fim de ser objeto de uma pesquisa terminológica diacrônica. Ulteriormente, e com propósito ilustrativo, fizemos uma breve exposição da variação terminológica ocorrida em um termo representativo de nosso corpus. De tal forma, propusemo-nos, com este artigo, a demonstrar empiricamente algumas características linguísticas da dinamicidade da língua e a ressaltar a importância dos estudos da terminologia diacrônica para auxiliar a compreensão de elementos próprios a um contexto textual recuado do tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, I. M. A integração dos neologismos por empréstimo ao léxico português. **Alfa**, 28, p.119-126, 1984.

_____. Glossário de termos neológicos da Economia. **Cadernos de Terminologia** 3. São Paulo: Humanitas, 1998.

BAUDET, J. C. Histoire du vocabulaire de spécialité, outil de travail pour l'historien des sciences et des techniques. In: C. de Schaetzen. **Terminologie diachronique**. Actes du Colloque, Bruxelles, Conseil International de la Langue Française, p.56-68, 1989.

BARBOSA, M. A. Relações de significação nas unidades lexicais. In: **Anais do 1º Encontro Nacional do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL**. Faculdade de Letras: UFRJ, p.19-40, 1997.

BIDERMAN, M.T.C. **Teoria linguística**: teoria lexical e linguística computacional. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Dicionário de termos financeiros e bancários**. (colaboradora: Eliane Simões Pereira) São Paulo: Disal, 2006.

BIVAR, A. **Dicionário geral e analógico da língua portuguesa**. Porto: Edições Ouro, s. d., v. 2.

BOULANGER, J. C. Une lecture socioculturelle de la terminologie. **Cahiers de Linguistique Sociale**, 318, p. p.13-30, 1991.

CABRÉ, M. T. Una nueva teoría de la terminología: de la denominación a la comunicación. In: CABRÉ, M. T. (Org.), **La terminología**: representación y comunicación. Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada/Universitat Pompeu Fabra, p.109-127, 1998.

CABRÉ, M.T. **La terminología**: representación y comunicación. Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada/Universitat Pompeu Fabra, 1999.

COSERIU, E. Pour une sémantique diachronique structurale. **Travaux de Linguistique et de Littérature**, II, 1, p.139-186, 1964.

COUTO, J. **A construção do Brasil**: ameríndios, portugueses e africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.

DUBOIS, J. *et al.* **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix. 1973.

FAULSTICH, E. Variação terminológica: algumas tendências no português do Brasil. In: **Cicle de conferències 96-97**: Lèxic, corpus i diccionaris. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada/Universitat Pompeu Fabra, p.141-154, 1997.

_____. Entre a sincronia e a diacronia: variação terminológica no código e na língua. In: CORREIA, M. **Terminologia, desenvolvimento e identidade nacional**. Actas del VI Simpósio Iberoamericano de Terminología. La Habana, 1998. Lisboa: Edições Colibri/ILTEC, p.61-74, 2002.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3 ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. CD-rom versão 1.0, para Windows.

ISQUERDO, A. N. **O fato linguístico como recorte da realidade sociocultural**. 1996. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 1996.

KRIEGER, M. G.; FINATTO, M. J. B. **Introdução à terminologia**. São Paulo: Contexto, 2004.

LINO, M. T. Contextes et néologie terminologique dans le domaine médical. In: **Séptièmes journées scientifique du réseau lexicologie, terminologie, traduction. Mots, termes et contextes**. Bruxelles, p. 509-514, 2005.

LURQUIN, G. A travers l'épaisseur sémantique des termes. Traduction spécialisée et terminologie diachronique. In: C. de Schaetzen. **Terminologie diachronique**. Bruxelles: Conseil International de la Langue Française, p.38-42, 1989.

MAXWELL, K. **A devassa da devassa**: a inconfidência mineira - Brasil e Portugal [1750-1808]. 7 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

PEARSON, J. **Terms in context**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1998.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Martins, 1995.

_____. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

SANDRONI, P. (Org.) **Novíssimo dicionário de Economia**. São Paulo: Edições Best Seller, 1999.

SARDINHA, T. B. **Linguística de corpus**. Barueri: Manole, 2004.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. Trad. Antônio Chelini, José paulo paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1977.

SILVA, A. de M. **Diccionario da língua portuguesa**. Lisboa: Typografia Lacérdina, 1922. (fac-simile da 2 edição de 1813)

ASPECTOS DO TRATAMENTO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA POR GRAMÁTICOS E POR LINGUISTAS BRASILEIROS: QUESTÕES DE NORMA E DE DIVERSIDADE

Fernanda Mello DEMAI
Universidade de São Paulo (Doutoranda)
fernanda.demai@gmail.com

RESUMO: Tomando-se a variação linguística como um fenômeno inerente às línguas naturais, o objetivo deste trabalho é analisar algumas descrições metalinguísticas relativas a essa característica, recolhendo-se como *corpus* as obras dos autores: 1. João Ribeiro e *A língua Nacional*; 2. Celso Cunha e Lindley Cintra e a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*; 3. Joaquim Mattoso Câmara Jr. e *A Estrutura da Língua Portuguesa*; 4. Evanildo Bechara e a *Gramática Escolar da Língua Portuguesa*. A variação pode ser fruto de mudanças preponderantemente linguísticas (fonológicas, morfológicas, gráficas, lexicais, sintáticas), bem como pode decorrer de fatores considerados extralinguísticos (diferentes espaços temporais, geográficos, sociais e de discurso - as variantes chamadas diassistemáticas). Na verdade, essa distinção é metodológica, visto que, por exemplo, uma variação regional pode originar uma variante lexical. Julga-se importante a classificação das variantes diassistemáticas para a busca de uma abordagem sociolinguística, longe de uma visão monolítica da língua e da norma-padrão. Após a leitura das obras selecionadas, foram extraídas as proposições relacionadas à variação, as quais são contrapostas a teorias linguísticas como as de Eugenio Coseriu, de Mário Vilela, de Maria Teresa Cabré, de Ieda Maria Alves e de Isabel Desmet. Como resultados, serão apresentadas as tipologias de variação linguística, sistematizadas pelos autores do *corpus*, os quais tratam desde vocábulos isolados até o que denominam "dialetos", "variantes", "estilos" e "normas". Além disso, serão analisados alguns casos de sinonímia, de parassinonímia (quase-sinonímia) e de polissemia, tendo em vista as interseções entre esses conceitos e a ideia de variação.

PALAVRAS-CHAVE: Variação linguística; Variantes diassistemáticas; Normas linguísticas; Sinonímia; Polissemia.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS E PROPÓSITOS

A variação linguística é um fenômeno inerente às línguas naturais, tanto no que concerne à língua geral, como no que se refere às terminologias das diversas áreas técnicas e científicas.

A variação, como processo, dá origem às variantes, seus produtos, consideradas expressões semelhantes, quase idênticas do ponto de vista semântico, ou com alguma interseção semântica, que podem ou não ser substituídas entre si, dependendo das coerções de cada contexto.

A variação, no entanto, não foi sempre aceita como "natural", no âmbito das ciências da linguagem, como nas subáreas da Filologia, da

Gramática e da Linguística. Ainda não o é totalmente. Há resistência e repressão teórica, as quais partem, na maioria das vezes, das próprias esferas normalizadoras, que detêm o poder de padronização. Também as noções – e as prescrições – de “certo”, de “errado”, de “bonito”, de “feio” contribuem para uma renitência em relação à aceitação das visíveis variações linguísticas.

Assim, a(s) variante(s) seria(m) uma “mesma” palavra, ou um “mesmo” termo, com algumas alterações, justamente a variação, de ordem propriamente linguística (fonológica, morfológica, gráfica, lexical, sintática), além da variação decorrente de fatores considerados extralinguísticos (variantes originadas de diferentes espaços temporais, geográficos, sociais e de discurso). Este último tipo de variação constitui-se no foco deste trabalho.

Desse modo, propõe-se neste artigo analisar alguns aspectos da transformação histórica da ideia de variação linguística e de norma nos estudos filológicos e linguísticos brasileiros, tomando-se uma amostragem composta pelos autores: 1. João Ribeiro; 2. Celso Cunha e Lindley Cintra; 3. Joaquim Mattoso Câmara Jr.; 4. Evanildo Bechara.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLOGIA

Para o âmbito deste trabalho, partiremos da classificação de **variantes linguísticas diassistemáticas nos subtipos: variantes diacrônicas, variantes diatópicas, variantes diastráticas e variantes diafásicas**. Tais variantes resultam essencialmente de condições ditas extralinguísticas, como as geográficas, temporais e sociais.

As variantes diacrônicas são as variantes em vários *chronos*: *chronos 1*, *chronos 2...chronos n.*, nos diferentes “tempos”, épocas:

[...] Com efeito, também no estado de língua está implícita uma dimensão diacrônica, porque os falantes consideram certas formas e construções como antiquadas ou, ao contrário, como recentes e, quando as usam, levam em conta esses valores para dar aos seus discursos um sabor de arcaicidade ou modernismo (COSERIU, 1980, p.106).

Nas variantes diatópicas são considerados os *topos 1*, *topos 2*, *topos 3*, *topos n...* – a variação linguística nos diferentes lugares, de acordo com as “diferenças no espaço geográfico” (COSERIU, 1980, p.110).

Segundo Vilela, as variantes diatópicas são comumente designadas por

dialetos (e falares) referem diferenças que incluem a fonética (por exemplo, a monotongação dos ditongos *ei - e*, *ou - o*, mais acentuada no Alentejo) e léxico (*reco/porco/ bode/chibo*; *borrego/ carneiro*, *anho/ cordeiro/ javali/ porco do monte* etc.) (VILELA, 1980, p.183).

Além da variação diacrônica, que pode estar ligada ao estilo do falante (quando este conhece duas ou mais formas para o mesmo conteúdo e escolhe uma delas de acordo com o contexto em que o seu discurso está inserido), existe a variação diatópica, que carregaria menos traços estilísticos e sim traria as marcas do discurso de uma região, as variantes consagradas pelo uso de determinado *topos*. São exemplos de variantes diatópicas: "angu" (MG)/ "polenta" (SP); "gerimum" (NE)/ "mogambo" (MG) / "abóbora" (SP).

As variantes diastráticas são frutos das diferenças entre *stratum 1*, *stratum 2*, *stratum 3*, *stratum n*, definidas por Coseriu como "diferenças entre os estratos socioculturais da comunidade linguística" (COSERIU, 1980, p.111). Para este autor, não apenas as comunidades em que há castas rigidamente estabelecidas e respeitadas, como na Índia antiga, mas também "nos dias de hoje" (esta obra a que nos referimos é de 1980) há distinção entre o falar "culto" e o falar "vulgar" ou "comum" – como exemplo, o autor cita línguas como inglês, francês, espanhol, italiano, nas quais ocorre essa distinção entre "popular"/ "culto", campo em que as escolhas apenas podem ser feitas pelos falantes que conhecem e distinguem os dois tipos de falar – tais falantes poderão usar os eventuais parassinônimos de acordo com o contexto, com a situação, dependendo de vários fatores, como seu(s) interlocutor(es), o grau de formalidade da situação, suas intenções discursivas (de persuasão, por exemplo). Os usuários da língua que não distinguem os dois tipos de falar não conseguem aplicar diferentes formas de acordo com o contexto e, muitas vezes, sofrem o estigma de sua condição social desprivilegiada, inexoravelmente exposta pelas variantes de que se utilizam.

As variantes lexicais diafásicas são resultantes da diferença, de acordo com Vilela, que "comumente se designam por língua corrente, língua familiar, língua feminina, língua política etc. (VILELA, 1980, p.183). Este autor cita os exemplos: "breca/ caimbra, giro/ bonito, compincha/ amigo / camarada, amigar-se/ amantizar-se etc. (VILELA, 1980, p.183). Coseriu destaca diferenças diafásicas entre "língua falada e língua escrita, entre língua usual e língua literária, entre um modo de falar familiar e um modo 'público' (ou, eventualmente solene), entre linguagem corrente e linguagem cerimoniosa etc." (COSERIU, 1980, p.111) – o contexto determina as escolhas dos falantes – os que têm a possibilidade de escolher um "estilo" e usá-lo em seu discurso, de acordo com o que consideram adequado ou não às situações de formalidade/ informalidade.

Coseriu, com suas proposições, defende a noção de "norma" como elemento que faz o intermédio entre a língua (social) e a fala (individual). A norma, como "realização normal do sistema" (língua), constitui-se em padrão, em um aparato convencional. O sistema é o todo de possibilidades; nele não há restrições; os vocábulos são polissêmicos, as regras de afixação são menos restritivas, as combinações estilísticas são aceitáveis, bem como todas as possibilidades de neologia, de empréstimos de outras línguas e de outras áreas do conhecimento. A fala é um ato, uma atualização linguística, determinada por fatores também extralinguísticos, além de ser direcionada pela norma vigente no grupo sociolinguístico e cultural.

O fenômeno da variação linguística promove a criação e a instituição de normas, muitas vezes opostas à norma-padrão. Nas palavras de Coseriu, "a norma é, com efeito, um sistema de realizações obrigadas, de imposições sociais e culturais e varia segundo a comunidade" (COSERIU,

1987, p.74). Nessa perspectiva, as variantes linguísticas diassistemáticas podem ser parassinônimos, ou quase-sinônimos, ou seja, dois ou mais itens lexicais que guardam uma identidade semântica parcial, os quais se reconhecem pela possibilidade que têm de se substituírem apenas em certos contextos. (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p.427). Os chamados desvios de norma ocorrem justamente pela transposição de variantes a contextos sociolinguísticos desconexos, por desconhecimento, por falta de escolaridade ou, em alguns casos, devido à adoção de estilos por parte dos usuários da língua.

Adotaremos, também, como contraponto, as proposições de Maria Teresa Cabré no que diz respeito à variação e suas relações com a sinonímia, tendo em vista que esta linguista postula a variação tanto para o âmbito da sinonímia (formas alternativas de denominação do mesmo conceito), como da polissemia (abertura significativa de uma mesma forma). Assim, para a autora, a sinonímia seria uma variação denominativa, ao passo que a polissemia, uma variação conceitual (CABRÉ, 1999, p.85).

Alves e Desmet (2004) analisam a variação denominativa do ponto de vista da instabilidade linguística: duas ou mais denominações para um conceito coexistem quando ainda não há uma única forma-padrão estabelecida. As autoras relacionam a variação denominativa à neologia, pois essa diversidade de expressões geralmente apresenta inovações, tanto no âmbito do significado como em relação ao significante. Trataremos dessa coocorrência de denominações para um mesmo conceito de uma perspectiva sincrônica – apesar de a maioria de nossos exemplos pertencerem a um recorte histórico distante do atual.

Em relação à neologia, os itens analisados apresentaram inovações de forma e de conteúdo, quando de seu estabelecimento e, ainda de acordo com Alves e Desmet (2004), o próprio fato de haver variação está intrinsecamente ligado à existência da neologia.

Fizemos essas distinções e essas opções teóricas tendo em vista as constantes interseções entre as definições e os conceitos de variação e de sinonímia, de parassinonímia, de polissemia e, ainda, de neologia.

As variantes diassistemáticas podem ter a função de parassinônimos, de acordo com a classe de contextos. Já as variantes propriamente linguísticas, como as fonológicas, as morfológicas e as gráficas, quase sempre em desacordo com a norma-padrão, muitas vezes não são aceitas em contextos mais formais, constituindo-se nas chamadas "formas não-preferenciais", até mesmo dicionarizadas e elencadas em gramáticas sob esse rótulo.

A partir dessas distinções, faremos uma análise comparativa de descrições do fenômeno variação linguística constantes de obras de alguns estudiosos da língua portuguesa no e do Brasil.

Buscaremos recuperar traços históricos das exposições relativas ao conceito de variação em obras metalinguísticas do português do Brasil, com o intuito de verificar a recorrência dessas considerações teóricas, não obstante o distanciamento diacrônico – e até mesmo geográfico – dessas análises.

Devido à brevidade deste trabalho, foi eleita uma obra de cada autor, com a utilização dos critérios de: a. representatividade (uma obra que marcou a produção de seu autor e que deu origem a estudos de outrem); b. atualidade (não obstante algumas obras serem antigas, são ainda utilizadas como fontes e como temas de estudos metalinguísticos); c. consistência

teórica (todos os textos recolhidos propõem-se a sistematizar teorias linguísticas).

EXPOSIÇÃO E ANÁLISE

JOÃO RIBEIRO E A LÍNGUA NACIONAL

João Ribeiro foi um ilustre filólogo, polígrafo e humanista brasileiro que, de seus 84 anos de vida, 60 foram dedicados aos estudos da língua e da linguagem. Estudou e escreveu com propriedade a respeito das ciências: História, Geografia, Sociologia, Psicologia, Estética, Arte, Antropologia, Filologia, Linguística, conforme o prefácio laudatório de Antônio Houaiss ao livro *A língua Nacional* (edição de 1979, utilizada neste estudo).

A primeira edição do livro em questão data de 1913 e constitui-se em um exemplo de crítica metalinguística à apropriação e à descrição dos brasileirismos na língua portuguesa.

É marcante a inquietação intelectual de João Ribeiro em relação à existência de polissemia: "Como explicar a passagem e a transição de um sentido a outro?" (*op. cit.*, p.103). Assim, a chamada "variação conceitual" esteve no rol de estudos de João Ribeiro.

Para o autor, ocorreu a passagem da idealização de monossemia (da Europa) para a polissemia (no Brasil), havendo equívocos dos portugueses ao tentarem se apropriar dos significados dos brasileirismos. João Ribeiro destaca a "confusão" entre vocábulos africanos e indígenas e suas etimologias no estudo dos brasileirismos. Nas palavras do autor sobre a polissemia – "feição curiosa, e todavia vulgaríssima, é a alteração de sentido sempre cambiante com a mudança do meio e *habitat* das palavras [...] resultado inevitável do transporte do vocabulário de origem" (*op. cit.*, p.102) e, ainda sobre a homonímia – "do mesmo passo aos que estudam e investigam a etimologia não raro é presentear-se um ou outro vocábulo que condensa, sob uma única expressão, como se fora uma frase, vários sentidos de origens diferentes. (*op. cit.*, p.102)

Podemos destacar alguns dos muitos exemplos expostos por João Ribeiro em *A língua Nacional*, conforme segue.

Em **Mofina** – "o vocábulo mofina achou singular destino e adequou-se à nova expressão, sob o céu da América" (*op. cit.*, p.102). Em suas origens, 'mofina', em língua portuguesa, significa "desgraça, infortúnio constante e má sorte". Já no Brasil, a palavra ganhou um novo significado: "publicações anônimas afrontosas que, segundo nosso péssimo costume nacional, se imprimem na parte editorial das gazetas [...]"; "pôr uma mofina", "mofineiro". João Ribeiro ressalta o caráter polissêmico: "A mofina brasileira foi adquirindo com o tempo uma enorme variedade de sentidos e aplicações: não é singelamente o artigo anônimo ou ineditorial; nem só o insulto, era mais propriamente (ou pelo menos era o sentido primitivo) a denúncia de um crime, concussão ou rapina". (*op. cit.*, p.103). O autor analisa a antiga expressão "ponha uma mão de finado", que resultou em "mofina", devido ao folclore europeu de que os ladrões roubavam sepulturas para obter um talismã: um braço ou mão de defunto.

João Ribeiro trata a homonímia pela expressão "disparidade de sentidos" (*op. cit.*, p.123), o que também se configura em variação conceitual, visto que as 'mesmas' palavras ou expressões acabam adquirindo sentidos totalmente diferentes, considerando-se os vários estágios de polissemia em uma perspectiva diacrônica.

Em "**Quilombo, mocambo**" - houve uma "extensão de sentido" - quilombola é forma resultante de uma palavra de origem banto-africana que recebeu o sufixo tupi *-ora*. Houve ressignificação de quilombo (reunião de negros escravos) para bordel, tendo em vista a existência de "mucama" no sentido de escrava sexual, amásia (*op. cit.*, p.110).

Já "**Alarife**" constitui-se em um "brasileirismo, de uso do Rio Grande do Sul, e de todo desconhecido no resto do país" (*op. cit.*, p.122), com a acepção de "arquiteto ou mestre de obras" (Hist. De Mequínez por Fr. Diogo Garcez. Castel, p.36). Já no *Vocabulario* de Romaguera, define-se como "finório, esperto, ladrão ou bandido" - retratando a realidade da fronteira com a Argentina (*apud* RIBEIRO, 1979).

João Ribeiro explica o que chama de "translação de sentidos" - "alarife" era não o "construtor", mas o "juiz ou fiscal da construção", sendo talvez o autor do plano. Logo, "alarife" significa "esperto, vivo, sutil", o que satisfaz as duas acepções homonímicas - "construtor" e "ladrão" (*op. cit.*, p.124).

A expressão "**É tempo de murici, cada um cuide de si**" - representa "o egoísmo dos homens em situações difíceis". "Murici" é uma "planta das terras agrestes e fracas, que não assinala nenhuma calamidade, nem é venenosa". Mas há a variante indiana *morexi*, que significa cólera, é o nome indiano para *cholera-morbus* - daí a expressão popular fazer sentido, significando a doença temível. (*op. cit.*, p.125).

Em "**Olhos de sapiranga**" há referência a "olhos encarniçados, vermelhos ou inflamados". É uma forma redundante, em termos diacrônicos, pois "sá" já significa "olhos" em tupi, e "piranga" - vermelhos - *eçá-pirang* (*op. cit.*, p.128). Outras variantes de "sapiranga": olhos de sapiranga, olhos de sapiroca, ojos de sapirá (*op. cit.*, p.129).

Já "**Noruega**" diz respeito a terrenos chamados "da Noruega - são os que em regra não recebem mais que algumas horas de sol por dia" e nada tem a ver com "vento frio", segundo outras acepções. (*op. cit.*, p.137).

Dessa forma, João Ribeiro tratou a polissemia e a homonímia nas expressões idiomáticas de origens portuguesa, africana e indígena. O importante filólogo não se utilizou desses termos, mas foi esse o foco de nossa análise: uma sistematização do estudo da multiplicidade de sentidos em *A língua nacional*, de João Ribeiro, ou seja: a variação conceitual, conforme Cabré (1999).

Constituem-se em metalinguagens totalmente diferentes, uma de um filólogo brasileiro que escreveu e editou gramáticas já na década de 1880, outra de uma autora da década de 1990, nascida na Catalunha. Propositamente foram escolhidos textos distanciados no tempo e no espaço, para a tentativa de demonstração de uma convergência conceitual, o que pode vir a comprovar "realidades linguísticas", fenômenos linguísticos atestados.

Em relação à tipologia de variantes linguísticas diassistemáticas, podemos classificar esses exemplos recolhidos na obra de João Ribeiro como representantes das modalidades de variação diatópica e diacrônica,

visto que o autor discute a transposição de sentidos do colonizador europeu (Portugal) para o colonizado americano (Brasil), e também no sentido inverso, além do distanciamento temporal (diacrônico – várias gerações de usuários da língua portuguesa foram necessárias para a completa alteração de sentidos, o que gera a homonímia).

No que tange à criação lexical, essas apropriações linguísticas, comentadas por João Ribeiro, foram realizadas de acordo com os princípios da neologia, como é tradicionalmente estudada, notadamente no que diz respeito às formas de criação, de ressignificação e de "empréstimo linguístico", no caso empréstimo da colônia (Brasil) para o colonizador (Portugal).

CUNHA & CINTRA E SUA NOVA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO

A obra recolhida, *A Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de 1985, é fruto de uma parceria entre Celso Cunha (filólogo e gramático brasileiro, de vasta produção acadêmica e científica) e Luís Filipe Lindley Cintra (português, filólogo e linguista de renome).

Os autores engajaram-se na difícil tarefa de sistematizar a língua portuguesa, ou melhor: a "hiperlíngua", tendo em vista suas normas brasileira, portuguesa e africana (LEITE, 2006, p.30).

O conceito de hiperlíngua de Auroux (*apud* LEITE, 2006, p.30) refere-se a um nível de neutralização de diferenças gramaticais, em determinado espaço-tempo. Assim, as citadas normas intercontinentais da língua portuguesa puderam ser descritas em um único instrumento linguístico, com bastante esforço científico dos autores, com alguma deferência em relação a uma ou outra norma, mas há uma gramática da hiperlíngua portuguesa atual, moderna, passível de estudo linguístico em relação à variação.

Em relação às variantes linguísticas propriamente ditas, Cunha e Cintra as reconhecem em suas configurações nos níveis fonético, fonológico, morfológico e sintático. Quanto às variantes diassistemáticas, os autores distinguem apenas:

1. **as variantes diatópicas**, "falares locais, variantes regionais e, até, intercontinentais" (*apud* LEITE, 2006, p.1-3). Assim os autores acabam referindo-se ao próprio trabalho de sistematizar a hiperlíngua portuguesa transcontinental;

2. **as variantes diastráticas**, "nível culto, língua padrão, nível popular etc. (*op. cit.*, p.33). Aqui os autores fazem menção aos usos e aos valores sociais da utilização da língua, julgando necessário aos linguistas estabelecer quais são as "variedades cultas", "o que é de emprego obrigatório, o que é facultativo, o que é aceitável, o que é grosseiro, o que é inadmissível; ou, em termos radicais, o que é e o que não é correto" (*op. cit.*, p.33). Novamente os autores assumem a responsabilidade sobre o que é ou não correto, ou seja: o que se refere à norma de prestígio em uma determinada sociedade;

3. **as variantes diafásicas**, "língua falada, língua escrita, língua literária, linguagens especiais, linguagem dos homens, linguagem das mulheres etc." (*op. cit*, p.33). Aqui os autores reconhecem as diferenças em relação às escolhas (estilo) dos falantes, também de acordo com as coerções sociais, ou com as imposições dos gêneros textuais ou dos próprios grupos linguísticos, mas assumindo-se um direcionamento mais pessoal por parte dos falantes ou escritores que têm domínio/ conhecimento de mais de uma norma, a ponto de se poder determinar as características de um estilo próprio.

Cunha e Cintra não fazem alusão às variantes diacrônicas, talvez por priorizarem uma descrição sincrônica de língua, além do fato de que, realmente, as dificuldades diatópicas de uma descrição linguística de três continentes são preponderantes.

Para finalizar este item, em relação às diferenças das normas da língua portuguesa em Brasil e em Portugal, apesar de certas atitudes ainda prescritivistas e normativistas, a gramática de Cunha & Cintra admite essa variação diatópica transcontinental. Especificamente em relação à questão da colocação pronominal, afirmam os autores "é urgente afastar a ideia de que a colocação brasileira é inferior a que os portugueses observam". (*op. cit*, p.48). Assim, mais amarras linguísticas, obnubiladas quanto ao fenômeno da variação, estão caindo de nossos manuais gramaticais mais importantes e mais utilizados, o que é uma vitória para a honestidade e para a eficiência da Linguística e da Filologia.

JOAQUIM MATTOSO CÂMARA JR. E A ESTRUTURA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Joaquim Mattoso Câmara Júnior, filólogo e linguista que introduziu a Linguística no Brasil, teve vasta produção e atuação em diversificados níveis da linguagem humana: Fonética, Fonologia, Morfologia e Estilística. Trabalhou na perspectiva das relações entre homem e sociedade e nas relações entre língua e cultura. Assim, de seus estudos, não poderiam deixar de constar as variantes linguísticas, sua importância, suas causas e suas consequências.

Em relação ao evolucionismo que dominou todo o campo da ciência ocidental do século XIX, Mattoso Câmara Júnior apontou incongruências e optou pelo conceito de "deriva linguística", proposto por Sapir em 1921, como alternativa para o estudo das línguas e de sua transformação social, cultural e linguística. Segundo as palavras do próprio Mattoso Câmara Jr: "aliás, nas próprias ciências naturais sofreu, como sabemos, o princípio da evolução muitas restrições. Numerosos linguistas passaram, assim, a rejeitar uma história evolutiva para as línguas e inclusive o próprio uso do termo evolução em linguística". O termo "deriva", para explicações das variações linguísticas, é um "conceito neutro", sem juízos de valor, conforme Mattoso Câmara. Em suas palavras, "o dinamismo [da língua] se reflete no campo sincrônico através de flutuações, que são as variantes" e teremos uma "mudança propriamente dita quando essas variações

oferecerem um sentido, entram numa deriva, mediante a qual o que era é abandonado e se passa a ter outra coisa". (CÂMARA JR, 1979, p.2)

Em *A estrutura da língua portuguesa*, obra póstuma e incompleta de Mattoso Câmara Jr., compilada em 1970, ano de sua morte, há referência às variantes diassistemáticas e à noção de norma linguística, temas deste artigo. Foi selecionada a 32ª edição, de 2000, para a exemplificação ora proposta.

Mattoso Câmara Jr. faz uma importante distinção entre *gramática descritiva* e *gramática normativa*: a primeira se ocuparia da descrição sincrônica da língua, sem preocupações normativas, justamente o contrário da segunda, que se preocupa com a descrição e com a sistematização da norma-padrão, ou da norma culta (CAMARA JR., 2000, p.11-21).

Essa separação entre as duas disciplinas garante a autonomia de seus objetos de estudo, não obstante o fato de guardarem relações: são "disciplinas correlatas mas independentes" (*op. cit*, p.15).

Em relação à noção de "norma", Mattoso Câmara assume sua variabilidade social: "a norma não pode ser uniforme e rígida. Ela é elástica e contingente, de acordo com cada situação social específica" (*op. cit*, p.16).

Quanto às variantes diassistemáticas, o linguista em questão aborda os tipos:

dialetos sociais – referem-se à variação da língua na "hierarquia social" (*op. cit*, p.17-21). É o que se chama de variação diastrática, conforme já discutido;

dialetos regionais – referem-se às mudanças linguísticas no espaço, o que também é conhecido por variação diatópica;

registros – referem-se à variação linguística individual – "[a língua] varia ainda para um mesmo indivíduo, conforme a situação em que se acha [...]" (*op. cit*, p.17), o que pode ser enquadrado como variante diafásica;

estilos – referem-se também à variação linguística individual ou diafásica, são fruto da "exploração estética da linguagem", visando a uma maior expressividade (*op. cit*, p.19).

Assim, Mattoso Câmara Jr. elenca uma tipologia de variantes, a fim de demonstrar sua existência e os fatores que as condicionam. Todavia, afirma ser necessário o tipo de gramática que defende um padrão de língua: "a gramática normativa tem o seu lugar e não se anula diante da gramática descritiva" (*op. cit*, p.15).

Ressalta-se, finalmente, que Mattoso Câmara Jr. foi uma personalidade que parece ter buscado a liberdade de pensamento e de ação, com embasamento teórico sólido e persistência nos estudos e na dedicação às ciências da linguagem.

Evanildo Bechara é um importantíssimo professor, filólogo e gramático brasileiro. Suas produções são destinadas a estudantes, profissionais e estudiosos da língua portuguesa. Para o *corpus* deste trabalho, foi escolhida a *Gramática Escolar da Língua Portuguesa*, de 2006.

Dessa obra consta uma curiosa distinção entre “gramática descritiva” e “gramática normativa”; para o autor, “a gramática normativa não é uma disciplina com finalidade científica e sim pedagógica”, que tem como objetivos “elencar os fatos recomendados como modelares da exemplaridade idiomática para serem utilizados em circunstâncias especiais de convívio social” (BECHARA, 2006, p.15).

Apesar dessa discutível premissa de separação de ciência e ensino, que talvez não seja tão adequada, visto que o ensino deve ter caráter científico, e considerando que os professores devem estar “atualizados” em relação às novas teorias e práticas linguísticas, elegeu-se essa obra para compor o *corpus* de análise do presente trabalho.

Bechara, na gramática em questão, tece alguns “fundamentos da teoria gramatical”, título da parte I. Nesses primeiros conceitos, expõe a tese dos juízos de valor em relação às diferentes normas linguísticas: “aspectos de juízos de valor devem merecer especial atenção do falante nativo, bem como do linguista e do gramático” (*op. cit.*, p.12).

É interessante abordar essa sistematização em normas, considerando que a variação guarda estreita relação com as normas linguísticas, especialmente com a norma dita “padrão”.

Bechara distingue:

1. **a “norma da congruência”:** pela qual temos “os procedimentos em consonância com os princípios do pensar, do falar com sentido, autônomos ou independentes dos juízos que se referem à língua particular e ao texto”(*op. cit.*, p.12). Com essas proposições, Bechara comenta as possibilidades de variação de sentido, como o uso de metáforas. O autor cita o exemplo de “Tudo vai bem entre nós como dois mais dois são cinco” para exemplificar a asserção da anulação metafórica, procedimento pelo qual há variação de sentido (polissemia), que anularia um sentido padrão. A própria metáfora constitui-se em variação conceitual, pois a uma mesma expressão são acrescentados significados diferentes.

2. **A “norma da correção”:** “a conformidade de falar (em) uma língua particular segundo as normas de falar historicamente determinadas e correntes na comunidade” (*op. cit.*, p.12). Nesse item, Bechara admite a existência de “mais de uma norma de correção” para o português do Brasil” (*op. cit.*, p.12), devido à existência de “várias línguas comunitárias” na constituição do português como língua histórica. Sob esse aspecto, considera-se que Bechara está admitindo a existência das variantes geográficas e das variantes diastráticas.

3. **A “norma da adequação”,** pela qual levam-se em conta o “falante”, o “destinatário”, o “objeto” ou a “situação”, “(*op. cit.*, p.13), ou seja, os elementos discursivos ou expressivos que, segundo o autor, são mais complexos que os relativos à correção ou à congruência geral dos textos. Assim, Bechara está admitindo as variantes em âmbito discursivo,

para além da estratificação das leis gramaticais ou da "norma da congruência", para utilizar suas próprias palavras.

Ainda em relação ao juízo de valor, Bechara destaca que "cada língua funcional tem sua própria correção, já que se trata de um modo de falar que existe historicamente" (*op. cit.*, p.14), e, para exemplificar, diz serem corretas as formas "Hoje é cinco" ou "Cheguei no trabalho", apesar do fato de que não fazem parte da chamada "língua exemplar" ou "norma-padrão" - seriam variantes diastráticas, provindas de diferentes camadas sociais, com diferentes níveis de escolaridade. Assim, as normas linguísticas condicionam o uso das variantes, fazendo com que possam ser sinônimas apenas em alguns contextos, ou seja, quase-sinônimos.

Bechara cita Coseriu: "pode-se desenvolver dentro da língua comum um tipo de outra língua comum, mais disciplinada, normatizada idealmente, mediante a eleição de usos fonético-fonológicos gramaticais e léxicos como padrões exemplares a toda a comunidade e a toda a nação, a serem praticados em determinadas situações sociais, culturais e administrativas do intercâmbio superior. É a modalidade a que Coseriu chama língua exemplar" (*op. cit.*, p.14).

Bechara, assim, constata as evidentes variações linguísticas e não foge da noção de "juízo de valor", que está atrelada às proposições de Coseriu em relação à variação das normas, de acordo com as comunidades linguísticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim procedeu-se a este sucinto estudo de obras de alguns autores brasileiros, gramáticos, filólogos, linguistas, que se lançaram nas difíceis tarefas de descrever, de sistematizar e de propor teorias relacionadas à língua e à linguagem.

A brevidade deste artigo não permitiu explorações mais densas, apenas as de cunho ilustrativo, como ponto de partida para outros trabalhos.

Foi selecionado um *corpus* representativo de um eixo temporal longo, de 1913, com João Ribeiro, a 2006, com Evanildo Bechara, passando pela produção de Mattoso Câmara Jr. (1970) e a de Cunha e Cintra (1985). Os autores mencionados publicaram diversas outras obras acerca do assunto, além do recorte proposto.

Nesses trabalhos foi pesquisada a abordagem das ideias de variação e de norma(s) linguística(s), a fim de se verificar o posicionamento dos respectivos autores em relação a esses fenômenos.

Conclui-se que todos os autores selecionados admitem e discutem a existência da variação linguística em relação à chamada norma-padrão, seja no âmbito propriamente linguístico (fonológico, morfossintático, lexical ou gráfico), no extralinguístico (variações regionais, temporais, sociais e individuais), na forma (variação denominativa), ou no conteúdo (variação conceitual - polissemia, sinonímia, parassinonímia, metáfora).

Em relação à teorização da "norma linguística", são muito importantes as considerações de Eugenio Coseriu, tendo em vista algumas abordagens sociolinguísticas e de linguística descritiva, pois muitas normas

(as populares, executadas pelos estratos de menor renda e de prestígio social reduzido) são repudiadas pela sociedade dita “cultura”, a qual possui seus padrões de língua.

A existência e a defesa de normas é aceitável, desejável e até indispensável para a vida em sociedade, tendo em vista a impossibilidade de se lidar com a linguagem unilateralmente em nível de sistema ou em nível do falar. O que se torna pernicioso nas sociedades, no entanto, é o preconceito linguístico atestado, verificado e continuado em relação às normas sem prestígio social, sociais, regionais, relativas a faixas etárias e aos gêneros.

Além do nível do léxico, outras estruturas, como a fonológica, a morfossintática e a gráfica também carregam a marca normativa: ou da norma-padrão, ou das normas excluídas. Interessante também é que a escolha do padrão de prestígio, apesar de hierárquica socialmente, mantém dois sentidos: dos mais poderosos para os menos, e vice-versa; assim, cada grupo irá defender sua norma, praticá-la e perpetuá-la até que lhe seja conveniente e necessário.

As normas também prestam-se ao controle do acesso a informações: quem não domina uma norma não tem o alcance relativo aos conhecimentos que lhe são subjacentes; quem tem acesso a uma norma consegue prestígio social e cultural, podendo alcançar padrões desejados na vida comunitária; quem domina mais de uma norma tende a ter mais controle e maior possibilidade de atuação sociolinguística, pode adotar um estilo próprio, o qual não se configura somente em criação, mas também em apropriação deliberada de vários níveis e registros de linguagem, um valioso instrumental da vida em sociedade.

Assim, a rica contribuição epistemológica de Coseriu demonstra uma equação fundamental: a utilização das línguas em comunidades reais, bem como ilustra as possíveis consequências dessa prática, como a exclusão sociocultural. Não é sem fundamento que as ideias desse autor são retomadas por vários filólogos e linguistas brasileiros, conforme apresentado neste trabalho.

Com o reconhecimento dessas relativizações no campo da utilização da língua, como a aceitação da existência da variação em relação à norma-padrão, é possível auxiliar membros de comunidades a compreender e a superar alguns processos de coerção social instaurados por vias linguísticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, I. M.; DESMET, I. **Neologia terminológica e variação geolectal** (português europeu, português brasileiro e francês hexagonal): um projeto de cooperação. Disponível em: <<http://www.realiter.net/spip.php/article211>>. Acesso em: 27 fev. 2009. [2004].

BECHARA, E. **Gramática escolar da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

CABRÉ, M. T. **La Terminología**: representación y comunicación. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada/Universitat Pompeu Fabra, 1999.

CÂMARA JÚNIOR, J. M. **Estrutura da língua portuguesa**. 32 ed. Petrópolis: Vozes, 2000 [1 ed: 1979].

_____. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1979. Disponível em: <<http://acd.ufrj.br>>. Acesso em: 12 mai. 2010.

COSERIU, E. **Teoria da linguagem e linguística geral**: cinco estudos. Rio de Janeiro: Presença, 1987.

_____. **Lições de lingüística geral**. Rio de Janeiro: Editora Ao Livro Técnico, 1980.

_____. CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

GREIMAS, A. J.; COURTÈS, J. **Dicionário de Semiótica**. São Paulo: Cultrix, s/d. Título original: *Sémiotique/Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris: Hachette, 1979.

LEITE, M. Q. A nova gramática do português contemporâneo: tradição e modernidade. **Filologia e Linguística Portuguesa**, 8, p.23-50, 2006.

RIBEIRO, J. **A língua nacional e outros estudos linguísticos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

VILELA, M. **O léxico da simpatia**. Porto: MIC, 1980.

COTEXTO E COCORRÊNCIA: NOÇÕES PARA A ANÁLISE DO SENTIDO LEXICAL EM PERSPECTIVA DISCURSIVA

Mariana Giacomini BOTTA
FCL/CAR (UNESP)/ Université Sorbonne Nouvelle Paris 3 (Doutora)
marianabotta@yahoo.com.br

RESUMO: Ao se conceber o léxico como lugar de interatividade, e o significado lexical como uma unidade sociocultural, conclui-se que o estudo dos elementos do vocabulário deve partir de situações comunicativas reais, o que implica considerar o uso que se faz das unidades da língua. Desta forma, a análise lexicológica do sentido pode ser realizada em perspectiva discursiva, uma vez que busca descrever a maneira pela qual os usuários de uma língua explicitam as opiniões e visões de mundo que são partilhadas por meio do léxico e a partir de estratégias linguísticas e discursivas concebidas socialmente. Parte-se do princípio de que o conhecimento de um grupo social pode ser visto nos discursos por meio da seleção das unidades lexicais que nele são empregadas. Um modelo dialógico da enunciação, como o proposto por Moirand (2006), considera o estatuto dinâmico das lexias de um vocabulário, vistas ao mesmo tempo como constituintes e como difusoras da consciência social de uma época. Por levar em consideração a sequência discursiva, com suas características intratextuais, intertextuais e interdiscursivas, num primeiro momento, tal análise tem como foco o funcionamento das palavras no intradiscorso. O estudo dos cotextos verbais, nominais e preposicionais das unidades objetiva a obtenção de dados sobre seu comportamento na cadeia sintagmática. Pretende-se, assim, mostrar como o estudo das coocorrências pode colaborar para a análise do sentido lexical.

PALAVRAS-CHAVE: Lexicologia; Análise do discurso; Vocabulário político-militar; Imprensa; Século XVIII.

INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é tratar de duas noções que podem ser utilizadas na realização de uma análise do sentido lexical em perspectiva discursiva: o cotexto e a coocorrência. Ela se baseia no estudo do léxico usado na narração de notícias no século XVIII, que integram o primeiro jornal impresso periódico em língua portuguesa: a *Gazeta de Lisboa*.

Como objetiva o estudo do conteúdo de um vocabulário, essa pesquisa é orientada pelas teorias da Semântica Lexical. Os elementos do vocabulário são considerados do ponto de vista de sua produção nas situações comunicativas, o que demanda a perspectiva discursiva, uma vez que se considera o estatuto dinâmico das unidades lexicais, vistas ao mesmo tempo como constituintes e como difusoras da consciência social, dos recortes culturais de uma época.

O modelo dialógico da enunciação, que articula a noção de dialogismo de Bakhtin, considerando a relação do discurso com o pensamento, com a cultura e com a experiência humana, e as noções de interdiscurso, intradiscurso e de memória discursiva, da Análise do Discurso de linha francesa, complementa neste trabalho as teorias e métodos da Lexicologia. Nesse modelo, considera-se que o sentido linguístico é duplamente determinado: no intradiscurso e no interdiscurso. As construções discursivas revelam traços da interdiscursividade (verificados nos fios verticais do discurso, os discursos transversos) que se inscrevem nas palavras, nas construções, nos dizeres, e são recuperáveis na ordem do discurso (o fio horizontal, o intradiscurso).

Por meio da análise de elementos do cotexto e das coocorrências, busca-se identificar as estratégias linguísticas e discursivas utilizadas para exprimir o conteúdo ideológico por meio das unidades lexicais. Considera-se que tais estratégias são concebidas socialmente e que é por meio delas que os usuários de uma língua explicitam as suas opiniões e visões de mundo partilhadas por meio do léxico.

Entende-se que a significação é um processo de sedimentação do sentido na língua, através de regularidades contextuais, ou seja, que o significado é a soma dos empregos (distribuições) das unidades. Dessa forma, as recorrências relacionadas aos usos das unidades podem ser identificadas pela observação das práticas linguísticas e discursivas.

De acordo com Chiss, Filliolet e Maingueneau (2001, p.120), as palavras usadas nos discursos são unidades léxico-sintáticas, que atuam tanto no eixo paradigmático das associações, quanto no eixo sintagmático das combinações. Observadas em seus funcionamentos argumentativos, elas carregam traços de conflitos sociais, políticos e culturais.

Lexicologia, gramática e semântica são áreas interligadas e que se baseiam umas nas outras, pois há uma transição gradual entre os níveis. Como há um paralelismo entre os planos sintático e semântico, o léxico deve ser pensado e representado como uma combinatória. A estrutura linguística é a junção entre o que é da ordem da língua e o que é da ordem da formação discursiva, e o elemento ideológico e cultural assinala-se a cada manifestação discursiva concreta.

Não apenas as coocorrências, mas o comportamento sintático das unidades nos discursos pode revelar dados que compõem seus significados. Ao tratar da ligação entre a lexicologia, a gramática e semântica, Togeby (1965, p.4) afirma que esses domínios são ligados e se baseiam uns nos outros, pois há uma transição gradual entre eles.

Cada palavra [...] é descrita a partir de suas combinações possíveis ou impossíveis com as outras da língua. É preciso, então, representar o léxico como uma enorme combinatória, dando as regras dessa rede que reúnem, na cadeia falada, os diferentes morfemas entre si (TOGEBY, 1965, p.4, tradução nossa).

O INTRADISCURSO

Nos estudos lexicais, observa-se que certas práticas e associações no ambiente léxico-sintático das unidades parecem ser mais recorrentes que outras, e algumas destas práticas e associações são constituintes dos significados das palavras. Tal constatação é confirmada quando Benveniste (1995, p.290) considera a totalidade dos empregos, a distribuição e os tipos de associações como constituintes dos sentidos de uma palavra. Também a confirmam Guiraud (1972, p.18-19 e 27-37), para quem os sentidos dependem das relações de uma palavra com as outras que aparecem no mesmo contexto, e Rio-Torto (2006, p.2), ao afirmar que a caracterização e o funcionamento de uma palavra são articulados em diferentes dimensões complementares: funcionais, gramaticais e lexicais, paradigmáticas, sintagmáticas e discursivas.

Os autores acima citados aceitam a ideia de que os elementos que se encontram na sequência textual, na linearidade da estrutura discursiva, são constituintes do sentido lexical. Percebe-se, assim, que o intradiscorso, que pode ser representado como o eixo horizontal do discurso, contém elementos importantes para a apreensão do sentido, esses relacionados à história e a outros momentos discursivos.

O conceito de intradiscorso é ligado ao de interdiscorso, esse representando o eixo vertical do discurso, de ordem paradigmática. Portanto, intradiscorso e interdiscorso são conceitos relacionados a diferentes níveis da articulação dos enunciados: o intradiscorso é visto como o nível da formulação, que difere, segundo Courtine (1981, p.0-41), do nível da enunciação, que é o interdiscorso.

O intradiscorso é o "discurso como estrutura" e compreende a descrição e os efeitos que as marcas léxico-sintáticas operam na sequência discursiva. Esse "nível da sequência discursiva concreta" é, para Foucault (1969, p.100), formado por elementos que apresentam uma "coerência visível".

Para Pêcheux (1975, p.178), há sob o texto uma realidade planejada, que faz parte de um "funcionamento ideológico" prévio. Ao analista cabe verificar o itinerário instaurado pelo processamento dos efeitos de sentidos e apreender-lhe o ideológico preso à realidade desenvolvida durante o agrupamento das enunciações nos enunciados.

Na análise das palavras em discurso, o intradiscorso será considerado por meio da recorrência e repetições de ideias e também numa dimensão reduzida, no cotexto, o entorno das palavras nos textos, pois, segundo Veniard (2007, p.133-134), a semântica discursiva postula que o sentido das palavras não se reduz às palavras em si, mas é elaborado à partir de sua inscrição em discurso.

O COTEXTO E AS COCORÊNCIAS

Ver a palavra em discurso implica analisá-la na cadeia sintagmática e supõe um ato de enunciação de um sujeito. A análise da palavra em discurso permite abordar a palavra na língua, pois a significação é um processo de sedimentação do sentido, que acontece por meio de regularidades contextuais que acompanham as palavras nos textos.

As relações que as palavras entretêm em um determinado contexto são mais associativas que estruturais e se manifestam no ambiente em que se encontram. Portanto, sempre existe a possibilidade de uma tendência de especialização léxico-semântica da palavra, que pode ser verificada por meio das coocorrências estatísticas. As coocorrências são unidades textuais que têm forte tendência a serem encontradas no mesmo ambiente (vizinhança) da unidade.

Entende-se que os elementos sintáticos, lexicais, morfológicos e fonológicos regem a formação dos sintagmas, permitem ou impedem a substituição em paradigmas e limitam e/ou restringem a utilização dos lexemas dentro de diferentes contextos, por meio das regras impostas pelo sistema estruturado da língua, com a finalidade de atingir a função comunicativa da linguagem. Segundo Pottier (1992, p.35), uma lexia produz pressões semânticas e sintáticas sobre seu entorno, relacionadas a retificações, seleções, afinidades, etc.. Por isso, mostra-se necessária para a análise aqui proposta a consideração do cotexto, uma dimensão reduzida do intradiscorso, conjunto formado pelos elementos que estão no entorno de uma palavra e que revela as práticas sociais associadas a ela, deixando transparecer as associações lexicais preferenciais.

O cotexto integra a dimensão intratextual e intradiscursiva e, para Cusin-Berche (1997, p.142), seu estudo permite alcançar o sentido das palavras, pois ele serve como revelador semântico e indicador contextual. Essa autora afirma que a verificação dos verbos associados às palavras nos contextos de uso ajudam a recuperar os traços semânticos que as compõem. Para ela, o sentido das unidades está na língua e é ele que determina seus empregos, mas a análise dos usos é uma forma de acesso ao sentido da unidade, que é condicionado pelo sistema lexical.

Segundo Branca-Rosoff (2001, p.48), a análise do cotexto frástico da palavra permite estudar, além das associações preferenciais, as formulações mais sedimentadas na língua. Permite, ainda, reconstruir as matrizes de sentido, relacionadas à produção e ao enraizamento dos traços distintivos ao longo do tempo.

Como algumas práticas linguísticas podem tanto refletir quanto integrar práticas sociais, o cotexto pode ser concebido, segundo Veniard (2007, p.134), como um índice de representações sociais que acompanham a palavra nos discursos, relacionado ao sentido que essa adquire. Ao se propor a pesquisa de traços de discursos anteriores ligados às memórias coletivas ou à história, entende-se que tais traços integram o sentido das unidades e se pressupõe a existência de um referente disponível na realidade e ao qual a língua se refere.

EXEMPLO DE ANÁLISE: A UNIDADE ASSALTO NO CORPUS DA GAZETA DE LISBOA

Pouco frequente no *corpus*, com apenas cinco ocorrências, a unidade lexical **assalto** apresenta em seus empregos certas recorrências que revelam práticas linguísticas e discursivas a ela ligadas, como pode ser visto nos seguintes excertos:

(1) [...] se soube depois, que os turcos deraõ diferentes **assaltos** aquella fortaleza [...], mas que em todas estas occasioens foraõ rebatidos com grande perda sua. (Fonte: Veneza, Itália. GDL, 5/10/1715).

(2) [...] os Hespamhois na noite de 10 para 11 deste mez deram tres **assaltos** a algumas obras exteriores daquella Praça, mas de todos foram rechaçados com perda. (Fonte: Como, Itália. GDL, 06/10/1735).

(3) [...] fez avançar as suas tropas, e ganhar a Cidade por **assalto**; porém foy rechaçado, e se retirou da empreza com perda. (Fonte: Constantinopla, Turquia. GDL 06/04/1745)

No *corpus* da *Gazeta de Lisboa*, a palavra assalto é empregada exclusivamente em textos que narram acontecimentos militares. Verifica-se a existência de duas práticas linguísticas principais relacionadas a essa unidade:

Fazer algo de (por) assalto = repentinamente, surpreendendo o adversário;
Fazer (dar) um assalto = um ataque.

A análise léxico-semântica dessa unidade tem início com a verificação das definições encontradas nos dicionários da época:

Bluteau – violento concurso de inimigos e empregos de armas ofensivas, para render (dar assalto a uma praça).

Moraes – cometimento repentino; tomar logo no primeiro ataque, sem fazer sitio; ataque repentino de feras ou ladrões aos que passam ou a um arraial.

Elementos do cotexto, como as coocorrências, apontam algumas práticas discursivas, que podem complementar os sentidos dados pelas definições encontradas nos dicionários. Em relação aos usos da unidade lexical **assalto**, observa-se que:

a) Em três das cinco ocorrências encontradas no *corpus*, a unidade **assalto** é seguida pelas conjunções adversativas **mas** / **porém**, que introduzem conteúdo que opõe, nega, contraria o que foi afirmado anteriormente.

b) Nos contextos, essas conjunções introduzem comentário de que os autores da ação foram **rebatidos** ou **rechaçados** com **perda**.

c) Nos entornos linguísticos (cotextos) de quatro ocorrências aparece a unidade **perda**.

d) Em quatro das cinco ocorrências narra-se, por parte da situação, uma ação empreendida por seus adversários.

e) O uso dos verbos **rebater**, **rechaçar** e **retirar** indica uma resposta da situação ante a ação dos adversários.

As unidades **rebater** e **rechaçar** são citadas como sinônimas em Bluteau e Moraes: *não admitir algo feito em prejuízo próprio, opor-se, fazer retroceder, resistir, repelir*. Nas ocorrências do *corpus*, percebe-se que com o emprego de **mas / porém**, **rebater / rechaçar / retirar** e **perda** tira-se o mérito da ação descrita anteriormente, que havia sido empreendida pelo adversário.

No *corpus* da *Gazeta de Lisboa*, observa-se que a unidade lexical **assalto** é empregada entre 1715 e 1745, caindo em desuso. Acredita-se que, devido à grande coincidência de semas com **ataque**, ela foi gradativamente sendo substituída por esta, de maior força expressiva e de menor ambiguidade. O dicionário francês *Le Littré* distingue os sentidos dessas duas unidades: “*assaillir, venant de salire, sauter, indique quelque chose de brusque et d'imprévu qui n'est pas dans attaquer*”.

Quanto às relações de significação, a unidade **assalto** pode ser incluída no campo léxico-semântico das unidades que designam ações militares unilaterais, ou seja, que partem de um dos lados envolvidos numa disputa, contra o outro. Também fazem parte desse campo as unidades **acometimento**, **ataque**, **invasão**, **conquista**, **tomada** e **expugnação**¹, todas encontradas no *corpus*. Nesse campo, os semas prioritários que constituem o significado de todas as unidades são [+militar] [+unilateral]. Na maioria dos contextos, as unidades desse grupo podem ser consideradas parassinônimas, mas existem particularidades de emprego.

Por exemplo, as unidades **acometer** e **atacar** são usadas quando o alvo da ação é tanto um local [-animado] quanto uma pessoa [+animado], pois o traço [+de conquista] não é atualizado em todos os contextos.

Na frase: *O capitão veio acometer nossas tropas.*, apenas **atacar** pode ser empregada no mesmo contexto. As unidades **assaltar**, **conquistar**, **invadir**, **expugnar** e **tomar** possuem o sema [+de conquista], que demanda um alvo de ação [-animado]. Porém, em: *Os turcos assaltaram a fortaleza.*, todas as unidades do grupo são intercambiáveis. A comutação também não é possível na frase: *Ele repetiu no dia seguinte o ataque.*, pois somente as unidades **assalto** e **invasão** podem ser empregadas nesse contexto. **Conquista**, **tomada** e **expugnação** são ações que só podem ocorrer uma vez. A alteração do verbo introdutório permite a comutação de todas as unidades: *Ele fez um (novo) ataque*. Essas observações sobre os empregos das unidades mostram que o significado de cada palavra também é constituído nos e pelos contextos em que esta aparece.

Vê-se que as palavras estão sujeitas a restrições combinatórias semânticas, que devem ser consideradas nos estudos sobre o sentido lexical. São essas restrições, apreendidas pelo estudo das coocorrências e de outros elementos do cotexto, que permitem a resolução contextual de ambiguidades e que possibilitam a especialização de uso de algumas unidades. Dessa forma, mostra-se que a perspectiva discursiva é coerente e necessária para a descrição do sentido lexical das unidades em situações reais de uso.

NOTAS

(1) Nesta pesquisa é considerada como unidade lexical o núcleo de significação, independentemente de a unidade se apresentar no *corpus* na forma nominal ou verbal. Por exemplo: considera-se como uma unidade as formas atacar e ataque, por ambas serem constituídas pelo mesmo núcleo de significação e também por uma ser derivada da outra. Assim, prioriza-se a forma de conteúdo (significado) em detrimento da forma de expressão (significante), o que parece ser coerente num estudo sobre o sentido lexical.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENVENISTE, É. **Problemas de linguística geral**. 4 ed. Campinas: Pontes; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995. v. 1.

BIDERMAN, M. T. C. Dimensões da Palavra. **Filologia e Linguística Portuguesa**, 2, p.81-118, 1998.

_____. **Teoria linguística**: teoria lexical e linguística computacional. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BLUTEAU, R. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. 8 v.

BORBA, F. S. **Introdução aos estudos linguísticos**. 11 ed. Campinas: Pontes, 1991.

_____. **Organização de dicionários**: uma introdução à lexicografia. São Paulo: Editora da Unesp, 2003.

BRANCA-ROSOFF, S. Le mot quartier à l'épreuve du corpus Frantext. In: BRANCA-ROSOFF, S.; LEIMDORFER, F. **Langage et Société** (Espaces urbains: analyses lexicales et discursives), 96 (2), p.45-70, 2001.

CHISS, J.-L.; FILLIOLET, J.; MAINGUENEAU, D. **Introduction à la linguistique française**: notions fondamentales – phonétique, lexique. Paris: Hachette, 2001. v.1.

COLLINOT, A.; MAZIERE, F. **Un prêt à parler**: le dictionnaire. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

COURTINE, J-J. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours, à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. **Langages** (Analyse du discours politique), 62, p.9-128, 1981.

CUSIN-BERCHE, F. Sens et contre sens: du cotexte au contexte. **Revue de Sémantique et Pragmatique**, 1, p.135-146, 1997.

ELUERD, R. **La lexicologie**. Paris: PUF, 2000.

FLEURY, S.; SALEM, A. *et al.* **Léxico 3**. Outil de statistique textuelle. Paris: Université Sorbonne Nouvelle Paris 3, SYLED – CLA2T, 2001. Disponível em: <<http://www.cavi.univ-paris3.fr/Ilpga/ilpga/tal/lexicoWWW/lexico3.htm>>. Acesso em : 04.dez.2008

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1969.

GUIRAUD, P. **A semântica**. Tradução de Maria Elisa Mascarenhas. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

ILARI, R.; CUNHA LIMA, M. L. **Algumas idéias avulsas sobre a aquisição do léxico**. Publicado na página do Centro de língua portuguesa da Universidade de Estocolmo. Disponível em: <http://www.ispla.su.se/ml_bilagor02.asp?src=41&sub=73&intSida=95&perId=103&perSida=832>. Acesso em: 20 jul. 2010

LITRE, E. **Dictionnaire de la langue française**. Paris: Hachette, 1863-72. Disponível em: <<http://francois.gannaz.free.fr/Litre/accueil.php>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

MOIRAND, S. Responsabilité et énonciation dans la presse quotidienne: questionnements sur les observables et les catégories d'analyse. **Sêmen**, 22, p.45-59, 2006. Disponível em: <<http://semen.revues.org/document2798.html>>. Acesso em: 24 mai. 2009

MORTUREUX, M. F. **La lexicologie entre langue et discours**. Paris: Sedes, 1997; Paris: Armand Colin, 2001.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni P. Orlandi *et al.* Campinas: Editora da UNICAMP, 1975.

POTTIER, B. **Sémantique générale**. Paris: PUF, 1992.

RIO-TORTO, G. O léxico: semântica e gramática das unidades lexicais. In: ATHAYDE, M. F. (coord.) Estudos sobre léxico e gramática. **Cadernos do Cieg. Coimbra** (Centro Internuniversitário de Estudos Germanísticos, Coimbra), 23, p.11-34, 2006.

SILVA, A. M. **Dicionário da língua portuguesa** - recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

TESNIERE, L. **Éléments de syntaxe structurale**. Paris: Klincksieck, 1959.

TOGEBY, K. Grammaire, lexicologie et sémantique. **Cahiers de Lexicologie**, 6 (1), p.3-7, 1965.

VENIARD, M. **La nomination d'un événement dans la presse quotidienne nationale.** Une étude sémantique et discursive: la guerre en Afghanistan et le conflit des intermittents dans Le Monde et Le Figaro. 2007. Thèse (Doctorat 3^e cycle), Paris : Université Sorbonne Nouvelle Paris 3 (UFR de Linguistique et Phonétique Générales et Appliquées), 2007.

A SINONÍMIA EM TERMINOLOGIA: UMA ANÁLISE DE DECISÕES JUDICIAIS

Thiago Carvalho GAUDÊNCIO
Universidade de São Paulo (Mestre)
gaudencio@usp.br

RESUMO: Tendo como objetivo a eficácia da comunicação jurídica, a intervenção da Terminologia se faz necessária. Partindo desse princípio, alguns autores julgam desejável, nos discursos especializados, a eliminação de várias denominações para uma mesma noção, porém outros estudiosos discordam dessa postura e apontam que a sinonímia é presença indiscutível em linguagens de especialidade. Já na Linguística moderna, é uma verdadeira máxima a afirmação de que *a completa sinonímia não existe*. Considerando-se essa dimensão, bem como o fato de concebermos a Terminologia um campo interdisciplinar que deve, por isso, ser explicada também pelas teorias da linguagem, faz-se algumas considerações não só de terminólogos, mas de linguistas acerca da sinonímia. Nessa direção, pretendem-se discutir conceitos, critérios de base e tipologias da sinonímia que podem ser aplicados à Terminologia. Para tanto, demonstram-se termos da área do Direito que estão ou não em relação sinonímica, extraídos de decisões judiciais. Percebe-se, assim, a necessidade de se analisar as unidades terminológicas em seu habitat natural, isto é, *in vivo*, dentro da comunicação especializada, no *locus* material dos discursos, por meio da análise de textos produzidos de maneira real, e não *in vitro*, fora do contexto de uso habitual. Observa-se, ainda, que o trato da sinonímia em Terminologia deve ser bastante criterioso, não só quando se visa à elaboração da macroestrutura, da microestrutura e dos processos de remissivas em um trabalho terminográfico, mas também para evitar-se ambiguidade nos textos de especialidade.

PALAVRAS-CHAVE: Direito; Terminologia; Texto de especialidade; Sinonímia.

INTRODUÇÃO

A prática, a produção e o desenvolvimento das ciências em geral evidenciaram, ao longo dos anos, a necessidade da criação e recriação de uma terminologia que concebesse os seus princípios e conceitos. Considerando essa dimensão, uma ciência se constrói concomitantemente à sua terminologia e esta, por sua vez, delimita conceitualmente as áreas (ou ramos) e subáreas científicas.

Com o Direito não é diferente. Ao longo dos anos, pesquisas científicas remetem ao reconhecimento de um conjunto de termos específicos do Direito, bem como ao de alguns ramos, sobretudo o Direito Penal, Ambiental e Previdenciário.

Nessa direção, reconhecemos em textos jurídicos (sentenças judiciais) de Varas da Justiça do Trabalho, não só uma terminologia do Direito do Trabalho, bem como uma grande ocorrência de variação denominativa (parassinonímia/sinonímia) encontrada nos textos de especialidade jurídica, sobretudo em sentenças judiciais, as quais não devem conter ambiguidades que dificultem o entendimento sobre o julgamento que é proferido pelo juiz.

Observamos, assim, que a uma mesma noção ou conceito jurídico pode corresponder mais de uma forma, e possíveis ambiguidades surgidas com o uso de sinônimos só podem ser desfeitas pelo contexto. No entanto, mesmo analisando os termos intradiscursos, há uma grande dificuldade, quando se trata de um leitor pouco proficiente, em se estabelecerem as relações de sentido.

A QUESTÃO DA SINONÍMIA/PARASSINONÍMIA: SÍNTESE DE ALGUNS MODELOS

As teorias de Terminologia mais recentes, ao contrário da teoria proposta pelo engenheiro austríaco Eugen Wüster (TGT), que pregava que para cada noção haveria uma forma única, não só reconheceram a existência da sinonímia em Terminologia, como também destacaram seu aspecto funcional nas linguagens de especialidade. Considerando-se essa dimensão, bem como a importância desse fenômeno para elaboração de um trabalho terminográfico, iniciou-se o interesse dos terminólogos acerca da análise dos sinônimos, sobretudo nos textos especializados, embora algumas pesquisas existentes abordem o assunto fazendo-se uma transposição da análise da sinonímia entre lexemas para a análise de uma sinonímia entre termos. Tal postura não invalida uma pesquisa na área com essa abordagem, pois, atualmente, deve-se conceber a Terminologia não como um mundo à parte, mas integrante da linguagem natural, devendo, por isso, ser estudado pela Linguística, sobretudo quando o escopo são as relações semânticas entre termos.

Nas ciências da linguagem, não raras vezes, notamos a afirmação de que não existe sinonímia completa. Para demonstrar isso, elencamos algumas reflexões sobre esse fenômeno, que serão analisadas paulatinamente. Barbosa (2000) considera sinônimos somente os elementos de um campo lexical que têm a mesma referência cognitiva e conotativa e a mesma distribuição. Nesse sentido, os sinônimos devem ser comutáveis em todos os contextos. Já os parassinônimos são as unidades lexicais de um campo que possuem a mesma referência cognitiva, no entanto as referências conotativas são diferentes e possuem distribuição aproximada. Para a autora, na homossemia total (sinonímia), a dois ou mais elementos do conjunto significante corresponde um e somente um elemento do conjunto significado. Por outro lado, na homossemia parcial (parassinonímia), a dois ou mais elementos do conjunto significante, em relação de oposição disjuntiva, correspondem dois ou mais elementos do conjunto significado, esses em relação de oposição transitiva.

Destaca-se ainda, que, para Barbosa (1997), a relação de significação de sinonímia e de parassinonímia é uma função, isto é, uma relação de dependência.

Nesse sentido, as noções de sinonímia e de parassinonímia não são estanques, mas sim sempre reformuladas em função da rede conceptual e lexical em que estão inseridas, dos universos dos discursos e das situações comunicativas, relacionando-se, assim, ao tempo e ao espaço no ato da enunciação.

Para Ullmann (1964, p.40), "muito poucas palavras são completamente sinônimas no sentido de serem permutáveis em qualquer contexto, sem a mais leve alteração do significado objetivo, do tom sentimental ou do valor educativo". Sob esse prisma, o autor considera que na grande maioria dos casos em que, aparentemente, dois vocábulos têm um mesmo significado, há, na verdade, uma distinção que é difícil de formular.

Para Geckeler (1984) e para Lyons (1979), como critérios para afirmar se diferentes lexemas têm absolutamente o mesmo significado (ou são totalmente sinônimos), devem-se observar suas capacidades ilimitadas de substituição em todos os contextos e sua coincidência tanto no significado denotativo (cognitivo) como no significado conotativo (emotivo). Nesse último aspecto levantado pelos autores, frise-se a dificuldade de se observar uma relação de equivalência, na medida em que a conotação está ligada à afetividade, à associação das ideias e à criação individual (subjetividade).

Sob outra perspectiva, isto é, a do aspecto estilístico da sinonímia, para Aristóteles (apud ULLMANN, 1964, p.312) os sinônimos são "úteis aos poetas". Marouzeau (1969, p.108), sob esse prisma, explicita que "de duas palavras ditas sinônimas, uma tem qualidades que a outra não tem, de sorte que as condições de emprego não são as mesmas para uma e para outra". Ullmann (1964, p.312), corroborando essa hipótese, dita que "a sinonímia é realmente um recurso estilístico de valor inestimável, não só para o poeta, mas para qualquer escritor, e presta-se a uma infinidade de empregos". Nas reflexões desses últimos autores, pode-se fazer uma relação mais direta à sinonímia no discurso jurídico, pois muitos juristas utilizam excesso de variação denominativa (sinônimos) acreditando, assim, estarem formando *bons textos*, o que, sem dúvida, é um ledado engano, sobretudo quando se pensa em sentenças judiciais em que a objetividade e a clareza devem ser características marcantes, pois a comunicação entre o magistrado e o povo deve ser eficiente, e o uso de sinônimos pode gerar no público leigo um discurso ambíguo, tautológico e, por vezes, incoerente.

Em outra direção, Faulstich (2001) encara a sinonímia como um fenômeno de variação em Terminologia. Sob esse prisma, a Terminologia é suscetível à variação, pois faz parte da língua, na medida em que é heterogênea em sua natureza e também é social. Para a autora, as variantes coocorrentes (aquelas que têm duas ou mais denominações para um mesmo referente) formalizam a sinonímia terminológica.

Nesse sentido, para a autora, não existe fronteira entre o léxico comum e o especializado, isto é, a língua evolui e os termos também à sua medida, disso resultam serem suscetíveis à variação. Em suma, a sociedade muda, a língua muda e os termos também.

Para Faulstich (2001, p.31), "a sinonímia terminológica relaciona o sentido de dois ou mais termos com significados idênticos e podem coocorrer num mesmo contexto, sem que haja alteração no plano do conteúdo". Nesse sentido, ela reconhece a sinonímia total nas terminologias.

Já para Contente e Magalhães (2005),

No seio de um sistema terminológico, a sinonímia deve ser limitada com o objetivo de uma harmonização, facilitando uma comunicação não-ambígua. Consequentemente, certas colisões sinonímicas, que podem interferir numa certa clareza discursiva, deveriam ser evitadas (CONTENTE; MAGALHÃES, 2005, p.3).

Tal posicionamento é bastante interessante quando se pensa em sinônimos no domínio do Direito, pois essa ciência busca o uso de uma linguagem denotativa, visando, sobretudo, à objetividade. A concepção da autora, entretanto, dialoga com o entendimento de Wüster de que a sinonímia é algo que atrapalha a comunicação especializada, o que tem sido extremamente rechaçado pelas teorias terminológicas mais modernas.

Para Wüster (1998), os sinônimos dariam a falha impressão de que existe mais de um conceito, além disso representariam uma carga desprezível para a memória. Para o autor, os sinônimos não são desejáveis em Terminologia, nem mesmo quando a área de usos desses termos são diferentes. Entretanto, reconhece que os sinônimos próprios dos diferentes níveis de estilo, quando distinguem a linguagem técnica culta e a linguagem dos profissionais deveriam ser levados em consideração.

Por outro lado, teorias da Terminologia mais recentes reconhecem expressamente a existência de sinonímia entre os termos. Nesse sentido, a um mesmo conceito pode corresponder, por vezes, mais de uma forma. Para Cabré (1993, p.216) "en sentido estricto, la terminología solo considera sinónimas las unidades formales, semánticamente equivalentes, que pertenecen a una misma lengua histórica; y dentro de esta, las que pertenecen a la misma variedad formal". Sob esse prisma, só seriam sinônimos os termos que estão inseridos dentro de uma mesma variação de registro, isto é, dentro de uma mesma variação regional e social, e que possuam, evidentemente equivalência semântica. Como se não bastasse, os termos teriam de ser analisados sincronicamente, isto é, em dado momento histórico.

Na Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), a sinonímia, como destaca Cabré (1993), é concebida como um fenômeno real dentro da comunicação especializada natural, é proporcional ao nível de especialização dos textos e as unidades em relação sinonímica podem ter valores similares ou muito distintos, de acordo com os tipos de características pragmáticas associadas a cada variante. Na análise da terminologia do Direito do Trabalho, por exemplo, observa-se uma alta densidade terminológica e um enorme grau de variação das denominações.

Já na Socioterminologia, que nasceu da necessidade de se relacionarem os dados coletados nas linguagens de especialidade aos usos por aqueles que utilizam de maneira real as terminologias, a sinonímia era vista, como destaca Boulanger (1991), como um satélite semântico. Na verdade, o termo acompanharia satélites morfológicos (como, por exemplo, a neologia e o empréstimo), satélites semânticos (como, por exemplo, a sinonímia) e satélites léxico-sintáticos (como, por exemplo, os sintagmas).

Na mesma direção, na Teoria Sociocognitiva da Terminologia (TST), como destaca Temmerman (2001), a sinonímia é funcional na evolução do conhecimento e, portanto, é importante descrevê-la, pois possui uma

função de estar no texto; a sinonímia ou quase-sinonímia demonstra as diferentes perspectivas sob as quais se observa uma categoria (pedaços ou maços de conhecimento). Além disso, a autora reconhece a sinonímia na medida em que as unidades terminológicas estão em constante evolução.

Na verdade, muitos autores, em Terminologia, dentro e fora do Brasil, ocuparam-se em definir a sinonímia, entre eles destacam-se Contente e Magalhães (2005), Duquet-Picard (1986), Kocourek (1982) e Auger (2001), que utilizam métodos de análise e classificações diferenciadas. A seguir, levamos em consideração todas essas classificações, adaptando-as às unidades terminológicas colhidas dos *corpora* analisados: textos de especialidade jurídica (sentenças judiciais).

A SINONÍMIA PERFEITA OU TOTAL NO DOMÍNIO DO DIREITO DO TRABALHO

Não só no domínio jurídico, mas também em outras áreas científicas, para que duas ou mais unidades terminológicas recebam o status de sinônimos precisam ser intercambiáveis em todos os enunciados relativos ao mesmo domínio.

Em nossa pesquisa, em alguns *corpora* selecionados, consideramos ser possível a sinonímia total em alguns poucos casos: (I) *trabalhador x obreiro*; (II) *Consolidação das Leis do Trabalho x CLT*; (III) *Fundo de Garantia do Tempo de Serviço x FGTS* e (IV) *Carteira de Trabalho e Previdência Social x CTPS*.

No primeiro caso, observa-se a sinonímia total, pelo menos no Universo do Discurso do Direito do Trabalho, uma vez que os dois termos, apesar de possuírem formas distintas, referem-se a uma mesma noção e podem ser comutáveis em todas as situações comunicativas no discurso jurídico. Destaca-se que, no processo de organização do texto de especialidade jurídica, a correferência é um elemento de coesão textual. A progressão do texto ocorre por meio de unidades terminológicas que fazem referência, às vezes, a um mesmo conceito ou noção. A identidade referencial pode ser manifestada por repetição do termo ou por substituição, surgindo, assim, a variação denominativa (sinônimo) do referente.

Nos demais casos, tem-se uma relação de equivalência semântica (total) sem que haja uma relação formal entre os sinônimos, evidenciando-se, assim, as relações conceptuais entre os termos. Observa-se que CLT, FGTS e CTPS, siglações (reduções ou abreviações de unidades terminológicas complexas para as sílabas iniciais das suas componentes), exercem a função de sinônimos.

A PARASSINONÍMIA, QUASE-SINONÍMIA OU SINONÍMIA PARCIAL NO DOMÍNIO DO DIREITO DO TRABALHO

Sabemos que ocorre parassinonímia, quase-sinonímia ou sinonímia parcial quando as unidades terminológicas são permutáveis em apenas

alguns enunciados relativos ao mesmo domínio. Nos *corpora* analisados, encontramos alguns casos desse fenômeno e percebemos que, não raras vezes, os juristas tomam, para a composição dos sintagmas terminológicos, termos simples oriundos da língua geral.

Entre os casos encontrados, destacaremos apenas três, inclusive evidenciando os contextos de ocorrência, por se tratarem de parassinônimos: (I) *sobrejornada* x *horas extraordinárias* x *horas suplementares* x *mourejo suplementar* x *horas extras*; (II) *encargo probatório* x *onus probandi* x *fardo probatório*; (III) *pólo ativo* x *reclamante* x *autor*; (IV) *vindicado* x *reclamado* x *pólo passivo*. Vejamos o caso I:

Aduziu o autor, em sua petição de ingresso, que, malgrado laborasse habitualmente em **sobrejornada** e ainda em horário noturno, não houvera colhido corretamente a remuneração atinente às **horas extraordinárias** ou à majoração legal da hora noturna a que fazia jus. [...] Assim, e à luz da prova testemunhal produzida em audiência, reputa este Juízo que o autor laborou, ao longo de toda a contratualidade, de terça a sábado, das 16h à meia noite e meia, sem qualquer pausa intrajornada. Neste norte, imperiosa a procedência do pleito de **horas suplementares** laboradas. [...] Finalmente, tendo em vista a habitualidade no **mourejo suplementar** e noturno, impõe-se o acolhimento do pedido de projeção reflexa das **horas extras** e do adicional noturno sobre o repouso hebdomadário (ponto 11 do rol petitório vestibular). (PARAÍBA. Tribunal Regional do Trabalho, região 13. Sentença dos autos nº 00972.2009.003.13.00-9 da 3ª Vara do Trabalho de João Pessoa, p.2-3, out. 2009, grifo nosso).

Nesse caso, percebemos o sintagma *mourejo suplementar* não sendo sinônimo de *horas extras*, pois *mourejar*, como destaca Houaiss (2004, p.507) significa “trabalhar muito, sem parar, como um mouro”, o que indica que houve uma ênfase (valor expressivo) do juiz na escolha por essa variação denominativa. Tal postura já indica uma tendência do juiz a sentenciar a favor do trabalhador, pois o coloca numa posição de *mouro*. Nesse sentido, os traços de subjetividade e de falta de neutralidade discursiva do magistrado ficam marcadas nas variações denominativas que utiliza. Isso só corrobora a afirmação de (1999a, p.5) de que “nenhum termo é neutro”. Analisemos o caso II:

Recaiu, destarte, sobre o pólo ativo da demanda o **encargo probatório** (CLT, art. 818, e CPC, art. 333, I), ônus do qual, porém, o reclamante não logrou se desvencilhar a contento. [...] Assim sendo, recaiu sobre o pólo ativo o **‘onus probandi’** de evidenciar nos autos o efetivo labor em desoras, posto tratar-se de fato constitutivo de seu direito. [...] recaiu sobre o pólo passivo da demanda o **fardo probatório** de evidenciar, nos autos, o injustificado abandono, pelo obreiro, de seu posto empregatício. (PARAÍBA. Tribunal Regional do Trabalho, região 13. Sentença dos autos nº 00972.2009.003.13.00-9 da 3ª Vara do Trabalho de João Pessoa, p.2-3, out. 2009, grifo nosso).

Acima, vislumbramos sintagmas terminológicos que denotam (ou conotam) a incumbência do autor em provar os fatos que constituem seu

direito e à outra parte, os extintivos ou impeditivos do direito alegado pelo autor. Em dois sintagmas da série sinonímica, ocorreu *cargo probatório* e *fardo probatório*, respectivamente, estabelecendo relações sinonímicas com o sintagma *onus probandi*. No entanto, não os consideramos sinônimos da unidade terminológica em língua latina, pois os termos simples, formadores desses sintagmas, foram tomados da língua geral. Nesse sentido, comportam semas alheios ao sintagma na forma originária latina que, por sua vez, teve origem no brocardo jurídico *Onus probandi incumbit ei qui agit*, que significa o ônus da prova incumbe ao que aciona. Além disso, a tradução literal da unidade terminológica erudita é *onus da prova*, sintagma adotado pelo Código de Processo Civil, cuja aplicação é subsidiária à Consolidação das Leis do Trabalho, estando, assim, normalizado no discurso jurídico como um todo. Reconhecemos, também, que o uso do latinismo, ao invés do uso do sintagma em português, pode levar à incompreensão àquele que não lida com a terminologia jurídica, sobretudo porque a sentença também é divulgada para um público pouco proficiente.

Observemos, agora, as relações sinonímicas do caso III:

Recaiu, destarte, sobre o **pólo ativo** da demanda o encargo probatório (CLT, art. 818, e CPC, art. 333, I), ônus do qual, porém, o **reclamante** não logrou se desvencilhar a contento. Com efeito, não trouxe o **autor** aos autos qualquer elemento de prova hábil a ratificar a tese de percepção de gorjetas, tampouco a retenção destas pela entidade patronal. (PARAÍBA. Tribunal Regional do Trabalho, região 13. Sentença dos autos nº 00972.2009.003.13.00-9 da 3ª Vara do Trabalho de João Pessoa, p.2, out. 2009, grifo nosso).

Aqui, observamos unidades terminológicas em relação sinonímica que denota a(s) pessoa(s) física(s) ou jurídica(s) que invoca(m) um direito. Observa-se, contudo, que tais termos são permutáveis apenas em alguns casos no Universo do Discurso do Direito do Trabalho, dependendo da situação discursiva. Para frisar o tipo de identidade semântica entre as unidades terminológicas citadas, poder-se-ia dizer que o termo *pólo ativo* possui semas mais genéricos, pois comporta também um conjunto de *autor*, *reclamante* ou *demandante* em um processo judicial: caso, no direito, chamado de *litisconsórcio ativo*. Nesse sentido, falar-se-á em parassinonímia ou quase-sinonímia, já que a substituição de uma unidade pela outra só pode se dar em certos contextos, como no caso analisado. Não forçoso seria, também, afirmarmos que estamos diante de um caso de hiperonímia/hiponímia, já que uma unidade terminológica é mais ampla que a outra.

Por fim, o caso IV:

Sustentou o reclamante que, além de R\$500,00 fixos, auferia ainda mensalmente gorjetas variáveis que importavam em um acréscimo salarial em torno de R\$400,00, denunciando, contudo, que, desse valor, o **reclamado** retinha 50%, só lhe repassando cerca de R\$200,00 mensais. [...] embora a primeira testemunha não tenha conseguido esclarecer qualquer questão atinente à jornada (eis que apenas durante três meses levou o reclamante e seus colegas e os buscou, mas não presenciou o trabalho daqueles no estabelecimento **vindicado**) [...]. [...] Proceda-se, na forma do parágrafo 3º, do art. 114 da Carta Constitucional de 1988, a execução `ex

officio' das contribuições previdenciárias eventualmente incidentes sobre as verbas de natureza salarial, conforme expresso na tabela de cálculos em anexo. A responsabilidade pelas respectivas contribuições será exclusiva do **pólo passivo**, pois, com seu comportamento omissivo (não havendo pago tempestivamente os créditos trabalhistas ora reconhecidos à parte reclamante), deu ensejo à presente condenação – inteligência dos arts. 186 e 927 do Código Civil (Lei 10406/2002). (PARAÍBA. Tribunal Regional do Trabalho, região 13. Sentença dos autos nº 00972.2009.003.13.00-9 da 3ª Vara do Trabalho de João Pessoa, p.2-6, out. 2009, grifo nosso).

Nos exemplos acima, há a ideia de pessoa(s) física (s) ou jurídica (s) de que ou contra quem se invoca um direito. Percebe-se, assim como no caso da análise interior, a parassinonímia ou quase-sinonímia na Terminologia do Direito do Trabalho, pois nem sempre essas unidades terminológicas são comutáveis entre si. Disso decorre a necessidade de se analisarem as unidades terminológicas nos textos especializados, isto é, em discurso, a fim de se suprimir qualquer ambiguidade.

A CLASSIFICAÇÃO DOS (QUASE-) SINÔNIMOS NA TERMINOLOGIA DO DIREITO DO TRABALHO

Visando a abranger a ocorrência dos (quase-) sinônimos na terminologia do Direito do Trabalho, seguimos os modelos elaborados pelos autores citados no suporte teórico, mas com adaptações. A seguir, será exposta apenas uma dupla/série sinonímica em cada classificação estabelecida. As unidades terminológicas tiveram ocorrência real nos textos de especialidade analisados. Vejamos:

(Quase-) sinônimos entre termos simples

São aqueles que se apresentam nas formas de monoterms com diferenciações denominativas entre si.

<autor>
<reclamante>
<demandante>

(Quase-) sinônimos entre termo(s) simples e sintagma(s) terminológico(s)

São aqueles que se apresentam na forma de monoterms com diferenciação(ões) denominativa(s) entre si e, também, com denominação(ões) sintagmática(s) do determinante com ou sem preposição.

<horas extras>
<horas extraordinárias>

<horas suplementares>
<mourejo suplementar>
<labor em sobrejornada>
<labor em sobretempo>
<jornada suplementar>
<sobrejornada>

(Quase-) sinônimos morfológicos

São aqueles que ocorrem quando há mais de uma designação para um mesmo conceito e apresentam-se sob a forma de sintagmas terminológicos, podendo ocorrer *por substituição/inclusão de um dos elementos (determinado ou determinante) ou pelos dois concomitantemente* ou, ainda, *por elipse lexical*, isto é, quando há o apagamento de um dos elementos formadores do sintagma. Vejamos:

Por substituição/inclusão de um dos elementos (determinado ou determinante) ou dos dois simultaneamente:

<vínculo de emprego>
<vínculo empregatício>
<liame empregatício>
<pacto empregatício>
<relação empregatícia>

Por elipse lexical:

<petição inicial>
<inicial>

(Quase-) sinônimos por siglação

São aqueles que se apresentam com as letras iniciais do termo sintagmático.

<Consolidação das Leis do Trabalho>
<CLT>

(Quase-) sinônimos eruditos

São aqueles que possuem, em sua constituição, lexemas latinos.

<encargo probatório>
<*ônus probandi*>

(Quase-) sinônimos por neologia

São aqueles que se apresentam como novas unidades terminológicas numa linguagem de especialidade.

<Consolidação das Leis do Trabalho>
<*Diploma Consolidado*>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns estudiosos consideram a unidade terminológica monossêmica, caracterizada por uma relação biunívoca entre significado e forma: a uma noção corresponderia uma e apenas uma denominação, e uma denominação remeteria para uma noção determinada. Para cada noção, para cada conceito haveria uma forma única. Sob esse prisma, seria paradoxal afirmar que um termo é passível de ter sinônimos; no entanto, observa-se, na terminologia do Direito do Trabalho, que a um mesmo conceito corresponde, por vezes, mais de uma forma.

Nesse sentido, a sinonímia terminológica tende a existir somente no mesmo contexto e só esse poderá desfazer as possíveis ambiguidades que surjam no tocante ao uso de sinônimos. Disso decorre a necessidade de se analisarem as unidades terminológicas em seu habitat natural, isto é, *in vivo*, na comunicação especializada, por meio da análise de textos produzidos de maneira real, e não *in vitro*, fora do contexto de uso habitual.

No entanto, alguns juízes, aparentemente, desconhecem as conseqüências semânticas do uso de algumas variações, pois, por vezes, fica evidente que a escolha de uma determinada variante em detrimento de outra não é neutra. Isso também confirma que a relação sinonímica entre termos, além de se impor no contexto, repousa na conotação, que está ligada à associação das ideias, à ideologia e à subjetividade. Observamos, ainda, que a sinonímia é utilizada pelos juízes como uma mera variante semântica do objeto (referente), por isso, esse fenômeno, quando analisado em discurso, isto é, no texto de especialidade, tem também uma função: produzir a coesão textual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGER, P. Essai d'élaboration d'un modèle terminologique/terminographique variationniste. **TradTerm**, 7, p.183-224, 2001.

BARBOSA, M. A. Relações de significação nas unidades lexicais. In: CARVALHO, N. M. de; SILVA, M. E. B da (Orgs.) **Lexicologia, lexicografia**

e terminologia: questões conexas. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, p.19-40, 1997.

_____. Campo conceitual e campo lexical dos termos globalização e mundialização: relações. **Revista Brasileira de Lingüística**, 10, p.29-52, 1999.

_____. Parassinomímia, funções e relatividade. In: **XVIII Jornada de Estudos Lingüísticos - Programa e Resumos**. Fortaleza: GELNE/UFC, 2000. p. 78.

BOULANGER, J. Une lecture socioculturelle de la Terminologie. **Cahiers de Linguistique Sociale**, 18, p.13-30, 1991.

CABRÉ, M. T. **La Terminología:** teoría, metodología, aplicaciones. Barcelona: Antártida/Empúries, 1993.

CONTENTE, M.; MAGALHÃES, J. Sinonimologia e tipologia contrastiva da sinonímia terminológica em Medicina. **Debate Terminológico**, 1, 2005. Disponível em: <www.riterm.net/revista/n_1/index.htm>. Acesso em: 20 nov. 2009.

DUQUET-PICARD, D. **La synonymie en langues de spécialité:** étude du problème en Terminologie. Québec: GIRSTERM, 1986.

FAULSTICH, E. Aspectos de terminologia geral e terminologia variacionista. **TradTerm**, 7, p.183-224, 2001.

GECKELER, H. **Semântica estrutural y teoria del campo léxico**. Madrid: Gredos, 1984.

HOUAISS, A. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

KOUCOREK, R. Rapports entre la synonymie en Terminologie et la délimitation des notions. In: **Problèmes de la définition et de la synonymie en Terminologie**. Actes du Colloque International de Terminologie. Québec: GIRSTERM, p.249-265, 1982.

LYONS, J. **Introdução à lingüística teórica**. São Paulo: EDUSP, 1979.

MAROUZEAU, J. **Précis de stylistique française**. Paris: Masson, 1969.

PARAÍBA. Tribunal Regional do Trabalho, região 13. **Sentença dos autos nº 00972.2009.003.13.00-9 da 3ª Vara do Trabalho de João Pessoa**.

TEMMERMAN, R. Sociocognitive terminology theory. In: CABRÉ, M. T.; FELIU, J. (Eds.). **Terminologia y cognición**. II Simposio Internacional de Verano de Terminología (13-16 de julio de 1999). Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada/Universitat Pompeu Fabra, p.75-92, 2001.

ULLMANN, S. **Semântica**: uma introdução à ciência do significado. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

WÜSTER, E. **Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica**. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada/Universitat Pompeu Fabra, 1998.

INOVAÇÃO LEXICAL EM FITA VERDE NO CABELO, NOVA VELHA ESTÓRIA, DE JOÃO GUIMARÃES ROSA

Vanice Ribeiro Dias LATORRE
Universidade de São Paulo (Doutoranda)
vanicelatorre@uol.com.br

RESUMO: Guimarães Rosa explorou as potencialidades do sistema e desafiou suas virtualidades com construções complexas e inusitadas, que extrapolaram os limites da língua comum. Na busca da palavra mais precisa, Rosa utilizou tanto os elementos como os processos e os mecanismos da língua tradicional, resgatando "*particularidades dialéticas*" da sua região, do "*idioma do século XX, formado sob a influência das ciências modernas*" e do "*português dos sábios e poetas daquela época dos escolásticos da Idade Média*" (C.L.B, 2006, p.82-83). Afirmando que todos esses elementos são acessíveis a todos, não são de sua propriedade particular, seus processos instauradores da neologia lexical são em grande parte um processo consciente desencadeado a partir dos mecanismos habituais da língua. Propomo-nos a apresentar os processos de relexicalização e ressemantização utilizados pelo autor na reelaboração da velha história de *Chapeuzinho Vermelho*, sob a ótica dos pressupostos teóricos de Ieda Maria Alves e Maria Aparecida Barbosa a partir da análise do conto *Fita Verde no Cabelo, Nova Velha Estória*.

PALAVRAS-CHAVE: Enoterminologia; Neologia lexical; Neologismo; Relexicalização; Ressemantização.

INTRODUÇÃO

Lembrando Coseriu (1973), sabemos que as possibilidades da língua e do sistema podem ser consideradas como um conjunto de liberdades e também de imposições, as quais o indivíduo domina ou não. A criação lexical está intimamente ligada à conceptualização do universo, que se projeta de uma visão estabelecida no antropocultural. Desse modo, a dinâmica da renovação lexical é registro incessante do modo de apreender as especificidades, multiplicidades e transformações dos modelos culturais e sociais, que se formalizam no universo léxico em grandezas-signos dotadas de expressão e conteúdo.

A utilização das potencialidades do sistema depende, portanto, das necessidades sociais e culturais relacionadas à produção de conhecimentos e informações, que se projeta sobre a língua comum recriando-a, enriquecendo-a e promovendo novas conceptualizações junto aos membros de uma comunidade linguística. Isto faz com que o sistema linguístico renove-se constantemente e novos signos sejam criados, ou sofram alterações em seu conteúdo semântico num processo de mudança ou conservação que sustenta a continuidade de uma língua.

Ao processo de criação lexical damos o nome de neologia, cujo produto é o neologismo. É importante lembrarmos que o processo intencional de criação neológica não é a regra, pois os neologismos dão forma aos avanços científicos e tecnológicos, às transformações dos costumes de uma sociedade ou mesmo a um novo fato sociocultural circunscrito à determinada região. Para atender às suas demandas, uma comunidade linguística cria novos termos ou atribui novos significados para termos já existentes. Alves assim considera:

Consideramos neológicas as unidades (formalmente novas ou que recebem um novo significado) criadas em um determinado momento histórico-social, que em função de diversas razões (necessidade de nomeação de objetos ou fatos novos, sobretudo) determina essa criação (ALVES, 2007, p.78).

Guimarães Rosa buscou, intencionalmente, a palavra mais precisa não apenas nos limites lexicais onde sem dúvida a perfeição e a originalidade transparecem: as potencialidades da língua são desafiadas por Rosa com construções complexas, repletas de inversões e elipses, com o descaso a regras gramaticais rígidas, com acréscimo de sufixos e radicais que surpreendem o leitor e atestam sua imaginação criativa e preocupação com o revigoramento das palavras.

O conto que escolhemos analisar faz parte do programa rosiano de renovação léxica e nele podemos examinar processos de relexicalização e ressemantização de cujo paradigma, o conto de herança cultural *Chapeuzinho Vermelho*, derivou outro conto, *Fita Verde no Cabelo, Nova Velha Estória*.

A relexicalização da *Velha Estória* mantém semelhanças ligadas à herança popular herdada, e rompe a lexicalização da lexia textual introduzindo uma nova significação.

Ao examinarmos as lexias textuais subjacentes à relexicalização na *Nova Estória*, podemos observar que personagens, espaços, comportamentos, fatos enfim, cristalizados na *Velha Estória* são ressemantizados na transcodificação da história de *Chapeuzinho Vermelho*.

O conhecido conto de *Chapeuzinho Vermelho* povoa o imaginário popular há séculos e este conhecido conto de Perrault foi publicado pela primeira vez em 1697, muito embora já fizesse parte da tradição popular oral. No domínio coberto pela Etnoterminologia consagra-se o estudo dos universos de discursos etnoliterários, documentos do qual fazem parte a " *literatura oral, literatura popular, literatura de cordel, mitos, lendas, folclore que são preservados, ao longo dos séculos, pela memória coletiva das comunidades e transmitidos de uma geração à outra pelas populações*" (PAIS; BARBOSA, 2004).

A função mítica, a memória social, o conhecimento compartilhado sobre o mundo e a natureza humana, organizados em sistemas de valores e sistemas de crenças permeiam as preocupações desses documentos e a *Velha Estória* é possivelmente o documento mais conhecido da literatura oral.

No conto *Fita Verde o Cabelo, Nova Velha Estória*, de João Guimarães Rosa, publicado postumamente em 1985, em *Ave Palavra*, à significação original Rosa atribui uma nova significação, pela seleção de

unidades lexicais que renovam unidades memorizadas em combinatórias fixas.

Pottier definiu a *lexia* como sendo "a unidade lexical memorizada", tratando-se de combinação que o locutor não constrói "no momento em que fala, mas tira o conjunto de sua memória lexical", distinguindo-a entre "lexia simples (árvore), lexia composta (guarda-roupa), lexia complexa estável (ponte levadiça), lexia textual (quem tudo quer, tudo perde)" (POTTIER, 1973, p.26-27).

De acordo com Barbosa,

Lexias textuais são enunciados cristalizados – ditados, provérbios, refrãos, etc. – que possivelmente tiveram origem em combinatória livre, que lhes é subjacente, e que, no estágio atual, são unidades memorizadas, em combinatória fixa... Têm um significado global, que não coincide com o que seria resultante da combinatória livre dos seus componentes (BARBOSA, 2001, p.50).

Barbosa definiu uma taxionomia de remotivação das *lexias textuais* que podem ocorrer pela *alteração dos vocábulos integrantes das lexias textuais*, como nos exemplos: "Fita Verde partiu, sobrelogo, ela a linda, tudo era uma vez", "Puxe o ferrolho", "A avó estava na cama, rebuçada e só", "Mas agora fita verde se espantava, além..."; e também pela *comutação de um dos vocábulos das lexias textuais por outro com o qual tenha grande intersecção semêmica* como podemos observar nos exemplos: "Com uma fita inventada no cabelo" e (com uma capa de veludo vermelha); "Sua mãe mandara-a com um cesto e um pote" e (sua mãe enviara doces em uma cesta para a vovozinha); "Fita Verde partiu, sobrelogo, ela a linda, tudo era uma vez" e (Era uma vez uma bonita menina chamada Chapeuzinho Vermelho); "Daí que indo no atravessar o bosque, viu só os lenhadores" (Quando atravessou a floresta encontrou o lobo mau) e "Então, ela mesma, era quem se dizia" (Chapeuzinho Vermelho cantava pelo caminho); e por *substituição de todos ou quase todos os vocábulos integrantes das lexias textuais*: "resolveu escolher o caminho de cá, e não o outro, encurtoso"; e também pela *criação de novas lexias*: "além de entristecer-se de ver que perdera em caminho sua grande fita verde no cabelo atada; e estava suada, com enorme fome de almoço"; "Mas a avó não estava mais lá, sendo que demasiado ausente, a não ser pelo frio, triste e tão repentino corpo."

Na transcodificação da *Nova Estória* o título *Chapeuzinho Vermelho* atualiza-se em *Fita Verde no Cabelo*, sememas que mantêm entre si semas idênticos: *adorno, para cabeça, colorido, de meninas*, que imediatamente ativam a *lexia* memorizada. A inovação lexical dá-se pela alusão a um modelo frástico comum em ambos os títulos: substantivo+adjetivo, sendo que no *novo* título o complemento "cabelo" determina o emergir de um conjunto de *lexias* memorizadas pelo interlocutor. É a partir das relações de associação, estabelecidas pelas *lexias* memorizadas pertencentes a um mesmo campo conceptual, que o leitor pode estabelecer tais associações e compreender o novo conjunto de elementos lexicais.

Outros sememas ainda se interseccionam nos dois contos: "As **meninas** são identificadas pelo **adorno, colorido, de cabeça**, para **meninas** e são **lindas** / Ambas devem **visitar** a **avó**, levam um **cesto**,

escolhem o caminho para a **casa da avó** e **demoram** pelo caminho / **O lobo morre** / Ambas **dialogam** com a **avó**".

A partir da lexia memorizada novos sememas são introduzidos, são sememas específicos em *Fita Verde no Cabelo*, como, por exemplo, em: "a menina tem uma fita verde **inventada** na cabeça, leva um **cesto vazio** para **colher framboesas**, e um **pote com doce em calda**; **não há mistérios** no **bosque** e **não há lobo** pois já foi **exterminado pelos lenhadores**; **não há desobediência** e o **caminho** escolhido é "**louco e longo**"; a menina se **diverte** no caminho; é **Fita Verde quem bate** à porta da vovó; se **espanta**, se **entristece**, se **assusta como se fosse ter juízo pela primeira vez**, a **avó morre**".

A continuidade do conto como cultura popular herdada é assegurada pelos sememas específicos em *Chapeuzinho Vermelho*: "a menina é **vestida** com um **capuz vermelho** e leva um **cesto cheio** de **doces** para a avó; **desobedece** a mãe e vai pela **floresta**, pela **trilha** mais **curta**; a menina se **distrai** pelo caminho; quem **bate à porta da avó é o lobo** / que é **morto pelos caçadores**; a **avó não morre**", que são fontes disponíveis para novas conceptualizações.

As unidades memorizadas em combinatória fixa se realizam na intersecção semêmica existente entre os dois contos. Os conjuntos de unidades lexicais disjuntivas da *Nova Estória* promovem e sustentam a continuidade e a preservação do discurso etnoliterário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que a força de conservação assegura a compreensão entre os falantes de uma língua, e Rosa, ávido pela revitalização dos significados linguísticos, reatualizou em seu discurso literário lexias textuais recriando o universo conceptual do ouvinte ao seguir novas normas na reorganização semântica do *novo* texto, com origem no *velho*. Entretanto, é importante considerarmos a definição de Guilbert de que a neologia é a possibilidade de criação neológica em consequência das regras de produção incluídas em um sistema lexical.

Podemos concluir que a alternância, intersecção e renovação pela seleção lexical do *velho* com o *novo*, no discurso rosiano, geram uma nova significação na instância discursiva e enriquecem e renovam o universo linguístico do ouvinte, ao mesmo tempo em que preservam a continuidade do discurso etnoliterário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, I. M. Neologia e níveis de análise linguística. In: ISQUERDO, A. N.; ALVES, I. M. **As ciências do léxico**. Campo Grande: Editora UFMS, p.77-92, 2007. v.2.

BARBOSA, M. A. Da neologia à neologia na Literatura. In: OLIVEIRA, A. M. P. de; ISQUERDO, A. N. **As ciências do léxico**. 2 ed. Campo Grande: Editora UFMS, p.33-51, 2001. v.1

CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA. In: **O escritor no meio do redemunho**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, p.77-93, 2006.

COSERIU, E. **Teoría del lenguaje y lingüística general**. Cinco estudios. Madrid: Editora Gredos, 1973.

GUILBERT, L. **La créativité lexicale**. Paris: Larousse, 1975.

PAIS, C. T. Dos estudos pré-linguísticos e linguísticos à semiótica das culturas: abordagem histórico epistemológica. **Acta Semiotica et Lingvistica**, 12 (1), Ano 31, p.123-139, 2008.

PAIS, C. T.; BARBOSA, M. A. *Da análise de aspectos semânticos e lexicais dos discursos Etnoliterários*. **Matraga**, 16. Disponível em: <www.pgletras.uerj.br/matraca/indices-antigas.html>. Acesso em: 21 abr. 2011.

POTTIER, B. *et al.* **Estruturas linguísticas do português**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

ROSA, J. G. **Fita verde no cabelo, Nova velha estória**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.